

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM PSICOLOGIA

JULIANA FALCÃO BARBOSA

A PERVERSÃO COMO SINTOMA SOCIAL: LEITURAS ENTRE FREUD E MELMAN

Maceió

2013

JULIANA FALCÃO BARBOSA

A PERVERSÃO COMO SINTOMA SOCIAL: LEITURAS ENTRE FREUD E MELMAN

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Charles Elias Lang.

Maceió

2013

JULIANA FALCÃO BARBOSA

A PERVERSÃO COMO SINTOMA SOCIAL: LEITURAS ENTRE FREUD E MELMAN

Dissertação de Juliana Falcão Barbosa apresentada junto ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Data de aprovação: ____/____/____

Prof. Dr. Charles Elias Lang

Doutor em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Presidente da Banca – Orientador

Programa de Pós Graduação em Psicologia – Universidade Federal de Alagoas

Profa. Dra. Susane Vasconcelos Zanotti

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Componente da Banca: Membro interno titular

Programa de Pós Graduação em Psicologia – Universidade Federal de Alagoas

Prof. Dra. Edilene Freire Queiroz

Doutora. em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Componente da Banca: Membro externo titular

Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica – Universidade Católica de Pernambuco.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Charles Lang, meu orientador desde a graduação até a pós-graduação. Foi o mestre que eu escolhi para continuar me orientando no percurso do Mestrado por ter me ensinado uma nova maneira de ler e de estudar, maneira que carregarei por toda a trajetória acadêmica que continuar fazendo no futuro. Um agradecimento especial pela presença, pela interlocução constante, pela parceria na escrita de artigos, nas conversas informais, nas viagens a congressos. Dos estudos da automutilação aos da perversão, eu sempre senti que tinha alguém que apostava em mim. Obrigada pelo incentivo e dedicação.

Ao Prof. Dr. Jefferson Bernardes (PPG-Psicologia/UFAL) pela participação na banca de qualificação, especialmente pela contribuição acerca de aspectos metodológicos da pesquisa. Por lembrar que, mais do que estudar os nossos objetos de estudo, nós os produzimos.

À Profa. Dra. Edilene Queiroz (UNICAP), pela rica colaboração na banca de qualificação, contribuindo para enriquecer esta pesquisa. Agradeço por ter publicado um dos livros que primeiro apareceram na minha busca no Google: “perversão + clínica + psicanálise”, livro este que ajudou a intensificar as minhas reflexões e a conectar alguns pontos que estavam soltos.

À Profa. Dra. Susane Zanotti e à Profa. Dra. Edilene Queiroz, por terem aceitado o convite para compor a banca examinadora de defesa desta dissertação. Agradeço com carinho a disponibilidade e, desde já, as contribuições.

Aos meus colegas do Mestrado, em especial, à Dayse, Patricia, Rafael, Raquel, Zaíra, Alex e Kyssia, que tornaram essa caminhada na pós-graduação mais produtiva e interessante. Sou grata por termos compartilhado as angústias e entusiasmos que fazem parte desse percurso e por estarem sempre presentes. A companhia de cada um me proporcionou momentos felizes e enriquecedores.

Aos colegas do grupo de pesquisa Psicanálise, Clínica e Contemporaneidade, que integra os alunos da graduação (PIBIC) e pós-graduação (Mestrado). Agradeço por terem lido, comentado e contribuído com os textos que escrevi para compor esta dissertação. Os encontros semanais com pessoas queridas e comprometidas sempre deram ânimo e disposição para escrever.

Aos estagiários do Serviço de Psicologia Aplicada – SPA, pelas interlocuções acerca dos atendimentos aos pacientes na clínica, pelos encontros semanais durante os quais trocamos tantas experiências, leituras e risadas.

Aos colegas da minha equipe de trabalho no Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA, onde atuei como psicóloga por quase 3 anos. As experiências vividas no trabalho com as testemunhas despertaram em mim intensas reflexões acerca da perversão, que ressurgiram durante o estudo e a escrita desta dissertação. Sou grata aos colegas pela vivência interdisciplinar, pelas conversas, amizade e colaboração.

Aos meus pais, pelo incentivo e participação constantes na minha formação acadêmica e profissional. Agradeço por sempre me lembrarem que eu posso ir um pouco mais além do que eu consigo enxergar, e que vale a pena tentar. Por sempre apoiarem minhas escolhas, nunca se abstendo de dar suas opiniões, e por lembrar que vale a pena investir e me dedicar ao que eu escolhi. Agradeço pelo interesse no meu trabalho e pelo conforto nos momentos de angústia e cansaço.

Ao Luiz, que nunca ouviu falar tanto em perversão como nos últimos dois anos, e que sempre me emprestou seus ouvidos e seus abraços. Sou grata por ouvir várias vezes que “o máximo que eu posso fazer é o suficiente”. A quem está sempre ao meu lado, dividindo os sonhos, os planos e a vida comigo, agradeço pelo amor, companheirismo e carinho reconfortante.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão de bolsa de pesquisa durante todo o curso do Mestrado, a qual contribuiu para que eu pudesse me dedicar exclusivamente ao curso.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo o estudo da perversão, abordando-a como sintoma social. Insere-se na linha de pesquisa intitulada Saúde, Clínica e Práticas Psicológicas, compreendendo a clínica como um campo de investigação através do qual é possível ter acesso aos fenômenos sociais e aos discursos que circulam em determinada época. Esta dissertação é composta de trabalhos com textos, sendo explicitadas as modalidades de leitura utilizadas, de modo que os textos são tomados como objeto de estudo. É realizada uma discussão acerca de questões relacionadas à posição do autor e do leitor no texto, à leitura, releitura, tradução, interpretação e desconstrução. Trabalha-se com a pesquisa em psicanálise, utilizando uma estratégia de leitura próxima e desconstrutiva, partindo da perspectiva de que os sentidos são construídos a partir da leitura, em relação e diálogo com o próprio texto e com outras leituras. Foi discutido o conceito de sintoma social, explicitando como este é abordado por autores diferentes, no intuito de fazer uma leitura acerca de como este se relaciona à perversão. Foram registradas também as associações feitas com textos de autores importantes no campo da psicanálise e na abordagem da perversão. Optou-se por trabalhar, fundamentalmente, com dois autores – Sigmund Freud e Charles Melman – que, partindo da clínica psicanalítica, abordam a perversão de formas diferentes. Foi realizada uma leitura desconstrutiva dos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), de Freud; e de *O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço* (2003), de Melman.

Palavras-chave: Perversão. Sintoma social. Freud. Melman.

ABSTRACT

This research aims to study perversion, approaching it as a social symptom. It integrates the line of research called Health, Clinic and Psychological Practices, understanding the clinic as a field of investigation through which it is possible to have access to the current social phenomena and discourse. This dissertation is composed by works with texts, in which we make explicit different forms of reading, and the texts are taken as objects of study. We carry a discussion about concepts related to the position of the author and the reader, reading, translation, interpretation and deconstruction. We work with research in psychoanalysis using a close and deconstructive reading strategy, based on the perspective that the meanings are built through the reading, in relation to, and dialoging with the text itself and with other readings. We discuss the social symptom concept, exposing how it is approached by different authors, aiming to connect it to perversion. We also register the associations made with texts by important authors in the field of psychoanalysis and in the approach of perversion. We opted to work, fundamentally, with two authors – Sigmund Freud and Charles Melman – who, coming from the psychoanalytical clinic, approach perversion in different ways. We did a deconstructive reading of the *Three Essays on the Theory of Sexuality* (1905) by Freud; and of the *Man Without Gravity* (2003), by Melman.

Key-words: Perversion. Social symptom. Freud. Melman.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	13
1.1 Pesquisas em psicanálise	13
1.2 Pressupostos e modalidades de leitura, interpretação e tradução	15
1.3 A leitura desconstrutiva em pesquisas em psicanálise	21
2 SINTOMA SOCIAL	23
2.1 A toxicomania como sintoma social	24
2.2 A depressão como sintoma social	25
2.3 Toxicomania e depressão como reações ao discurso dominante	26
3 TRÊS ENSAIOS SOBRE A TEORIA DA SEXUALIDADE	30
3.1 Questões acerca de edição, tradução e ensaio	31
3.2 Ciência e literatura – Traduzindo, metaforizando, interpretando	35
3.3 Noções de originalidade da obra: a lógica de Strachey e a lógica de Freud	39
3.4 Os pré-textos dos <i>Três Ensaio</i> s: sobre os prefácios	42
3.5 A introdução de Steven Marcus	44
3.6 Um texto nunca é inocente	49
3.7 O primeiro ensaio	53
3.7.1 A homossexualidade	55
3.7.2 As perversões	59
3.7.3 Fetichismo	61
3.7.4 As perversões e o sentido moral	64
3.7.5 Sadismo e masoquismo	66
3.7.6 A neurose como o negativo da perversão	67
3.8 O segundo ensaio: sexualidade infantil	70
3.9 O terceiro ensaio: puberdade	73
4 PERVERSÃO SOCIAL	76
4.1 Clínica fenomenológica X clínica estrutural	77

4.2 Saída da neurose pela perversão	80
4.3 A perversão no Programa de Proteção a Testemunhas	85
5 O HOMEM SEM GRAVIDADE	96
5.1 A nova economia psíquica	100
5.2 Suspensão de limites – liquidação das transferências	102
5.3 A relação com a morte e com o sexo	104
5.4 Mutações... culturais, antropológicas, históricas	108
5.5 Divisão subjetiva	110
5.6 Relação da psicanálise com a literatura e o cinema	114
5.7 Denúncia das assimetrias e a relação com a falta	118
5.8 Retorno do cajado – um fascismo voluntário	122
5.9 Neurose ou perversão?	125
5.10 Mutação nas relações entre leitura-escritura	130
5.11 Psicose ou perversão? Um <i>heim</i> para as múltiplas existências	135
5.12 O que pode o analista diante da nova economia psíquica?	138
5.13 Uma nostalgia do antigo regime	141
5.14 A relação com a morte e a virtualização da vida	143
5.15 O risco de um fascismo voluntário – as seitas	145
5.16 A denegação no lugar do recalque	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS	155

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa versa sobre a perversão, tendo como foco a abordagem desta enquanto sintoma social. Nossa investigação se insere na linha de pesquisa intitulada Saúde, Clínica e Práticas Psicológicas, compreendendo a clínica como um campo de investigação através do qual podemos ter acesso aos fenômenos sociais e aos discursos que circulam em determinada época. Acreditamos que muitos autores que trabalham com o atendimento a pacientes podem transpor sua experiência com a escuta clínica para a análise da cultura. Nesta perspectiva, escolhemos trabalhar com textos de autores – em sua maioria partindo da experiência na clínica – que estão pensando as questões contemporâneas, especialmente os que evocam aspectos relativos à perversão.

Esta dissertação é composta de trabalhos com textos, de modo que tomamos os textos em si como objetos de estudo. Trabalhamos com a pesquisa em psicanálise (psicanálise em extensão) e utilizamos uma estratégia de *leitura próxima e desconstrutiva* (FIGUEIREDO, 1999), que parte do pressuposto de que os sentidos são construídos na relação entre o pesquisador e o texto.

Nos capítulos que compõem a dissertação, estão registrados os movimentos de leitura-escritura que realizamos ao longo da pesquisa com os textos. Optamos por trabalhar, fundamentalmente, com dois autores – Freud e Charles Melman – que abordam a perversão de formas diferentes. Freud escreve sobre as perversões a partir de seus estudos, assim como de sua experiência clínica, abordando-a no campo da sexualidade. Melman – psicanalista francês, colaborador de Jacques Lacan – parte também de sua experiência clínica para falar sobre a perversão, porém tomando-a no campo social.

Diante do exposto, adotamos como objeto de estudo dois textos dos referidos autores que consideramos dos mais importantes. Assim, realizamos uma leitura desconstrutiva dos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), de Freud; e de *O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço* (2003), de Melman. Sabemos que uma leitura sempre nos remete a outras leituras, como se infere a partir da expressão de Roland Barthes sobre “ler levantando a cabeça” (BARTHES, 1988, p. 40), criando novas associações. Assim, registramos também as associações que fizemos com textos de outros autores importantes no campo da psicanálise e na abordagem da perversão.

Etimologicamente, *perversão* deriva do latim *perversio-onis*, significando ‘ato ou efeito de perverter’ e ‘corrupção’, no século XVI (CUNHA, 2010). Lanteri-Laura, em sua *Leitura das perversões* (1994), assinalou a mesma origem para as palavras *perversion* e *perversité*, que, segundo ele, tratam-se de empréstimos dos derivados latinos do verbo *pervertere*, sendo o primeiro deles registrado em 1444. Sobre a origem etimológica de perversão, Queiroz (2004) aponta alguns significados carregados pelo termo, como o de “o que está às avessas”, ‘o que está fora de ordem, desordenado’, ‘desregrado’, ‘contrário ao que deve ser’, ‘defeituoso’, ‘vicioso’” (p.77).

Sabe-se que a palavra perversão adquiriu, ao longo da história, significados diferentes, tendo sido utilizada em diversos campos do saber, incluindo a psiquiatria e a psicanálise. Segundo Queiroz (2004), a tonalidade moralista que envolve este termo, desde a origem, imprimiu nele uma marca que os séculos não conseguiram apagar. Considerando a etimologia do termo, podemos perceber que, desde seus primórdios, ele esteve associado a algo que está fora de ordem, ao avesso, corrompido, modificado, ou mesmo anormal, ou seja, que está fora da norma.

A pertinência da realização de um estudo sobre a perversão se justifica por seu caráter excluído, muitas vezes oculto e obscuro em relação às suas características. Sobre esta exclusão, Queiroz (2004) afirma que, durante os cem anos da psicanálise, muito se produziu sobre a neurose e a psicose, enquanto a perversão ficou numa espécie de limbo, tendo surgido pouca literatura sobre sua clínica. No entanto, nas últimas décadas percebe-se uma mudança nesse cenário, de modo que o tema da perversão tem sido objeto de discussões em pesquisas acadêmicas (teses, dissertações, artigos científicos) assim como em congressos e encontros. Segundo a autora, o interesse atual marca mudanças no campo social contemporâneo, assim como a “[...] emergência de novas formas de sintomas relacionados a esse quadro clínico, ao mesmo tempo em que revela um esforço em organizar um saber sobre a especificidade da perversão e de sua clínica” (QUEIROZ, 2004, p.15).

Melman (2008) pontua que se temos dificuldade para compreender as perversões, é porque estamos todos normalmente implicados de muito perto por elas. Roudinesco (2008) corrobora esta ideia afirmando que a perversão é um “fenômeno sexual, político, social, psíquico, trans-histórico, estrutural, presente em todas as sociedades humanas” (p.12). A autora se refere à perversão também como uma “necessidade social”, pois, ao mesmo tempo em que preserva a norma, assegura à espécie humana a subsistência de seus prazeres e transgressões. Assim, “os perversos são uma parte de nós mesmos, uma parte de nossa

humanidade, pois exibem o que não cessamos de dissimular: nossa própria negatividade, a parte obscura de nós mesmos” (ROUDINESCO, 2008, p. 13). Partindo desta ideia de Melman – de que estamos tão implicados na perversão que temos dificuldade de compreendê-la – podemos pensar na perversão como um *sintoma social*, que faz parte do nosso modo de se relacionar e do discurso dominante em nossa época.

A dissertação é composta de cinco capítulos. No capítulo 1, no qual fazemos algumas considerações metodológicas, abordamos inicialmente os tipos de pesquisas possíveis no campo na psicanálise. Como escolhemos realizar uma pesquisa tendo textos como objeto de estudo, trabalhamos com metodologias de leitura. Assim, buscamos autores que abordam a relação entre leitura-escritura de textos como um processo criativo e transformador, procurando encontrar as estratégias do texto. O pressuposto que norteia nossa metodologia de leitura é de que não existe um sentido “oculto” ou “original” por trás do texto, e que o trabalho do pesquisador (leitor) seria desvendá-lo. Partimos da perspectiva que os sentidos são construídos *a partir* da leitura, em relação e diálogo com o próprio texto e com outras leituras. Para exprimir essas ideias, articulamos alguns conceitos relacionados à posição do autor e do leitor no texto, à leitura, releitura, tradução, interpretação e desconstrução.

O capítulo 2 é composto de leituras sobre *sintoma social*, que é o conceito que permeia toda a nossa pesquisa. Sintoma social, como definido por Vorcaro (2004), situaria um campo entre o universal do mal-estar e o singular do sintoma subjetivo. Sendo assim, a produção do sintoma individual se alimenta do imaginário social, e é a partir dele que faz sua invenção. Consideramos importante expor sobre este conceito no intuito de, posteriormente, articulá-lo às considerações sobre a perversão e a contemporaneidade.

No capítulo 3, tomamos a perversão no campo da sexualidade. Como os autores na psicanálise partem, inevitavelmente, dos estudos de Freud, compreendemos a importância de verificar como as definições e usos do termo *perversão* aparecem na teoria freudiana. Para isso, elegemos o clássico texto de Freud, *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), como objeto de estudo. Realizamos uma leitura desconstrutiva desta obra, no intuito de registrar como é construída a noção de perversão neste texto em particular. Optamos por registrar o movimento de leitura do mesmo texto escrito em duas línguas – inglês e português. Como relatado acerca do capítulo 1, estamos trabalhando com metodologias de leitura, o que nos leva, inevitavelmente, a questionar sobre traduções e interpretações. Assim, consideramos que a leitura de um mesmo texto, em idiomas diferentes, pode enriquecer nossa pesquisa. As traduções dos trechos lidos em inglês são feitas por nós, da forma mais acurada possível,

levando-se sempre em consideração a impossibilidade de traduzir “ao pé da letra” alguns termos, e também a ambiguidade de muitas palavras do idioma inglês.

O capítulo 4 é composto dos registros de leituras acerca da perversão no campo social, no qual também pretendemos retratar a relação entre clínica e cultura. Para isso, neste capítulo trabalhamos fundamentalmente com dois autores – Contardo Calligaris e Edilene Queiroz – que partem de suas experiências na clínica para tecer análises sobre o social. Tomando um texto de Calligaris acerca da perversão no campo social, juntamente com o livro de Queiroz sobre a clínica da perversão, procuramos entrelaçá-los, tendo como “costura” uma experiência de trabalho no Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA.

No capítulo 5, abordamos a perversão numa perspectiva de sintoma social. Realizamos uma leitura próxima, atenta e desconstrutiva do livro de Charles Melman, intitulado *O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço* (2003), tendo em vista que ele aponta a perversão como parte importante de sua tese sobre uma mutação cultural. Este livro é composto de conversas, no formato de entrevistas, entre Jean-Pierre Lebrun e Charles Melman. Os referidos psicanalistas são autores importantes para a contemporaneidade, pois discutem questões relativas à psicanálise na clínica contemporânea, aos novos sintomas e às novas queixas com as quais se deparam em sua prática clínica. As entrevistas relatadas no livro são fruto das conversas entre os dois autores, e aconteceram entre julho de 2001 e julho de 2002.

A ordem dos capítulos da dissertação segue a ordem que os escrevemos. Optamos por mantê-la, para que fique visível o nosso movimento de leitura-escritura realizado na composição desta pesquisa, assim como os caminhos que seguimos desde o início. A leitura de *O homem sem gravidade* foi o ponto de partida para o início do estudo, pois foi sua primeira leitura, tempos atrás, que nos despertou para algumas das mudanças sociais que pretendemos estudar mais a fundo. Ao mesmo tempo, foi também o ponto de chegada: a conclusão da dissertação. Chamamos de ponto de chegada, pois este foi de fato o último texto lido minuciosamente e o nosso último registro de leitura-escritura.

Consideramos importante frisar que ao longo do nosso trabalho utilizamos, com certa frequência, palavras grafadas em *itálico*. Optamos por este recurso quando julgamos necessário dar maior ênfase às palavras que nos chamaram mais atenção durante as leituras e a escrita da dissertação. A intenção é de dar maior visibilidade às palavras que nos saltaram aos olhos, ou que nos fizeram refletir, no intuito de que o leitor possa acompanhar mais de perto o nosso processo de leitura-escritura.

1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Em nossa pesquisa trabalhamos com a ideia de que há uma interação do leitor (sujeito pesquisador) com o texto (objeto de estudo). A nossa pesquisa parte do pressuposto de que a leitura é uma atividade e que, no processo de leitura de um texto, o leitor não é um receptor passivo, mas participa ativamente do processo de leitura, atribuindo sentidos próprios e produzindo conhecimento em interação com o texto. Há uma inteligência, uma estratégia do texto para dizer coisas e levar o leitor a pensar de determinada maneira. Assim, parte-se da noção de que não há uma realidade pronta a ser desvelada, mas sim, que a realidade será construída através da linguagem.

1.1 Pesquisas em psicanálise

Nossa dissertação se configura como uma pesquisa em psicanálise. Deste modo, faz-se necessária uma breve exposição acerca das modalidades da pesquisa psicanalítica, pois esta se efetiva em diversos níveis de investigação. De acordo com Campos e Coelho Jr. (2010) a especificidade da pesquisa que emerge da clínica é o ponto essencial da teorização psicanalítica. Nessa perspectiva, a teoria em psicanálise é, fundamentalmente, um trabalho de pensamento, abstração e elaboração que ocorre depois da escuta analítica e a partir dela, constituindo o cerne do saber psicanalítico.

Em contraposição a essa primeira vertente de investigação dos processos psíquicos por meio do método psicanalítico, encontram-se as pesquisas *sobre* psicanálise. É nessa proposta que se inserem as pesquisas propriamente acadêmicas. Elas dizem respeito à investigação da história das ideias psicanalíticas, quer seja no plano exclusivamente histórico-conceitual, quer seja no plano epistemológico (CAMPOS; COELHO JR., 2010).

No que concerne aos possíveis tipos de pesquisas em psicanálise, podemos apontar a psicanálise em intensão e em extensão:

1. Psicanálise em intensão: é a pesquisa que emerge dos atendimentos a pacientes, realizados na clínica psicanalítica. O problema de pesquisa é elaborado a partir de questões com as quais o pesquisador se depara na clínica e que pretende investigar. Um tipo de pesquisa possível nesse campo é o estudo de caso.

2. Psicanálise em extensão: é a pesquisa que pretende aproximar a psicanálise das produções da cultura, e pode ser realizada com textos, filmes, produções literárias e fenômenos culturais. Dentro deste campo de pesquisa, destacamos a pesquisa teórica em psicanálise.

Ao falarmos sobre pesquisas em psicanálise na universidade, surge uma questão importante a respeito do método utilizado para a realização dessas pesquisas, ou seja, da forma como o pesquisador irá utilizar textos psicanalíticos para atingir os objetivos de sua investigação. Garcia-Roza (1993) aponta uma aversão que teria o clínico (discurso psicanalítico) pelo pesquisador (discurso universitário), afirmando que, com relação à pesquisa acadêmica em psicanálise, o clínico poderia arguir que, se é acadêmica, não é psicanalítica, e que o verdadeiro laboratório de pesquisa em psicanálise é a clínica e não o campus universitário. Qual seria, então, a natureza da pesquisa acadêmica em psicanálise? A academia geralmente apresenta *pesquisa empírica* e *pesquisa teórica* como as duas formas possíveis de se realizar uma investigação acadêmica. Sendo assim, seria possível considerar a realização da pesquisa em psicanálise nessas duas modalidades?

Segundo Garcia-Roza (1993), a primeira possibilidade seria a de uma *pesquisa experimental* (empírica) cujo laboratório seria a clínica. Se é somente na experiência clínica que é possível constituir um saber sobre o inconsciente, então a pesquisa em psicanálise deveria consistir na reprodução dessa experiência clínica. Mas, nesse caso, a pesquisa seria uma simples transposição da clínica privada para a universidade. Mesmo que isto fosse possível, restaria a questão de se esta poderia ser considerada uma pesquisa *acadêmica* em psicanálise.

Deste modo, para Garcia-Roza (1993), a pesquisa acadêmica em psicanálise não pode consistir senão numa *pesquisa teórica*. Uma das propostas desta modalidade de pesquisa seria a de:

Submeter a teoria psicanalítica a uma análise crítica com a finalidade de verificar sua lógica interna, a coesão estrutural dos seus conceitos e as condições de suas possibilidades. Creio que isto é o que comumente se faz na universidade com o nome de pesquisa acadêmica em psicanálise (p.119).

No entanto, este tipo de pesquisa não teria como objetivo único verificar a validade da teoria. O pesquisador, quando se propõe a empreender uma pesquisa, o faz para se debruçar sobre um problema. A palavra pesquisa deriva etimologicamente do latim *perquirere*, “buscar com afinco”; de *per-*, intensificativo, mais *quaerere*, “indagar”, de *quaestio*, “busca, procura, problema” (CUNHA, 2010). Desta forma, uma indagação com afinco não se realiza somente

com o propósito de reproduzir, ou apenas comentar uma teoria já existente. Para Garcia-Roza (1993), “O pesquisador, se se pretende criador, deve se permitir uma certa irreverência que possibilite o surgimento do novo” (p.119).

Isso seria o que diferenciaria o pesquisador de um epistemólogo, pois este último executa um trabalho purificador frente à teoria, e mantém com ela uma atitude de reverência, de assepsia. “Não se pode desprezar a preocupação do epistemólogo com o rigor formal da teoria, mas se fizermos dela nosso único propósito, correremos o risco da esterilidade, da transformação do trabalho teórico em algo abstrato e vazio” (GARCIA-ROZA, 1993, p.119).

1.2 Pressupostos e modalidades de leitura, interpretação e tradução

Para Garcia-Roza (1993), a justificação lógica de uma teoria exige um retorno aos conceitos de leis que constituem o seu conjunto. Há, no entanto, diferentes maneiras de se fazer esse retorno aos conceitos e leis de uma teoria. No caso particular da psicanálise, o retorno a Freud através da *releitura* dos seus textos modificou efetivamente a teoria psicanalítica. O autor questiona então se a universidade seria esse lugar de *releitura* das teorias. A partir desse questionamento, ele faz uma distinção entre *comentário* e *releitura*.

O *comentário* pretende dizer alguma coisa além do próprio texto, mas com a condição de que esse “além” seja expressão do próprio texto. Seu propósito não é dizer o novo, mas provocar o retorno do texto sob a forma de comentário, não se tratando de uma simples reprodução, pois algo é dito a mais do que o contido na letra do texto, mas não se trata de uma produção do novo. O discurso-comentário pretende-se revelador de uma verdade oculta no texto dos mestres, e não um discurso produtor da diferença (GARCIA-ROZA, 1993).

Este discurso-comentário é frequentemente observado na descrição do método utilizado em teses e dissertações nas quais foram realizadas pesquisas teóricas. Sobre estas, Campos e Coelho Jr. (2010) salientam a importância de derivar uma metodologia de leitura para orientar a pesquisa histórico-conceitual em pesquisas psicanalíticas de cunho teórico. Segundo eles, a questão metodológica em pesquisas de caráter estritamente teórico costuma ser subdimensionada. Enquanto os relatórios de pesquisa empírica necessitam de parâmetros determinados e de uma apresentação de seu delineamento, as pesquisas teóricas parecem prescindir de um instrumental de leitura. É notória a síntese do método envolvido na pesquisa teórico-conceitual em frases como “leitura crítica de textos, acompanhada de comentadores”, na

qual normalmente se privilegia a descrição dos textos a serem consultados e não os pressupostos da leitura a ser efetuada.

Segundo Garcia-Roza (1993), embora guarde alguma semelhança com o *comentário*, a *releitura* apresenta uma característica distintiva fundamental: a de não temer o novo. Rer ler um texto não é reproduzir seu conteúdo, mas *produzir*, a partir dele, um discurso. A releitura se propõe não como *reveladora*, mas como *transformadora*, e joga com a *textualidade* do texto, que diz respeito ao apelo que o texto faz a novas tentativas de escritura, ao seu pluralismo.

Podemos encontrar semelhanças entre este modo de investigação (releitura) e a prática clínica psicanalítica, pois esta última persegue exatamente essa multiplicação das possibilidades de sentido, esse pluralismo. O que estaria sendo visado na releitura é a colocação em jogo de um *dispositivo discursivo*, cujo objetivo seria o de possibilitar a emergência do novo, a produção de novos sentidos. Esse dispositivo é o mesmo que está presente na prática clínica, na escuta do psicanalista, e que seria o essencial do discurso psicanalítico. Sua característica é a de fazer furo nos discursos constituídos ou de apontar para o furo dos discursos constituídos (GARCIA-ROZA, 1993).

Alguns autores que se ocupam das questões relativas à tradução de textos também expõem sobre uma noção de reprodução *versus* criação, o que remete às ideias sobre um sentido original e “intocável” do texto, em oposição a uma leitura plural e inventiva deste, passível de gerar diferentes significados.

Rosemary Arrojo, em seu texto *A que são fiéis tradutores e críticos de tradução?* (1993), discorre sobre tradições opostas quando se trata de fidelidade na tradução de textos. É muito comum a ideia de que “A tarefa do tradutor, como a tarefa do crítico de tradução, é norteadas por preocupações relativas a uma pretensa ‘fidelidade’ devida ao chamado texto ‘original’” (ARROJO, 1993, p.15, grifo da autora).

Arrojo (1993) aponta que as teorias da linguagem que emergem da tradição ocidental, alicerçadas no logocentrismo e na crença no que Jacques Derrida chama de “significado transcendental”, tem considerado o texto de partida como um objeto definido, congelado, receptáculo de significados estáveis, geralmente identificados com as intenções de seu autor. Esse conceito de texto apresenta uma concepção de leitura que atribui ao leitor a tarefa de “descobrir” os significados “originais” do texto. Nessa concepção de leitura, delineia-se uma concepção de tradução segundo a qual traduzir é transferir, de forma protetora, os significados que se imaginam estáveis, de um texto para outro e de uma língua para outra. Assim, quanto

mais protetor puder ser o trabalho do tradutor, quanto mais próximo do original conseguir chegar, melhor seria seu resultado:

A essa tradição opõem-se, implícita ou explicitamente, algumas correntes do pensamento contemporâneo: a “arqueologia”, de Michel Foucault, a “semioclastia” de Roland Barthes e, sobretudo, a “desconstrução” de Jacques Derrida, que trazem, em maior ou menor grau, a influência do pensamento brilhante e demolidor de Friedrich Nietzsche e dessa revolução intelectual que Freud instalou no centro da reflexão do homem sobre si mesmo (ARROJO, 1993, pp.16-17, grifos da autora).

Segundo Arrojo (1993), o leitor de um texto não pode proteger os significados originais de um autor ou de uma obra porque, a rigor, nem o próprio autor poderia estar plenamente consciente de todas as intenções e variáveis que permitiram a produção de seu texto. De maneira semelhante, no momento da leitura, o leitor não poderá deixar de lado aquilo que o constitui como sujeito e como leitor – suas circunstâncias, seu momento histórico, sua visão de mundo, seu próprio inconsciente.

Assim, no ato da leitura de um texto, o inconsciente do autor e o inconsciente do leitor estão em jogo. Sobre isso, podemos pensar em algumas questões, como: Por que coisas diferentes capturam a nossa atenção em cada leitura? Como certas palavras nos soam estranhas quando colocadas em determinado contexto? O que acontece quando atribuímos certos sentidos a uma passagem de um texto, para então, somente nas leituras seguintes, atribuímos sentidos completamente diferentes?

Uma leitura sempre nos remete a outras leituras, como se infere a partir da expressão de Roland Barthes sobre “ler levantando a cabeça” (BARTHES, 1988, p. 40), criando novas associações. Às vezes escrevemos comentários, explicações ou notas nas margens do texto, que, mais tarde, parecem-nos sem propósito. Ou ainda, às vezes esquecemos as primeiras associações que fizemos ao ler um texto.

Gianella e Machado (2000), ao levar em consideração o inconsciente do autor, apontam que “Toda produção é sobredeterminada, noção freudiana que diz de uma superposição de intenções e desejos, na maioria das vezes conflitantes e contraditórios, que convivem numa mesma formação, que pode ser tanto um sonho, um sintoma, como um texto” (p.71).

Arrojo (1993) argumenta que a relação estabelecida entre o leitor e o texto será sempre mediada por um processo de interpretação, um processo muito mais *criativo* do que *conservador*,

muito mais *produtor* do que *protetor*. Assim, o significado não se encontra para sempre depositado no texto, à espera de que um leitor adequado o decifre de maneira correta.

Em se tratando de tradução, muitas vezes o tradutor é, inevitavelmente, obrigado a criar algo em cima do que está traduzindo, mesmo que a sua intenção seja a de uma fidelidade ao texto original. Por exemplo, nos trocadilhos, piadas e chistes escritos em outra língua, frequentemente é impossível traduzir de forma literal. O tradutor tem então uma alternativa que é a de utilizar uma nota de rodapé para “explicar” a piada (o que já perde grande parte da graça), ou produzir um novo trocadilho, com palavras da língua para a qual está traduzindo, que tenha um teor aproximado e que seja também engraçado e interessante. Isto é visto com frequência na tradução em legendas de filmes e séries de televisão, nas quais é impossível introduzir uma nota de rodapé para explicar, sendo criada (pelo tradutor) uma piada diferente em cima da piada original.

Gianella e Machado (2000), em seu texto *Passagem para a autoria*, discorrem sobre a autoria e o lugar do autor em relação aos seus textos. Elas apontam a discordância que se estabeleceu entre a maneira de ler de Foucault e a maneira de ler dos críticos, quando estes comentam sobre as críticas que Foucault recebeu sobre o seu livro *As Palavras e as Coisas*, no qual ele teria escrito sobre autores consagrados, como Marx e Buffon, de forma indevida ou insuficiente. Em sua conferência intitulada *O que é um autor?* de 1969, Foucault se defendeu das acusações dizendo:

Essas objeções estavam evidentemente fundamentadas, mas não considero que elas fossem inteiramente pertinentes em relação ao que eu fazia; pois o problema para mim não era descrever Buffon ou Marx, nem reproduzir o que eles disseram ou quiseram dizer: eu buscava simplesmente encontrar as regras através das quais eles formaram um certo número de conceitos ou de contextos teóricos que se podem encontrar em seus textos (FOUCAULT, 1969/2001, p. 266).

Essas críticas se referem à ideia, já comentada, sobre uma autenticidade do texto e do autor, assim como uma fidelidade ao que se está lendo e comentando. Dessa perspectiva infere-se que todos os autores que queiram ser considerados sérios deveriam descrever ou reproduzir o que os autores que eles estão lendo já disseram.

As posições de autor e de leitor parecem estar sempre imbricadas e, sobre isso, Gianella e Machado afirmam que ocupar o lugar de autor implicaria em posicionar-se, enquanto leitor, com

relação aos autores já consagrados. Precisaria ser introduzida certa distância entre autor e leitor, barrando a assimilação de um no outro. “Uma distância relativa à posição do leitor tradicional que é aquele que deve fidelidade aos autores lidos e, como tal, mantém-se tão perto, tão identificado a eles que não pode deles distinguir-se” (GIANELLA; MACHADO, 2000, p.60).

Uma dissertação pretende uma forma de autoria, talvez uma *passagem* para a autoria. Espera-se, de quem escreve uma dissertação, um posicionamento enquanto leitor, e não mera reprodução de textos e autores. Etimologicamente, as palavras dissertar e dissertação derivam de *dissertatio*, “discurso, fala”, de *dissertare*, “debater, arguir, examinar, arengar”, formada por *dis-*, “à parte, fora”, mais *serere*, “arrumar palavras, encadeá-las”. Assim, uma dissertação de mestrado pode ser interpretada como um debate, uma arenga, entre leitor e texto, entre leitor e autor e, finalmente, entre autor (dos textos estudados) e autor (da dissertação).

Gianella e Machado (2000) falam dos autores de gavetas ou de baús, que nunca mostram seus escritos, e argumentam que, uma vez escrita, a obra não pertence mais ao autor, ela é do mundo. “Exercer a autoria significa ‘permitir’ (autorizar) o escrito a iniciar seu circuito imprevisível. Tornar público o escrito, mostrá-lo, entregá-lo, liberá-lo, porque só assim ele poderá ser criticado, só assim ele poderá engendrar outros escritos” (p.70, grifo das autoras). De forma semelhante, numa dissertação de mestrado, o autor/pesquisador precisará, necessariamente, liberar seus escritos, mesmo porque se escreve sempre para alguém – banca examinadora, orientador, outros pesquisadores interessados no tema, etc.

Gianella e Machado (2000) referem-se a Antoine Compagnon para tratar de um tema importante relacionado à autoria de textos, que é a intenção do autor. Compagnon, engenheiro e doutor em literatura, escreveu uma série de livros nesta área, e as autoras se remetem especificamente ao capítulo denominado *O autor*, de seu livro *O Demônio da Teoria: Senso Comum e Literatura*, publicado no Brasil em 1999. Segundo as autoras, um dos pontos sobre os quais Compagnon mais insiste, nesse capítulo, refere-se à tendência da busca da intenção do autor como via privilegiada para interpretar textos, como se o sentido original do texto fosse precisamente o que o autor deste quis dizer.

Foucault, conforme já mencionado, revela-se como um leitor que não segue esta tradição de buscar a intenção do autor e do contexto originário da produção do texto. Percebe-se que, tanto Foucault quanto Compagnon, partilhavam a ideia de “destronar” os autores ditos consagrados, reconhecendo a importância das obras destes, porém dando lugar de destaque aos *leitores*. Entendemos, a partir de Foucault e Compagnon, que os sentidos de um texto não são produzidos exclusivamente por quem os escreve, mas também por quem os lê. “De alguma

maneira, está embutida na *função autor*, a relação a outros autores, que se dá, num primeiro momento, através da posição de leitor” (GIANELLA; MACHADO, 2000, p. 62, grifo das autoras).

Barthes (1988) também destaca a importância do leitor, quando fala do texto que escrevemos (enquanto leitores) em nossa cabeça quando a levantamos, texto este que deveria se chamar texto-leitura, e que “É muito mal conhecido porque faz séculos que nos interessamos demasiadamente pelo autor e nada pelo leitor” (p.41). Para Compagnon, a *morte do autor*, fórmula de Barthes, “Traz como consequência a polissemia do texto, a promoção do leitor e uma liberdade de comentário até então desconhecida” (COMPAGNON, 1999, apud GIANELLA; MACHADO, 2000, p.65).

Barthes afirma que para que nasça um autor, o escritor, enquanto pessoa, precisa desaparecer, morrer. “Ele precisa retirar-se do cenário e dos palcos nos quais apenas o seu escrito, ingrato, subirá, dispensando sua tutela e companhia. O escritor e o autor precisam separar-se porque este último nada mais será do que um nome” (GIANELLA; MACHADO, 2000, p.71).

Uma vez que a obra está concluída, ela não pertence mais ao autor. Desta forma, tornar-se autor implicaria um desprendimento:

Um aceitar perder o controle sobre a própria produção, aceitar um destino incerto, mas que só vai se cumprindo através dos leitores e é essencialmente diferente do destino possível para o escritor. Para exercer a autoria é preciso, também, abdicar da ilusão de que o leitor conseguirá captar a intenção que o escritor acredita ter expressado no texto (Ibid, pp. 70-71).

Em sua conferência citada anteriormente, Foucault fala do parentesco da escrita com a morte e, ao falar sobre o autor, diz que “É preciso que ele faça o papel do morto no jogo da escrita. Tudo isso é conhecido: faz bastante tempo que a crítica e a filosofia constataram esse desaparecimento ou morte do autor” (FOUCAULT, 1969/2001, p. 269).

Gianella e Machado (2000), ao falar de Barthes, ressaltam a ideia de escrever como *atividade performativa* em oposição à ideia de *registro*. Podemos relacionar essas duas ideias às noções – já citadas anteriormente – de Garcia-Roza (1993) acerca da diferença entre *comentário* e *releitura*, sendo esta última um ato transformador e criativo. Para Barthes, a ideia de *registro* se referiria a algo como uma transcrição do pensamento, da fala, ou seja, uma espécie de cópia. A

atividade performativa, por outro lado, seria um discurso inaugural e com efeitos únicos, assim como a *releitura*. Seria uma oposição de *expressão* versus *inscrição*:

Escrever entendido como expressão implica numa antecedência do pensamento ou da fala que, *a posteriori* seriam reproduzidos, copiados ou transcritos. Escrever entendido como inscrição aponta para algo de inaugural, sem anterioridade, que é criado na efemeridade do próprio ato de escrever, nem antes nem depois (GIANELLA; MACHADO, 2000, pp. 77-78).

1.3 A leitura desconstrutiva em pesquisas em psicanálise

Diante do que expusemos acerca de alguns pressupostos e modalidades de leitura, consideramos pertinente, para a realização de nossa pesquisa, a utilização da *leitura próxima e desconstrutiva* (FIGUEIREDO, 1999), que parte do pressuposto de que não há um sentido escondido “por trás” do texto, e que o papel do leitor-pesquisador seria desvendá-lo. A leitura próxima e desconstrutiva trabalha com a ideia de que o sentido é construído na relação, no diálogo entre o pesquisador e o texto. Neste sentido, uma leitura próxima e desconstrutiva explora as tensões, as trilhas perdidas, as pequenas aberturas do texto que a leitura clássica tende a fechar (CAPUTO, 1997).

O conceito da desconstrução partiu de uma atitude filosófica e um método peculiar de interpretação de texto, invertendo ou deslocando sua ordem de concepções, buscando significados escondidos ou subentendidos. A abordagem da chamada desconstrução remete-nos historicamente ao filósofo argelino, radicado francês, Jacques Derrida (1930 – 2004), reconhecido pelo desenvolvimento de uma terminologia idiossincrática, e que critica uma tradicional centralização sobre a fala vinda da razão e propõe desfazer a linguagem para encontrar uma outra escritura (TURATO, 2008).

Encontramos, no estudo sobre o método para esta pesquisa, a oposição entre hermenêutica e desconstrução. A hermenêutica tradicional partiria do pressuposto de que há um sentido escondido no texto, o que levaria à busca de compreensão do sentido da expressão, clarificando-o por meio de um método (CAMPOS; COELHO JR., 2010).

A leitura desconstrutiva, por outro lado, considera a alteridade e as ambiguidades do texto, focando em suas articulações, estratégias e retóricas, mais do que no sentido supostamente escondido. Campos e Coelho Jr. (2010) afirmam que o procedimento desconstrutivo é bastante

metódico uma vez que está preocupado com as articulações internas do texto. Na metodologia desconstrutiva há a ideia de que o texto é constituído de ambiguidades suplementares, desdobrando-se sobre uma série de articulações intra e intertextuais criadoras de tensão. Desta forma, o intertexto está na mão do pesquisador, enquanto ele está escrevendo, produzindo. Para este método, a participação do pesquisador é fundamental para manter a tensão, o tensionamento entre o texto que está lendo e o que está escrevendo.

A escolha para este método de pesquisa se deu em acordo com o que Campos e Coelho Jr. (2010) afirmam sobre a importância de explicitar uma metodologia de leitura para as pesquisas em psicanálise que se utilizam de textos. Assim sendo, a perspectiva desconstrutiva traz derivações importantes para o trabalho de pesquisa com textos psicanalíticos, de modo que leituras desconstrutivas desses textos têm sido efetivadas por diferentes autores contemporâneos, inclusive brasileiros.

Pensamos, em consonância com Campos e Coelho Jr. (2010), que a metodologia desconstrutiva, em sua ênfase na ambiguidade e alteridade intrínsecas ao texto, aproxima-se da perspectiva psicanalítica. “O método psicanalítico caracteriza-se pela escuta diferenciada ao estranho, identificando, no que é acessório, a irrupção dos sentidos inconscientes da trama de símbolos trazida pelo paciente por meio da atenção flutuante” (p.256).

2 SINTOMA SOCIAL

Pretendemos, neste capítulo, discorrer sobre o que se entende por sintoma social no intuito de clarificar o porquê de tomarmos a perversão como um sintoma social contemporâneo. Ângela Vorcaro (2004), em um artigo que indaga sobre a toxicomania ser ou não um sintoma social, inicia enfatizando a junção desses dois termos, o qualificativo *social* e o termo *sintoma*, junção que foi construída, inscrita e desdobrada por alguns psicanalistas, a partir das observações de Charles Melman. “É certo que a consideração da noção de *sintoma social* foi estabelecida há quase 15 anos, tendo ficado a serviço de um amplo movimento que ultrapassou a função clínica da psicanálise com seu revigoramento como teoria da cultura” (VORCARO, 2004, p.62, grifo da autora).

A autora cita Quinet para apresentar uma definição de sintoma em psicanálise, a saber:

Sintoma é a implicação inconsciente do sujeito e, portanto, é signo da operação de recalque pela qual o sujeito se constitui em sua unicidade. O sintoma é mensagem cifrada de gozo. Portanto, além de metáfora do conflito psíquico do sujeito, e por isso mesmo, o sintoma é a modalidade singular pela qual o neurótico goza (QUINET, 1999, apud VORCARO, 2004, p. 62).

Quanto ao termo *social*, de maneira geral, pode ser definido como aquilo que dá universalidade aos sujeitos, ou seja, o mal-estar, a dor de existir que é comum a todos os que se constituem sujeitos. *Sintoma social* situaria assim um campo entre o universal do mal-estar e o singular do sintoma subjetivo. Sendo assim, a produção do sintoma individual se alimenta do imaginário social, e é a partir dele que faz sua invenção (VORCARO, 2004).

Contardo Calligaris¹, na apresentação do livro de Charles Melman intitulado *Alcoolismo, delinquência e toxicomania: uma outra forma de gozar* (2000), aponta que:

Cada época organiza seus gozos e tem as “patologias” que merece. Mas é essencial, para nós, que a psicanálise continue à altura, ou seja, consiga escutar como em cada um, na sua singularidade, fala o sistema social. A este respeito, o ensino de Melman transmite um estilo (CALLIGARIS In: MELMAN, 2000, p. 10, grifo do autor).

¹ Psicanalista italiano radicado no Brasil. Escreveu sua tese de doutorado sobre a perversão como patologia social.

2.1 A toxicomania como sintoma social

Para Melman (2000), a toxicomania é um sintoma social. Ele não afirma que a toxicomania seja o sintoma social dominante, mas sim, que é *um* sintoma social, ou seja, poderíamos entendê-la como algo que fala pela sociedade, que possui uma função. Ele não fala em sintoma social com um sentido epidemiológico, pois diz que não basta que um grande número de indivíduos em uma comunidade seja atingido por algo para que isso se transforme em um sintoma social. Segundo ele, pode-se falar de sintoma social a partir do momento em que a toxicomania é de certo modo inscrita, mesmo que de forma não explícita, no discurso que é o discurso dominante de uma sociedade em uma dada época.

Mas o que seria, para o autor, esse discurso dominante de nossa época que faz da toxicomania um sintoma social? Segundo ele, estamos em um tipo de discurso no qual o que circula atualmente com a economia liberal significa que não há mais ninguém que comanda, todo mundo faz negócios e ali encontra seu ganho. Assim, não se trata mais de responsabilizar qualquer um que comande. “Trata-se, agora, de fazer negócios. O que comanda cada um é o *gozo*, o objeto, na medida em que cada um ali encontra, de uma forma ou de outra, seu ganho” (MELMAN, 2000, p. 77, grifo nosso).

Este discurso dominante também estimula o consumo. O que se chama corriqueiramente de “a sociedade de consumo”, para Melman (2000) repousa sobre um ideal, e este ideal é o toxicômano que o realiza. O sonho de todo publicitário e de todo fabricante é de produzir o objeto do qual ninguém poderia mais viver sem. Seria um objeto que apaziguaria, ao mesmo tempo, as necessidades e os desejos, que necessitaria de uma renovação permanente, uma perfeita dependência.

Melman (2000) vê a toxicomania como o estofado desta sociedade de consumo, como sua verdade. Poderíamos dizer que o toxicômano vai até o final de nosso desejo de neurótico, “[...] que é o fantasma da existência de um bem soberano, que reencontraríamos, se se consentisse em ir até o fim de nosso desejo, sob a forma de um objeto que viria nos preencher, nos satisfazer” (p. 95).

Na leitura de Melman (2000), o consumo da droga asseguraria ao toxicômano o princípio do prazer. Assim, a ingestão da droga não daria gozo ao toxicômano, a droga só permitiria o prazer: a menor tensão possível. Para ele, o *gozo* estaria na *falta*, pois a angústia ligada ao estado de falta seria o tempo forte do vivido toxicomaníaco. Seria para gozar da

falta que o toxicômano se exporia seguidamente a encontrar-se em estado de falta, pois o gozo dele está na posição de “entre” um estado e outro. O toxicômano está sempre em (e vê o mundo como) um jogo de presença e ausência do objeto – neste caso, a droga.

Diante de algumas considerações acerca da toxicomania, Melman (2000) se pergunta qual diagnóstico dar ao toxicômano do ponto de vista da estrutura. Ele afirma que esta disposição psíquica na qual enquadra a toxicomania é interessante também de um ponto de vista teórico, para situar sem hesitar a toxicomania no campo das perversões. Somente estas últimas induzem a uma economia psíquica dominada por um tal jogo de presença-ausência.

O interesse de um encaixe da toxicomania no campo das perversões não é unicamente nosográfico. Ele permite compreender melhor a relação com o interdito, ponto marcante deste tipo de economia psíquica.

O perverso terá sempre necessidade, para manter seu desejo, de um pudor para violar, de um sacramento para denegar, de um laço para romper, de um desafio para colocar diante da lei... O interdito é, para o perverso, o complemento necessário do objeto, próprio a ressuscitá-lo (Ibid, pp.122-123).

O enquadre do toxicômano numa estruturação perversa pode se relacionar também com outra característica do perverso, que é a de se colocar na posição de mestre do gozo, de quem sabe, melhor do que ninguém, a melhor forma de gozar. O toxicômano, assim como o perverso, se coloca na posição de quem detém este saber sobre o que seria um gozo absoluto, que, neste caso, para ele, está na droga.

2.2 A depressão como sintoma social

Maria Rita Kehl, psicanalista e doutora em psicanálise pela PUC-SP, também utiliza o termo *sintoma social* em sua leitura da contemporaneidade. No entanto, diferentemente de Melman, que toma a toxicomania como um exemplo de sintoma social, Kehl enfatiza a depressão como sintoma social, ao se basear em seus atendimentos clínicos. Insta frisar que ambos os autores, para suas teorizações, partem da escuta das queixas dos pacientes na clínica, enfatizando que esses sujeitos que sofrem e que chegam aos seus consultórios podem também falar de algo que, além de particular, remete ao social.

Na primeira parte de seu livro *O tempo e o cão* (2009), a autora defende a possibilidade de se entender o aumento contemporâneo das depressões como um sintoma social. Sua hipótese é de que as depressões, na contemporaneidade, ocupam o lugar de sinalizador de um mal-estar. “Analisar as depressões como uma das expressões do sintoma social contemporâneo significa supor que os depressivos constituam, em seu silêncio e em seu recolhimento, um grupo tão incômodo e ruidoso quanto foram as históricas no século XIX” (KEHL, 2009, p.22).

Segundo Kehl (2009), “A depressão é a expressão de mal-estar que *faz água* e ameaça afundar a nau dos bem-adaptados ao século da velocidade, da euforia *prêt-à-porter*, da saúde, do exibicionismo e, como já se tornou chavão, do consumo generalizado” (p.22, grifos da autora). Assim, a depressão seria sintoma social porque desfaz as crenças que sustentam e ordenam a vida social do século XXI. A autora fala do agravamento do estado depressivo em decorrência do *desprestígio social* de sua tristeza. Se o tédio, o luto e outras formas de abatimento são malvistas no mundo atual, os depressivos correm o risco de ser discriminados como doentes contagiosos, portadores da má notícia da qual ninguém quer saber. Nesse sentido, podemos considerar que eles se assemelham aos toxicômanos, que também parecem portar esta mesma má notícia de um mal-estar.

A autora enfatiza que a falta de empatia que encontramos em nossa cultura pelos depressivos costuma ter, entre os adolescentes, efeitos catastróficos. A depressão entre os adolescentes é a mais inconveniente expressão do mal-estar psíquico, pois ela “desafina o coro dos contentes”², e nisso consiste seu caráter de *sintoma social*. Kehl (2009, p. 23) diz: “Tomo a expressão sintoma social, em primeiro lugar, para designar o sintoma ou a estrutura clínica, que se encontra em tal desacordo com a normatividade social que acaba por denunciar as contradições do discurso do Mestre”. O discurso do Mestre de que fala Kehl, seria consonante ao que Melman chama de o discurso dominante de uma determinada época. Pensamos que em nossa época poderíamos evocar o discurso do consumo, do capital e da ciência, por exemplo.

2.3 Toxicomania e depressão como reações ao discurso dominante

² Kehl (2009) cita este verso, pontuando que é de autoria de Torquato Neto, poeta piauiense que se suicidou aos 28 anos no Rio de Janeiro, em 1972.

Melman e Kehl utilizam como exemplos de sintomas sociais de nossa época a toxicomania e a depressão. De formas diferentes, ambos parecem ser respostas à economia que circula desde a modernidade, economia esta que valoriza o consumo e – com a facilidade da circulação de informações, principalmente depois da internet – acelera o tempo. A toxicomania poderia ser uma resposta no que concerne ao gozo do consumo – levado ao extremo, no toxicômano – e a depressão uma reação à aceleração do tempo, ou ainda, uma recusa a seguir este novo tempo, acelerado, já que “[...] na origem da depressão se encontra uma questão do sujeito com o tempo” (KEHL, 2009, p.18).

Poderíamos pensar nesses dois sintomas sociais – toxicomania e depressão – como pertencentes ao campo da perversão, em certo sentido. Importante destacar que, neste momento, não estamos falando de *estrutura perversa* ou de *sujeitos perversos*, mas de certas características desses sintomas sociais que encontram uma relação com o campo da perversão. Em relação à toxicomania, conforme já explicitado, Melman a encaixa neste campo, dentre outras peculiaridades, pelo caráter do gozo baseado na presença-ausência do objeto e na posição (tanto do perverso quanto do toxicômano) de detentor do saber sobre o gozo absoluto.

Já em relação à depressão, Kehl fala que esta estaria mais próxima ao funcionamento da estrutura neurótica, e não perversa.

Tenho constatado em minha prática analítica que aquilo que chamamos, sem grande precisão, de depressão é um quadro mais próximo da clínica das neuroses [...] O tipo de endereçamento transferencial de suas interrogações ante o analista nos leva a concluir que essas pessoas são neuróticas (KEHL, 2009, p.14).

No entanto, quando se fala em tratamento ou cura das depressões no cenário atual, frequentemente se instala o tratamento medicamentoso, com drogas que amenizariam os sintomas depressivos. Assim, não teriam essas drogas farmacológicas propósitos semelhantes aos das drogas utilizadas pelos toxicômanos? Melman (2000) fala dos efeitos do produto – da droga – dizendo que qualquer produto que é suscetível de *colocar em suspenso*, mesmo que momentaneamente, *a existência*, é bom. Tanto a utilização abusiva da droga pelo toxicômano, quanto a ingestão do medicamento (antidepressivo) pelo sujeito em tratamento de depressão, tem a função de suspender uma dor, geralmente a dor da existência. Ambas são formas de gozar, e formas amplamente (e cada vez mais) utilizadas.

Melman enfatiza que, a partir do momento em que temos produtos capazes de suspender a existência – como o grande número de produtos inventados pelos laboratórios (neurolépticos, tranquilizantes, etc.) – estes são drogas, e nada as diferenciam da droga comum, senão o fato de que são entregues por receita médica. O autor crê que está aí a especificação desses produtos:

Voar, flutuar, isto alivia o fato de existir. Pode-se, para isto, também ir ao cinema! Você desaparece então pelo fato das diferentes identificações às quais o espectador é convidado; ele perde, durante uma ou duas horas, sua existência. É a condição para que o filme seja bom. Enquanto olha o filme, se está ali apreciando a dureza da poltrona, o tamanho de seu vizinho ou a decoração da sala, isto é, existindo, é um mau filme. O bom filme é aquele onde ele desaparece (MELMAN, 2000, pp.98-99).

Esta comparação feita por Melman encontra relação com o que Zizek também diz sobre o cinema. Em seu filme intitulado *The pervert's guide to cinema (O guia do perverso para o cinema – 2006 – tradução livre)*, ele afirma que este é a arte mais perversa de todas, pois não nos dá o que desejamos, mas nos diz *como desejar*. Ou seja, o cinema em si, o filme ao qual assistimos, coloca-se para nós como algo que está na posição do saber sobre o que desejamos. Zizek (2006) diz que “O problema para nós não é se os nossos desejos são satisfeitos ou não. O problema é: como sabemos o que desejamos? Não há nada espontâneo ou natural no desejo humano. Nossos desejos são artificiais, temos de ser ensinados a desejar”. É assim que o cinema assume o lugar de mestre do gozo, que tem o poder de nos guiar – e nós efetivamente nos deixamos guiar, passivamente – para um gozo absoluto. Por isso colocamos nossa existência em suspensão enquanto assistimos a um bom filme.

Melman (2000) aponta que uma das coisas que aprendeu com os toxicômanos que teve em tratamento, foi que a toxicomania é, antes de qualquer coisa, um fenômeno social. Sua propagação não depende somente da inclinação, gosto, ou da “fraqueza psíquica” de um sujeito, mas também das incitações que podem ser exercidas pelo meio. Assim, a toxicomania não seria um problema singular, mas também um fenômeno social, e parece testemunhar uma transformação na economia do gozo. Segundo o autor, ela viria ilustrar o que poderíamos chamar de *uma mutação cultural*, isto é, haveria mutantes entre nós, pessoas que privilegiam um tipo de gozo original, e isto sem levar em conta a conservação da vida.

Em nossa pesquisa, manteremos em mente estas noções de sintoma social para abordar o tema da perversão. Seguindo a tese de Melman (2008a) – de que estaríamos vivendo uma

mutação cultural, passando de uma cultura fundada no recalque dos desejos (cultura da neurose) para uma que recomenda o gozo sem limites (promovendo a perversão) – procuraremos fazer uma leitura da perversão como um sintoma social da contemporaneidade, ou seja, como algo que circula no discurso dominante em nossa época.

3 TRÊS ENSAIOS SOBRE A TEORIA DA SEXUALIDADE

Este capítulo visa analisar como Freud constrói a noção de perversão em sua teoria sexual. Tomamos como objeto de estudo o seu texto intitulado *Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade*, doravante *Três Ensaios*, de 1905. Ao abordar as chamadas aberrações sexuais e a sexualidade infantil, Freud aponta para algo que é diferente da sexualidade adulta dita “normal” e que, por isso, teríamos dificuldade em compreender. A leitura da obra em questão desperta o nosso olhar para a perversão como algo que está muito próximo da condição humana normal e, ao mesmo tempo, que causa estranhamento.

Além da obra traduzida para o português, tomaremos como material de estudo os *Três Ensaios* em inglês, traduzido do alemão por James Strachey³. Utilizamos a publicação da Basic Books, de 1975, que apresenta um diferencial em relação às edições publicadas anteriormente: ela conta com uma nova introdução, escrita por Steven Marcus, de quem falaremos mais detalhadamente adiante. No português, utilizaremos a Edição *Standard* Brasileira, publicada pela Editora Imago, sendo a nossa edição de 1996, traduzida do inglês para o português por Vera Ribeiro, sob a direção geral de Jayme Salomão.

Sabemos do quanto um texto é modificado ao ser traduzido para outro idioma, partindo da ideia de que toda tradução é também uma interpretação. Sendo assim, leitores de idiomas diferentes podem atribuir sentidos bastante diversos acerca das ideias de um mesmo autor. Como a nossa pesquisa trabalha com uma metodologia para leitura de textos e com a linguagem escrita, consideramos importante tomar um mesmo texto e lê-lo em dois idiomas diferentes, no intuito de registrar a experiência de leitura e os sentidos atribuídos durante o processo de leitura dos *Três Ensaios* em inglês e em português.

Trabalhamos com os dois textos – em inglês e em português – simultaneamente, mantendo “um livro em cada mão”, e realizando um trabalho de leitura e escritura de cada texto, alternando de um para outro quando parecer pertinente. Salientamos que as citações registradas com o ano de 1996 se referem à edição em português, enquanto as citações de 1975 são as retiradas do texto em inglês. As citações do texto em inglês são traduzidas

³ Strachey foi um psicanalista britânico, tradutor de Freud para o inglês, e editor geral da Edição *Standard* – projeto para padronizar as publicações das obras de Freud. Foi aluno e analisante de Freud por dois anos, tendo iniciado sua prática clínica sem ser da área médica. Alguns anos mais tarde se tornou membro da Sociedade Psicanalítica.

livremente, e os dicionários utilizados como auxílio às traduções estão referenciados ao final da dissertação.

3.1 Questões acerca de edição, tradução e ensaio

A leitura dos *Três Ensaios* em português foi realizada primeiro, ou seja, foi o primeiro contato com este texto de Freud. Ao ler o mesmo texto em inglês, de certo modo, foi como se estivéssemos lendo-o pela primeira vez. De fato, uma leitura é sempre uma primeira leitura. Embora o conteúdo não parecesse completamente novo, o texto escrito em outro idioma – especialmente um idioma no qual temos fluência, porém que não é a nossa língua materna – proporciona uma experiência de leitura diferente. Por exemplo, percebemos que os prefácios escritos por Freud, quando lidos em inglês capturaram mais a atenção do que quando lidos em português.

Acreditamos que ler em outro idioma estimula o leitor a realizar uma leitura mais cuidadosa, pois, com a nossa língua materna, temos a tendência a deduzir o final de algumas frases, ou achar que já “entendemos o sentido” e que já é possível passar para a próxima. O inglês é um idioma com uma lógica diferente e tem a peculiaridade de apresentar a ordem das palavras de forma invertida, em relação ao português. Ou seja, em muitas frases no inglês, só é possível construir um sentido quando se chega exatamente ao final, algumas frases são realmente ininteligíveis até que se chegue à última palavra.

Antes de entrar no texto dos *Três Ensaios* propriamente dito, deparamo-nos com notas do editor e prefácios escritos pelo próprio Freud às novas edições que foram publicadas após a primeira publicação do livro, em 1905. Acreditamos que essas prévias em relação ao texto em si são importantes para se ter uma ideia do universo em que o leitor está entrando. No entanto, alguns desses comentários prefaciais fazem sentido somente *a posteriori*, ou seja, após a leitura do texto inteiro.

Na edição em inglês, encontra-se uma nota editorial de J. D. Sutherland (Editor geral da Biblioteca Psicanalítica Internacional), na qual comenta que esta tradução dos *Três Ensaios* é um acréscimo importante para a Biblioteca Psicanalítica Internacional. Ele então apresenta a edição padrão, ou *Standard*, que foi organizada por James Strachey.

Desde a publicação original das traduções inglesas dos trabalhos de Freud, tem surgido o texto novo e fidedigno⁴ da Edição *Standard* das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, traduzida do alemão com a edição geral de James Strachey, em colaboração com Anna Freud, assistido por Alix Strachey e Alan Tyson (1975, p. vii).

Segundo ele, a edição em questão contém o texto completo, revisado e com todas as notas, da Edição *Standard*, e ainda com algumas notas de rodapé extras. Ele frisa, ainda, que o Comitê de Publicação esperava que esses textos revisados, com suas notas, fossem úteis para o número crescente de estudantes de psicanálise.

Em ambas as edições (em inglês e português) temos acesso a uma nota do editor inglês, James Strachey. Ela inicia com a exposição de todas as edições alemãs, com os respectivos anos de publicação e a quantidade de páginas. Em seguida, vemos as edições das traduções em inglês. Em todas as oito edições alemãs, percebemos que o título do livro se mantém o mesmo: *Drei abhandlungen zur sexualtheorie*, enquanto no inglês ele foi modificado duas vezes, iniciando com *Three contributions to the sexual theory* (1910), passando para *Three contributions to the theory of sex* (1916) e, por último, *Three essays on the theory of sexuality* (1949).

As mudanças no título se referem tanto ao tipo de trabalho que este seria – ou seja, a sua forma – quanto ao termo ligado à sexualidade. No inglês encontramos primeiro *Três contribuições à teoria sexual*, depois *Três contribuições à teoria do sexo* e, por fim, *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Assim, inicialmente, este livro de Freud foi tratado como uma *contribuição* ao que parecia ser uma teoria já existente, ou consolidada. Isso parece se referir também ao modo que Freud trata seu texto (abordaremos este ponto posteriormente quando passarmos para os prefácios), como um “pequeno trabalho”.

Certamente que outros autores antes de Freud já haviam pesquisado e desenvolvido teorias sobre a sexualidade e, como Freud aponta na primeira nota de rodapé do primeiro ensaio, ele se utilizou desses estudos já existentes para iniciar suas considerações sobre o assunto. Talvez esta tenha sido uma tentativa de legitimação de algo que ele já imaginava que seria polêmico quando fosse abordado: a sexualidade infantil, tratada no segundo ensaio.

⁴ No inglês: *authoritative text*. *Authoritative* pode ser traduzido tanto no sentido de ‘fidedigno’, ‘autêntico’, ‘confiável’, quanto no sentido de ‘autoritário’, ‘impositivo’. Acreditamos que, embora o autor da nota possivelmente quisesse transmitir a ideia de que a Edição *Standard* é uma edição confiável, também podemos pensar nesta como uma edição que foi, de fato, impositiva, ela se impôs, tendo sido utilizada como a maior referência dos textos de Freud ao redor do mundo, até hoje, e em diversos idiomas.

Posteriormente, já em 1949, o título foi modificado para *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. De *contribuição*, passou-se para *ensaio*. Essa mudança aconteceu junto com a mudança de tradutor, pois, até então, este texto vinha sendo traduzido por Abraham A. Brill, primeiro tradutor de Freud e grande responsável pela popularização da psicanálise nos Estados Unidos. James Strachey, além de modificar *contribuições* para *ensaios*, mudou *teoria sexual* e *teoria do sexo* para *teoria da sexualidade*.

Strachey parece querer ampliar a ideia da obra de Freud. Enquanto *contribuições* remetem a algo menor em relação a uma teoria já existente, *ensaio* transmite uma noção de maior originalidade, ainda que imprima também certa informalidade. Quanto à mudança para *teoria da sexualidade*, pensamos que este termo se refere a um campo mais amplo. O sufixo *-dade*, em português, refere-se a “qualidade, modo de ser, estado”⁵, e forma substantivos abstratos, um campo mais amplo.

O título do livro em alemão – *Drei abhandlungen zur sexualtheorie* – fala em *abhandlungen*, que, de acordo com o dicionário Michaelis (alemão-português), significa “tratado, ensaio, dissertação”. Esta tradução é confusa, pois, enquanto no dicionário essas três palavras são apresentadas como sinônimas, elas indicam tipos de texto bem diferentes. Em outros dicionários pesquisados encontramos a mesma diversidade de termos para traduzir *abhandlungen*: *disquisição*, *ensaio*, *tratado*, *composição*, *pesquisa*. No dicionário Babylon (alemão-ínglês), encontramos uma explicação do termo que diz: “registro de eventos escrito por uma pessoa que tem um conhecimento íntimo acerca deles e baseado em observação pessoal”. Esta definição é interessante e se parece bastante com o consenso acerca do que é um ensaio (um tipo de escrita que também não é muito simples de definir, justamente por não haver tanto consenso). Essa explicação parece também definir bem o trabalho de Freud nos *Três Ensaios*.

Farina (2001), em um texto sobre o ensaio, afirma que, se partirmos de nossas origens culturais, podemos perceber que sempre nos expressamos através do ensaio, tendo este constituído o gênero preferencial de nossa cultura. No entanto, o ensaio foi perdendo a importância e dando lugar a gêneros mais de acordo com normas acadêmicas visando o rigor científico, de modo que as monografias ganharam mais destaque e credibilidade.

O autor apresenta algumas confusões comuns em relação à definição de ensaio. Segundo ele, muitos tratam o ensaio como “[...] devaneio, exercício estetizante, chute e

⁵ De acordo com NICOLA, J., INFANTE, U. **Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa**, 1997.

curtição de quem gosta de escrever” (FARINA, 2001, p. 59). Dentre algumas definições de ensaio, há uma na Nova Enciclopédia Barsa que situa o ensaio “entre o poético e o didático” (BARSA, 1997, apud FARINA, 2001, p. 60).

Freud parece transitar nesse meio-termo (entre o poético e o didático), tendo conquistado um prêmio literário (prêmio Goethe de literatura em 1930, um prêmio dedicado não aos cientistas, mas aos escritores), embora sua proposta fosse de tornar a psicanálise reconhecida cientificamente. O prêmio representou as intensas relações de Freud e da psicanálise com a literatura. É sabido que, entre suas leituras de fundo, Freud valorizava destacadamente as obras de alguns grandes escritores como Shakespeare e Goethe.

Segundo Farina (2001), os etimologistas afirmam que ensaio é um termo do latim tardio — *exagiiit*. A decomposição desse termo, por sua vez, remete ao latim clássico: *ex* + *ago*, com o sentido de tirar (*ex*) uma atividade (*ago*) de alguma coisa. Ensaiar seria, então, agir, tirar, organizar ideias. Em Cunha (2010, p. 247) encontramos que ensaio é uma “prova, experiência, estudo”. *Enssay* XIII. Do latim tardio *exagium*, que seria “ato de pesar, de testar”.

Farina expõe algumas conceituações acerca do ensaio, retiradas de dicionários e enciclopédias, de modo que algumas divergem entre si no que concerne, por exemplo, ao tamanho e à flexibilidade da forma. Para o autor, a primeira grande conclusão é que “[...] é difícil caracterizar o ensaio, em face das diferentes opiniões apresentadas que, se desenvolvidas, dariam um tratado” (FARINA, 2001, p.61). Ademais, ele aponta dois aspectos geralmente conflituosos e importantes em relação ao ensaio: a) *os limites*: que extensão deve ter um ensaio, e b) *a estrutura*: que elementos composicionais e discursivos integram um ensaio.

Quanto à extensão, Farina (2001) acredita que não há limites para o ensaio, e julga ser possível falar em ensaio curto, ensaio médio e ensaio longo. Para ele, a extensão será determinada pelo assunto a ser desenvolvido. Em relação à estrutura formal do ensaio, independentemente de sua extensão (curto, médio ou longo), o ensaio deve apresentar sempre introdução, desenvolvimento e conclusão. Evidentemente essa estrutura formal se adapta proporcionalmente às diversas dimensões de um ensaio, mas deve estar presente, pois é o que o incluirá entre os trabalhos científicos. Ou seja, por mais flexível que seja, o ensaio deve seguir uma coerência lógica.

Quanto à profundidade que se deve alcançar ao escrever um ensaio, Farina (2001) mais uma vez recorre à divisão entre ensaio curto, médio e longo, na tentativa de contemplar as diferentes formas de se escrever um ensaio. Segundo ele, o ensaio curto geralmente expõe ideias do autor a respeito de um assunto, tendo como base suas experiências e usando sua bagagem intelectual, o conhecimento já armazenado. Há uma certa aproximação com a crônica-ensaio. No ensaio curto, o texto é compacto, elaborado em parágrafos sucessivos. O ensaio médio comporta maior abertura, maior amplitude, admitindo a divisão do texto em pequenos capítulos e buscando, também, apoio bibliográfico.

O ensaio longo, “[...] também chamado de documentado, organiza seu corpo de discussões em capítulos e subcapítulos. A pesquisa bibliográfica é quase obrigatória, porque, sendo um trabalho extenso, nem sempre as ideias do autor serão suficientes para fundamentar os princípios que o inspiraram” (FARINA, 2001, p.62). Este se assemelha aos *Três Ensaio*s de Freud, pois é possível verificar a mescla das ideias próprias do autor, da observação, e da pesquisa bibliográfica, com citações de outros autores que trataram do assunto.

Farina (2001) encerra seu texto concluindo que o ensaio não é um gênero literário, pois seria universal, mesmo que tenha contornos indefinidos. Assim, o ensaio habita todas as regiões do saber humano, inclusive o literário. Abrange as ciências naturais e as ciências sociais. Segundo ele, para encaminhar a compreensão do que seja um ensaio é preciso aproximá-lo do estudo, pois qualquer ensaio será sempre um estudo, e essa é a sua consistência científica.

3.2 Ciência e literatura – Traduzindo, metaforizando, interpretando

É impossível falar de pesquisa científica sem levarmos em consideração as questões acadêmicas e, assim, inevitavelmente nos depararmos com discussões sobre o conceito de ciência. O texto *Narrativa literária e ciência* (2006), de Susana Souto Silva, traz uma discussão interessante, particularmente para nós que estamos na academia, pois reflete sobre a separação entre ciência e arte que a nossa tradição escolar impõe.

Silva (2006) cita Ítalo Calvino, um autor que pensa a literatura como um espaço em que diversos campos se cruzam. Para exemplificar o que pretende discutir em seu artigo, a autora discorre sobre o livro *As Cosmicômicas*, no qual Calvino problematiza a separação

entre arte e ciência. A tradição escolar frequentemente nega as semelhanças existentes entre a arte e a ciência, baseando-se numa visão maniqueísta, segundo a qual a arte estaria no campo da imaginação, da invenção, do lúdico, do ilógico, do não verdadeiro; e a ciência – seu polo oposto, como discurso – corresponderia ao domínio do racional, do lógico, do comprovado, do verdadeiro.

Sabemos que na academia existem divergências, e que encontramos, às vezes dentro de um mesmo programa de graduação ou pós-graduação, pesquisadores com ideias bastante diversas acerca do que é considerado ciência. No entanto, mesmo os adeptos da ciência mais leve, precisam se adequar às normas acadêmicas de realização de trabalhos, projetos e relatórios.

Silva (2006) aponta que Calvino problematiza a pretensão de objetividade e verdade do discurso científico, mostrando, com o humor, que há muito de imaginação no que sabemos do passado, de tempos remotos dos quais não poderíamos ter participado como observadores, e mais: “[...] a observação tampouco nos garantiria o estatuto de verdade desse discurso, pois a observação nunca é neutra, é orientada por modelos, é formatada pelo imaginário que nos constitui” (pp. 6-7).

Para a autora, a ciência constrói modelos de compreensão muitas vezes para elaborar, a partir deles, aquilo que não poderia ter sido vivido e, portanto, testemunhado pelos humanos. Assim, essas formas de compreensão são modelos humanos para suprir lacunas do nosso limite humano.

Não há possibilidade de alguém ter visto o início da formação da Terra, muito anterior ao surgimento dos homens. Ora, essa impossibilidade coloca em xeque, ou ao menos sob suspeita, essas construções. Remete-nos ao que elas carregam de imaginação, de incerteza. Para suprir as faltas, as lacunas dessa história, o cientista é levado a imaginar, a pressupor, por mais rigorosos que sejam seus esquemas, eles, os esquemas, atuam no desconhecido, e, às vezes, o texto científico pode incorporar essa inexatidão (SILVA, 2006, p. 5).

Partindo do exposto por Silva (2006), pensamos também que é mais adequado afirmar que Freud *construiu* uma teoria, uma linha de pensamento, e não que ele “descobriu” a teoria da sexualidade, como é colocado por seu tradutor inglês, conforme veremos adiante. Muitas das lacunas que ele encontrou em suas observações diretas foram preenchidas com os discursos dos pacientes que ele analisava – ou seja, a imaginação dos pacientes que falavam

sobre suas vidas, suas lembranças – e também com a imaginação, dedução ou intuição do próprio Freud.

A arte, para a psicanálise, exerce uma função importante e constituinte de sua teoria, de modo que, desde seu nascimento, a psicanálise busca e investiga a criação artística. Freud dizia que os grandes escritores tinham um conhecimento direto e intuitivo do inconsciente, enquanto ele mesmo só o encontrava por meio de muito esforço. Em seu texto *Escritores Criativos e Devaneio*, Freud (1908/1996) comenta: “Se ao menos pudéssemos descobrir em nós mesmos ou em nossos semelhantes uma atividade afim à criação literária!” (p.136).

Muitos autores, influenciados por Freud, estiveram envolvidos em determinados momentos com diversas formas de arte, para buscar uma compreensão do funcionamento psíquico ou, ainda, tomando emprestada a sensibilidade de escritores para melhor ilustrar conceitos (BONANÇA, 2009). Mesmo antes de *Escritores Criativos e Devaneio*, no qual aborda diretamente a criação literária, Freud já evidenciava seu interesse pelas narrativas em tempos mais remotos. Na *Interpretação dos Sonhos*, de 1900, ele já tratava os sonhos como narrativas literárias, relatos imaginários. Assim, com essa forte influência da literatura, a teoria psicanalítica é, em grande parte, a narrativa de casos clínicos que Freud produziu a partir de sua escuta aos pacientes, e que podem ser lidos como ficções, romances.

Assim, o trabalho com textos possui fortes aproximações com a clínica psicanalítica no que diz respeito, principalmente, à polissemia de sentidos. Uma obra, um texto, pode ser tanto escrito quanto lido de diversas formas, assim como um relato pode ser tanto falado pelo paciente quanto escutado pelo analista de diversas formas diferentes e, justamente aí, está a riqueza da experiência analítica.

Neste mesmo âmbito, a tradução, assim como a escrita literária, tem também uma íntima ligação com o trabalho clínico psicanalítico. Traduzir é, *grosso modo*, colocar em outras palavras uma mesma coisa. Ou seja, um mesmo enunciado é transposto para outro idioma. Essa transposição, por si só – e inevitavelmente – provoca uma abertura de sentidos, uma criação, um trabalho em cima de alguma coisa. Traduz-se para que se possa “entender melhor”. Na conversa informal, quando alguém fala algo complicado, o interlocutor pede: “Traduza, por favor!”, mesmo que a tradução seja feita dentro do mesmo idioma.

Traduzir, na clínica psicanalítica, estaria muito próximo de *nomear*, ou *renomear*. Talvez a dificuldade que um tradutor sente ao não encontrar uma palavra, um termo ou uma expressão correspondente no idioma para o qual está traduzindo, seja análoga à dificuldade

que o analisante sente ao querer expressar algo e não conseguir. Análoga à dificuldade de querer nomear algo que, até então, não parece ter nome ou não parece existir na língua – língua, parte do corpo, que fala a palavra; e na língua, idioma.

Helena Kon Rosenfeld, autora de um livro denominado *Palavra pescando não-palavra: a metáfora na interpretação psicanalítica* (1998) aborda a relação entre a psicanálise e a arte, em suas diversas formas. Ela aproxima o trabalho do artista ao do psicanalista. Poderíamos, seguindo o nosso raciocínio, incluir aí também o trabalho do tradutor. Para esta autora:

O trabalho do escritor, do poeta, é nesse aspecto muito parecido com o do psicanalista: um trabalho de nomeação da experiência emocional, mas uma nomeação especial, uma nomeação que possa dar vida a ela, que não a mate com um nome. Uma nomeação que muitas vezes não pode se dar, ou que se dá aos poucos, cada vez fazendo aparecer novas facetas da experiência, num trabalho artesanal que pode durar anos. Às vezes, o que nos resta é apenas a pergunta sem resposta: como se chama? (ROSENFELD, 1998, p. 40).

Diante da citação da autora, podemos pensar que uma análise pode durar anos, assim como um trabalho de tradução pode durar anos, assim como um livro, uma pintura, uma escultura, uma música, podem levar anos para serem concluídos ou para fazerem algum sentido. Isto reforça a ideia de que o sentido é construído, não existe em si mesmo. Os eixos que Rosenfeld (1998) escolhe para relacionar a psicanálise com a arte são a *metáfora* e a *interpretação*, justificando que “tanto um como outro pertencem aos dois campos e, portanto, podem ser usados como ponte que podemos atravessar para ir de um a outro” (p. 26).

A metáfora, figura de linguagem tão especial, aparece tanto em obras de poesia e literatura como na fala dos analistas e dos analisandos na situação analítica. A interpretação, por sua vez, aparece tanto na psicanálise - a interpretação psicanalítica - como na arte, já que esta é interpretável (Ibid, p. 26).

Sendo assim, são diversas as aproximações entre a arte e a psicanálise e, a respeito dessas aproximações, destacamos a escrita como uma das mais significativas. Em consonância com o que já expomos anteriormente, quando falávamos que a escrita de Freud tem características de um ensaio, Rosenfeld (1998) enfatiza o estilo de escrita de Freud também o caracterizando como uma mistura de tom científico e tom literário, o que remonta

ao conflito entre ciência e arte presente no pensamento freudiano sobre a psicanálise. Sobre os textos de Freud, a autora considera que estes:

[...] têm um estilo particular, são construídos com muito talento e inteligência [...] Patrick Mahony afirma que em Freud o pensador está indissociado do escritor: ele pensa através e na língua. Ama, trabalha e brinca com a palavra. Nos textos aparece aquilo que Mahony chama de "pensamento pensante": as ideias vão sendo descobertas e pensadas à medida que são escritas [...] Freud usa a narrativa e o suspense semelhante ao das histórias policiais. Ele não gostava de definições rígidas e constrictivas; tinha alta tolerância para a inconsistência e a incerteza (ROSENFELD, 1998, p. 20).

3.3 Noções de originalidade da obra: a lógica de Strachey e a lógica de Freud

Nos *Três Ensaios* da Edição Standard – edição que estamos utilizando para este estudo, tanto no inglês quanto no português – Strachey publica uma nota com algumas considerações acerca da obra. Ele diz que esta versão possui um diferencial em relação às publicações prévias, tanto alemãs quanto inglesas. Ele afirma que, embora seja baseada na sexta edição alemã de 1925, a última a ser publicada enquanto Freud ainda era vivo, ela indica, com as respectivas datas, todas as alterações substanciais introduzidas na obra, desde a sua primeira edição. Tais mudanças são indicadas em notas de rodapé, e ele acrescenta que: “Isso permitirá ao leitor ter uma noção mais clara de como eram estes ensaios em sua forma *original*” (1905/1996, p.120, grifo nosso).

O editor usa o termo *original* para se referir à primeira versão publicada dos *Três Ensaios*. No entanto, diante do que foi pontuado por ele próprio nos comentários acima, percebe-se que a noção de uma originalidade da obra provavelmente não era levada em conta mesmo pelo próprio Freud, que, durante os anos posteriores à primeira publicação, manteve-se relendo, reavaliando, desconstruindo a própria obra, e inserindo as modificações que julgava necessárias.

Pelo que podemos perceber acerca de Freud, enquanto autor, ele se permitia tal liberdade, de desdizer, redizer, ou reconsiderar suas ideias, pois ele não parecia tomar seus textos como acabados. Ele inclusive levava em consideração as interlocuções com seus pares, as cartas trocadas, e incluía essas mudanças em edições posteriores de seus livros. Talvez pela abertura do próprio Freud em reavaliar seus escritos, ainda em vida, ele permitiu que tantos

autores, a partir dele, e até hoje (mais de 100 anos depois) continuassem lendo, relendo e desconstruindo sua obra.

Mais adiante em sua nota, Strachey aponta o seguinte: “Entretanto, a despeito dos acréscimos consideráveis feitos ao livro após sua publicação *original*, sua *essência* já estava presente em 1905, sendo mesmo possível rastrear-lhe as origens até datas ainda mais remotas” (1905/1996, p.121, grifos nossos). Podemos perceber novamente que o editor, ao tecer essas considerações, trabalha com as noções de uma originalidade da obra, ou de algo (nesse caso, uma teoria) que já estava “lá”, em essência, pronta em Freud, e que foi passada para o papel. Ele fala em *publicação original* e em *essência*, como se houvesse algo de principal e primeiro, que já estava ali, somente esperando ser expresso.

Fica implícito que ao falar em essência, o editor quis dizer que o que ele considera essencial, ou mais importante, já estava lá. No entanto, o próprio Freud não parece trabalhar com essa noção de essência, ou essencial, já que se mantém constantemente conversando, seja com pares (como Fliess), seja com um interlocutor “imaginário”, ou o próprio leitor, de acordo com o que ele espera que suas palavras despertem no leitor, já que sua obra é permeada de referências à pessoa que a lê.

Acreditamos que essas notas de rodapé que mostram os acréscimos, ou parágrafos retirados, são importantes não exatamente para ter uma “noção mais clara de como eram estes ensaios em sua forma original” (Ibid, p. 120), mas sim para acompanhar o processo de construção da teoria e as releituras e reavaliações feitas pelo próprio Freud em relação às suas conjecturas.

Há um erro – não se pode precisar se é de tradução ou de digitação – na versão brasileira da Edição *Standard*. Na nota de Strachey, em português, lê-se: “Desde os primórdios tinha havido uma suspeita de que os fatores *casuais* da histeria remontavam à infância [...]” (Ibid, pág. 122, grifo nosso). De acordo com a versão inglesa, no lugar da palavra *casuais*, encontramos *causative*, que deveria ter sido traduzido como causador, ou causal. Pela semelhança gráfica entre as palavras *causais* e *casuais*, entendemos que pode se tratar de erro de digitação. No entanto, tal palavra no contexto da frase, mesmo que por engano, pode confundir o leitor. Quando se lê sobre “fatores casuais”, pode-se interpretar como se o autor estivesse falando de fatores que dependem do acaso, que são ocasionais, ou fortuitos, enquanto no texto em inglês ele fala sobre fatores que *causam*, que acarretam a histeria.

Outro trecho da nota de Strachey evidencia a noção com a qual o editor apresenta a obra de Freud ao leitor, ou seja, de que havia algo (uma ideia, uma teoria) pronto e que Freud “descobriu”, ou “revelou” em seus escritos. Analisemos o trecho a seguir:

Foi somente no verão de 1897 que Freud se viu *forçado a* abandonar sua teoria da sedução. Anunciou esse acontecimento em sua carta a Fliess de 21 de setembro (Carta 69), e sua *descoberta* quase simultânea do complexo de Édipo, feita em sua auto-análise (Cartas 70 e 71, de 3 e 15 de outubro), levou inevitavelmente ao reconhecimento de que as moções sexuais atuavam normalmente nas crianças de mais tenra idade, sem nenhuma necessidade de estimulação externa. Com essa *descoberta*, a teoria sexual de Freud estava realmente *completa* (1905/1996, p. 122, grifos nossos).

Strachey diz que Freud se viu *forçado a* abandonar sua teoria da sedução. A ideia de se sentir forçado remete a alguma coisa que vem de fora, que faz força. Pela frase acima, cria-se a noção de que algo aconteceu e forçou esta mudança de curso na teoria. Adiante, ele fala na *descoberta* do complexo de Édipo, novamente como se o complexo de Édipo fosse algo já formulado, pronto para ser desvendado, e que Freud foi quem o fez. Juntando os termos *ser forçado a* e *descobrir*, infere-se que o Complexo de Édipo, tomado como algo concreto, uma entidade, sempre esteve “aí” e, a partir do momento que Freud o descobriu, ele – o Complexo – forçou Freud a abandonar sua teoria.

Sabemos que Freud *construiu* o conceito do complexo de Édipo *a partir* de observações, escutas clínicas e de sua autoanálise e que, como subsídio para melhor ilustrar sua teoria, utilizou o mito de Édipo, de Sófocles. Ou seja, ele nem *descobriu*, nem foi *forçado a* nada. Ele observou, escutou, releu, conversou, reconsiderou, pensou e, assim, foi construindo, desconstruindo e reconstruindo sua teoria. No final do parágrafo, Strachey diz que, com essa descoberta, a teoria sexual de Freud estava *realmente completa*. Diante desta afirmativa, podemos questionar: completa para quem? Alguma teoria é realmente completa, ou intocável, pronta? Para Freud, não parecia ser este o caso.

Como o próprio Strachey aponta no início de sua nota: “[...] no decorrer de edições sucessivas num período de vinte anos, eles [os Três Ensaios] foram submetidos por seu autor a mais modificações e acréscimos do que qualquer outro de seus escritos, salvo, talvez, pela própria Interpretação dos Sonhos” (1905/1996, p. 120). Ou seja, se os *Três Ensaios* – que é a obra em que Freud desenvolve mais extensamente sua teoria da sexualidade – é onde aparecem mais modificações, fica evidente que Freud nunca considerou sua teoria sobre a

sexualidade como *completa*. Ademais, o próprio autor fala explicitamente sobre isso no prefácio à terceira edição, como veremos adiante.

3.4 Os pré-textos dos *Três Ensaio*s: sobre os prefácios

Fica claro que, anos após o seu lançamento, os *Três Ensaio*s passaram a ser mais utilizados em meios acadêmicos e, portanto, surgiu a necessidade de uma maior sistematização. Segundo Strachey, nas edições alemãs, as seções só aparecem numeradas no primeiro ensaio e, mesmo neste, antes de 1924 só eram numeradas até a metade do primeiro ensaio. Para facilitar as referências, a numeração das seções foi estendida ao segundo e terceiro ensaios.

Na versão brasileira, foi omitida a última frase desta nota do editor inglês, a qual explica que os acréscimos editoriais, tanto ao texto quanto às notas de rodapé, foram impressos em colchetes. Esta é uma informação importante e que, a nosso ver, não deveria ter sido omitida da versão brasileira, já que, ao leitor desavisado, não fica claro se as frases em colchetes que aparecem nas notas de rodapé foram acrescentadas pelo editor/tradutor inglês ou pela tradutora brasileira.

No prefácio à segunda edição (dezembro de 1909), Freud fala sobre seus *Três Ensaio*s de forma bastante modesta, beirando a subestimação. Primeiro, ele se refere à obra como um “pequeno trabalho” (FREUD, 1905/1975, p. xiv), o que tem a ver inclusive com a definição comum de *ensaio*, como algo de menor extensão e profundidade, como já abordamos anteriormente.

Ademais, ele assinala que o texto contém deficiências e obscuridades, e diz que resistiu à tentação de introduzir os resultados das pesquisas dos anos posteriores ao lançamento da primeira edição, pois, segundo ele, isto teria destruído o caráter de unidade e de documento que a obra possui. A partir deste comentário vislumbra-se que, apesar da aparente modéstia, Freud já pretendia que esta fosse uma obra que pudesse perdurar e que fosse acessível a muitos estudiosos, o que justifica a sua intenção em manter a obra coesa e compreensível, sem tantas modificações e ajustes que pudessem prejudicar a leitura. Posteriormente ele diz que é seu desejo mais sincero de que este livro envelheça rapidamente – de que o que já fora novidade nele, torne-se aceito de maneira geral e “o que é imperfeito nele possa ser substituído por algo melhor” (FREUD, 1905/1975, p. xiv).

No prefácio à terceira edição, Freud já havia tido quase 10 anos de intervalo desde a primeira edição para perceber a recepção e os efeitos produzidos pela sua obra. Ele, então, aproveitou a oportunidade da publicação desta terceira edição para fazer algumas observações com o intuito de prevenir mal-entendidos e expectativas que não poderiam ser atendidas. Freud esclarece – provavelmente respondendo a alguma crítica que recebeu sobre sua obra – que a exposição encontrada no livro é baseada inteiramente na observação médica cotidiana, à qual os achados da investigação psicanalítica trazem aprofundamento e relevância científica. Ele diz que é impossível que os *Três Ensaio*s contêm algo além do que a psicanálise supõe ou possibilita estabelecer.

É, então, fora de questão que eles [os *Três Ensaio*s] possam algum dia ser ampliados para uma “teoria da sexualidade” *completa*, e é natural que tenha uma série de problemas importantes da vida sexual que eles não abordem de forma alguma (FREUD, 1905/1975, p. xiv, grifos nossos).

Assim, percebe-se claramente, conforme já discutimos, que Freud não pretendia formular uma teoria sexual completa e que considerava que isto seria impossível. Vê-se neste prefácio que boa parte de suas considerações são tentativas de se justificar em relação às críticas que recebeu, e preparar o leitor para o que ele iria encontrar nas páginas de seu livro.

Neste prefácio há um erro de tradução que inverte o sentido da frase. Na versão em inglês, lê-se: “Devo, contudo, enfatizar que o presente trabalho é caracterizado não só por ser completamente baseado na pesquisa psicanalítica, mas também por ser deliberadamente *independente* dos achados da biologia” (Ibid, p. xv, grifo nosso). Na versão em português o mesmo trecho aparece da seguinte maneira: “Junto a sua total dependência da investigação psicanalítica, devo destacar, como característica desse meu trabalho, sua deliberada *dependência* da investigação biológica” (FREUD, 1905/1996, p. 125, grifo nosso).

No restante do parágrafo, Freud explica que seu objetivo foi sondar o quanto se pode apurar sobre a vida sexual humana com os meios acessíveis à investigação psicológica. Desta forma, a afirmação no início do parágrafo em português confunde o leitor, indicando inicialmente que a investigação realizada nos *Três Ensaio*s é *dependente* da investigação biológica, enquanto no restante do parágrafo (e na versão em inglês) ele explica que buscou justamente o contrário, ou seja, a investigação psicanalítica da sexualidade humana *independentemente* das bases biológicas.

Mais adiante, ele admite que encontrou pontos de divergência entre as investigações psicológicas e as biológicas da sexualidade, mas que não viu nenhuma necessidade de mudar o curso de suas investigações em decorrência dessas divergências. Fica claro que, apesar de sua experiência na biologia, neste momento, Freud privilegiou os achados da pesquisa psicanalítica em detrimento das bases biológicas.

No prefácio à quarta edição, em 1920 – 15 anos após a primeira publicação – Freud continua analisando as repercussões que sua obra teve nos anos anteriores. Segundo ele, nesta época, podia-se verificar com satisfação que o interesse pela psicanálise permanecia inalterado no mundo, de modo geral. Ele afirma, ainda, que os achados e as teses psicanalíticas que diziam respeito a aspectos puramente psicológicos vinham ganhando mais reconhecimento – inclusive de pessoas que costumavam se opor à psicanálise – do que a parte da teoria que faz fronteira com a biologia. Segundo ele, esta parte passou a sofrer mais críticas, inclusive dos que costumavam se interessar pelas pesquisas psicanalíticas.

Segundo Freud, a grande dificuldade de aceitação de sua teoria continuava sendo a resistência em perceber o papel importante que a sexualidade exerce na vida mental, tanto normal quanto patológica. Para ele, não é difícil explicar essa discrepância na aceitação de suas opiniões. Ele diz que os primórdios da vida sexual humana que descreve em seu livro só podem ser confirmados por investigadores que tenham paciência e habilidade técnica suficientes para analisar os primeiros anos da infância dos pacientes.

Ele afirma que frequentemente isto é impossível de se realizar, pois o tratamento médico demanda que uma doença seja tratada, pelo menos aparentemente, de forma rápida. Este aspecto não difere em nada do que constatamos atualmente, mais de um século depois, na prática médica. Continua-se com a demanda de um tratamento rápido, tanto por parte dos médicos, quanto dos próprios pacientes. O mesmo acontece com as terapias e outras tantas alternativas ditas breves para o tratamento de problemas psíquicos.

3.5 A introdução de Steven Marcus

Na versão em inglês que tomamos para este estudo, encontramos, após os prefácios, uma excelente introdução aos *Três Ensaios*, escrita por Steven Marcus e publicada em 1975, não tendo sido traduzida para o português. Seu texto de 23 páginas consegue introduzir o leitor ao universo dos *Três Ensaios*. Ele não se restringe a resumir ou falar sobre o conteúdo

do livro, mas faz o que consideramos uma desconstrução bastante interessante do texto de Freud, fazendo com que o leitor consiga se sentir mais próximo do texto. Além de falar das intenções sabidas de Freud, Marcus fala do texto escrito, de como é construído, de suas estratégias e do que ele, enquanto leitor, percebeu ao ler os *Três Ensaios*.

A leitura da introdução de Marcus foi realizada após a nossa leitura dos *Três Ensaios*. Geralmente a introdução serve, como o próprio nome diz, para *introduzir* o leitor no universo daquele texto que está por vir, daquela leitura. Etimologicamente, a palavra introduzir deriva do prefixo latim *intro-*, “(movimento) para dentro, para o meio” com o verbo *ducere*, também do latim significando “guiar, conduzir, liderar”. Ou seja, introduzir é guiar alguém para dentro, fazer entrar. No trabalho com a leitura, a introdução conduz, guia o leitor para dentro do texto. Sendo assim, a introdução é geralmente lida antes do texto. No entanto, quando uma introdução é escrita anos após o lançamento do livro (como é o caso da introdução de Marcus aos *Três Ensaios*) ela é lida por muitos leitores que já tiveram contato com o texto anteriormente. Esta circunstância provoca uma experiência diferente de leitura da introdução.

Enquanto uma introdução lida antes do texto serve para situar o leitor, uma introdução lida *a posteriori* pode vir mais carregada de críticas por parte do leitor. Ele pode, por exemplo, discordar da maneira que o introdutor comenta a obra em questão – o que geralmente não acontece quando se lê primeiro a introdução. Digamos que a introdução lida antes pega o leitor mais desprevenido, mais ingênuo. Assim, ao ler uma introdução posteriormente, esta frequentemente nos faz voltar ao texto ao qual ela se refere – seja para conferir alguma coisa, para lembrar ou para construir outros sentidos a partir da nova leitura. Isto foi o que nos aconteceu durante a leitura desta introdução de Steven Marcus. Sendo assim, percebemos que a introdução de Marcus serviu não somente para introduzir, mas serviu como uma espécie de guia dos *Três Ensaios*. À medida que líamos a introdução, voltávamos ao texto de Freud para reler a parte a que Marcus se referia.

Ao buscar informações sobre Steven Marcus na internet, deparamo-nos com certa dificuldade, pois, além da infinidade de homônimos, esta introdução aos *Três Ensaios* não figura entre as obras mais citadas nas pequenas biografias de Marcus, localizadas geralmente em sites acadêmicos, literários ou de livrarias. Encontramos que ele é um acadêmico e crítico literário americano, professor emérito de Humanidades na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, tendo sido reitor da mesma no período de 1993 a 1995. Ele é um dos fundadores do Centro Nacional de Humanidades (*National Humanities Center*) e especialista na cultura e literatura do século XIX, com grande interesse em psicanálise.

Marcus é autor de mais de 200 publicações, entre livros e artigos. Seu livro mais importante – constantemente citado em suas biografias encontradas *online* – chama-se *Os Outros Vitorianos: um estudo da sexualidade e pornografia na Inglaterra de meados do século XIX* (tradução livre, sem tradução para o português). Este livro foi publicado pela primeira vez em 1966, e inicia com uma análise da extensa coleção da Era Vitoriana sobre sexualidade encontrada no Instituto Kinsey para Pesquisa sobre Sexo, Gênero e Reprodução. Posteriormente, no livro, ele analisa o trabalho que considera o mais significativo no gênero da pornografia literária: a autobiografia anônima, de onze volumes, denominada *Minha Vida Secreta (My secret life)*. Por fim, segue a uma análise de quatro romances pornográficos Vitorianos e um comentário sobre as publicações Vitorianas sobre a flagelação. O livro termina com um capítulo propondo uma teoria geral da pornografia como um fenômeno sociológico. Os críticos afirmam que a obra tem um caráter psicológico, contando em sua grande parte com os estudos de Freud.

Alguns de seus outros livros importantes, todos sem tradução para o português, são: *Engels, Manchester e a Classe Trabalhadora; Freud e a Cultura da Psicanálise; e Medicina e Civilização Ocidental* (traduções livres). Outra contribuição importante foi a coedição do volume único de *A Vida e Obra de Sigmund Freud*, de Ernest Jones. Não se costuma mencionar com frequência a introdução que ele escreveu para os *Três Ensaios*, a menos que se busque especificamente seu nome vinculado a Freud ou aos *Três Ensaios*.

Podemos perceber uma relação importante entre Marcus e Freud, pois tanto um quanto o outro mostraram que, por trás da sociedade reprimida e aparentemente inibida da era Vitoriana, existia uma sexualidade poderosa e com necessidade de expressão. Enquanto Freud utilizou métodos clínicos – escuta às histéricas, por exemplo – para abordar a sexualidade nesse período, Marcus utilizou a literatura pornográfica da época como material de estudo. Tanto este gênero literário quanto o discurso das histéricas em análise falavam de uma sexualidade que não era expressa socialmente.

Outra relação entre as obras dos dois autores concerne à perversão. Não tivemos acesso direto a *Os Outros Vitorianos*, de Steven Marcus, mas percebemos – a partir das críticas e comentários ao referido livro – que, assim como Freud nos *Três Ensaios*, Marcus aborda as perversões sexuais. Ao utilizar textos da literatura pornográfica, ele provavelmente se deparou com atos ou comportamentos similares aos que Freud chamou de “aberrações sexuais” ou, mais especificamente, de “desvios com respeito ao alvo sexual”, em que se incluem as *perversões*.

Seria de grande valia a tradução desta introdução para o português, para que os leitores da obra em português pudessem ser introduzidos de forma leve e, ao mesmo tempo, detalhada, minuciosa, ao texto que viria a seguir. Acreditamos que a leitura de uma introdução, antes da leitura do texto em si, proporciona ao leitor uma entrada diferente naquele universo escrito, e uma ou outra introdução pode mudar completamente a experiência da leitura de uma obra, principalmente para os leitores menos familiarizados com o autor e com o texto.

Apesar de resumir o conteúdo dos *Três Ensaios*, Marcus vai muito além de um simples resumo. Os *Três Ensaios* são ricos e muito densos – por vezes difíceis de ler – e uma prévia em relação ao assunto ajuda o leitor a se familiarizar com o texto. O estilo de Steven Marcus é de uma escrita clara e linguagem informal, declaradamente se posicionando em relação a Freud, às vezes até demonstrando certa passionalidade, o que pode ser importante para alguém que tenha o escopo de introduzir um autor e uma obra aos leitores. Uma pessoa mais “neutra” neste caso poderia introduzir Freud e os *Três Ensaios* de forma técnica e objetiva, o que poderia cumprir o propósito de apresentar o livro, porém provavelmente não despertaria tanto o interesse do leitor, como Marcus consegue fazer.

O fato de Steven Marcus não ser psicanalista, ou alguém “da psicanálise”, faz com que a leitura de sua introdução seja diferente e que, talvez, ele acabe introduzindo os leitores realmente à *leitura* de Freud, e não exatamente – ou somente – à Freud ou à psicanálise. Talvez a leitura que Marcus faz se refere mais ao escritor que Freud foi, e não somente ao médico, psicanalista e cientista. Marcus inicia sua introdução aos *Três Ensaios* destacando que, em 1905, Freud publicou três trabalhos de grande importância. O primeiro deles, *Fragmentos de análise de um caso de histeria*, conhecido como o Caso Dora, fora rascunhado em 1901. No entanto, Freud reservou seus escritos, somente publicando-os quatro anos depois. No mesmo ano, ele publicou *Os Chistes e sua relação com o inconsciente*, uma das derivações da sua obra *A Interpretação dos Sonhos*. A terceira publicação, segundo Marcus, foi um pequeno livro em brochura, ou seja, com capa mole, de papel: *Três Ensaios sobre a teoria da sexualidade*.

Assim, tal como Freud, Marcus se refere aos *Três Ensaios* como um “pequeno trabalho”, um pequeno livro. Enquanto certamente muito menor (em número de páginas) do que *A Interpretação dos Sonhos*, os *Três Ensaios* não diferem muito em densidade das outras publicações do mesmo ano. Então, questionamos: por que ele se refere somente aos *Três Ensaios* como um “pequeno trabalho”? Seria uma tentativa de demonstrar humildade, uma

reserva ou pouca pretensão em relação ao trabalho? Além disso, Marcus frisa que foi uma publicação em brochura, o que geralmente é feito para baratear os custos, já que uma impressão com capa de papel possui um custo bastante inferior às publicações em capa dura.

Uma curiosidade apontada por Marcus é que Freud escreveu os *Três Ensaios* simultaneamente ao livro sobre os chistes. Diz-se que ele mantinha os dois manuscritos em mesas adjacentes e se movia livremente de uma mesa para outra de acordo com o seu humor. Para Marcus, Freud estava ciente da importância de sua obra, prova disso é que ele continuou retornando ao seu texto e corrigindo-o, modificando-o e tentando torná-lo mais claro, durante os vinte anos seguintes após sua primeira publicação. Como resultado disso, o leitor verá que:

[...] o texto dos Três Ensaios é algo como um palimpsesto. Ademais, é um tipo peculiar de palimpsesto. Não somente a camada visível do escrito é difícil, às vezes obscura e frequentemente problemática. À medida que descascamos a superfície e recuperamos as camadas, as versões e as formulações anteriormente escondidas, a dificuldade e as obscuridades tendem a se intensificar (MARCUS, 1975 In: FREUD, 1905/1975, pp. xix-xx).

Desde a sua primeira edição, e nos prefácios das edições posteriores, Freud continuava apontando as dificuldades e obscuridades que permeavam seu texto. Daí infere-se que ele era sensível a essas dificuldades e que tomava seu trabalho como um texto constantemente em construção e, assim, passível de desconstrução. Vasconcelos (2003) em um texto intitulado *O que é a desconstrução?* explica que esta visa a inverter a hierarquia dos conceitos, procurando pensar o segundo termo como principal e originário. Por exemplo, na relação entre causa e efeito, este é geralmente entendido como secundário e derivado da causa.

Mas, em nossa experiência, primeiramente constatamos a manifestação do efeito, para então remontarmos a suas causas. Assim concebido, o efeito é que deveria ser tido como originário, pois é por *causa* dele que um fenômeno pode ser concebido como causa. Em outras palavras, numa perspectiva desconstrucionista, o efeito é entendido como a causa de sua própria causa (VASCONCELOS, 2003, p.75, grifo do autor).

Nos textos de Freud, por exemplo nos *Três Ensaios*, temos a tendência a valorizar mais o texto “original”, ou o que derivou todos os comentários, as releituras, os novos estudos a respeito dele. No entanto, esse texto “primeiro” (os *Três Ensaios*) só pôde ser considerado

um texto tão fundamental e importante como é hoje, por causa justamente dos muitos comentários e releituras feitos em cima dele. De outro modo, ele poderia ser simplesmente mais um texto de Freud, como vários outros que não são amplamente conhecidos. Ou seja, é por causa do *efeito* que os *Três Ensaios* produziram que eles puderam passar a ser reconhecidos como *causa*, como fundamento, como texto originário e importante.

3.6 Um texto nunca é inocente

Embora não declare especificamente, Steven Marcus parece fazer uma leitura desconstrutiva dos *Três Ensaios* de Freud, e é a partir dessa perspectiva – de desconstruir o texto escrito por Freud – que ele escreve sua introdução à obra. Na desconstrução, parte-se da perspectiva de que nenhum texto é inocente, pois possui estratégias para levar o leitor numa determinada direção. Marcus faz exatamente esta leitura da obra de Freud, afirmando:

Eu proponho que o que temos perante nós – como de costume, com Freud – é algo que não pode ser pensado como um texto inocente. Esta proposição não deve surpreender, já que foi Freud, mais que qualquer outra pessoa na história do mundo moderno, que nos ensinou a suspeitar da pretensa ou aparente inocência de qualquer tipo (MARCUS, 1975 In: FREUD, 1905/1975, p. xx).

O trecho acima é um dos que demonstra a passionalidade de Marcus ao falar de Freud, conforme dito anteriormente. Ao falar que foi Freud, *mais que qualquer outra pessoa na história do mundo moderno*, quem ensinou a suspeitar da aparente inocência das coisas, ele exclui outros autores que partiam também desse pressuposto. Talvez Freud tenha sido o primeiro, ou um dos primeiros autores a declarar essa suspeita em relação à inocência das coisas, mas certamente não foi o único.

Como Marcus estava falando do texto escrito de Freud, ele poderia ter citado autores como o próprio Derrida (constantemente evocado quando se fala em desconstrução e estratégias textuais). No entanto, entendemos que não era o propósito de sua introdução falar sobre a sua própria estratégia de leitura. Em outras palavras, embora ele estivesse aparentemente desconstruindo o texto de Freud, ele não fala de sua própria estratégia de

leitura do texto freudiano. As considerações que fazemos no momento já se referem a uma desconstrução nossa do texto de Marcus em relação ao texto de Freud.

Segundo Marcus, os *Três Ensaio*s não são inocentes em sua forma, conteúdo ou intenção. Desde o início, um dos objetivos declarados deste trabalho foi afirmar o fim de uma inocência histórica. Com a publicação dos *Três Ensaio*s, Freud deu visibilidade a “uma era de inocência cultural” (MARCUS, 1975 In: FREUD, 1905/1975, p. xx), na qual a infância era considerada inocente, livre de desejos, de busca por prazer, de autoestimulação. “Muito do ódio ligado ao nome de Freud deve ser entendido nessa perspectiva. Em nome da verdade e da realidade, ele se dedicou a negar os mitos santificados da cultura ocidental” (Ibid, p. xxi). Marcus salienta que, em geral, as culturas não aceitam bem tais desmistificações e, assim sendo, não é de surpreender que dentre os construtos teóricos de Freud, aqueles que se referem à sexualidade infantil foram os que sofreram mais resistências.

No texto de Freud em português, encontramos o termo “sexualidade infantil”. No entanto, na introdução de Steven Marcus, quando ele fala sobre o assunto, usa o termo “*infantile and childhood sexuality*”. Na tradução, adotou-se mais amplamente sexualidade infantil, mas, no inglês, *infancy* ou *infantile* se referem aos estágios mais iniciais da infância, ou o que chamamos comumente de primeira infância. Já *childhood* se refere à infância de um modo mais geral, contemplando também os anos posteriores, até a pré-adolescência. Assim, o termo em inglês se mostra mais específico, ou seja, é possível verificar melhor de que fase da infância o Freud está falando, enquanto “sexualidade infantil” ficou mais abrangente. Embora não traga grandes prejuízos para o entendimento da obra, este é mais um exemplo de abertura de sentidos que a tradução entre idiomas proporciona.

Ao abordar o formato dos *Três Ensaio*s, Marcus afirma que Freud tinha a intenção clara de ser sistemático, já que cada ensaio é dividido em várias seções, cada uma delas com um título, e cada uma ainda é dividida em subseções menores. Assim, o trabalho como um todo é composto desses blocos de material justapostos. Marcus oferece duas analogias para falar dos *Três Ensaio*s. Ele diz que a obra se parece com um palimpsesto na perspectiva de tempo histórico, ou seja, ele se refere à justaposição de notas de rodapé, que retratam o que havia antes; o que fora retirado; as incorporações de novos elementos ao próprio texto, etc. Ao mesmo tempo, ele diz que o texto se parece com um mosaico, tanto em relação à diagramação, ao espaço impresso, quanto na minúcia necessária em cada lida do texto. Os *Três Ensaio*s lembram um mosaico justamente nesse sentido de ter partes muito pequenas que

se juntam para compor uma unidade, ou um texto unificado, mas que podem ser separadas, completas em si mesmas.

Em contraste à varredura explicativa que geralmente associamos à escrita de Freud, o discurso presente nos *Três Ensaio*s é formado desses fragmentos que são tanto conectados quanto fáceis de separar, manipular, revisar, ou remover. Eles funcionam como partes móveis de um sistema, e a intenção complexa de Freud nesse texto inclui a explícita intencionalidade de ser sistemático, em estabelecer uma teoria coerente e sistemática (MARCUS, 1975 In: FREUD, 1905/1975, p.xxi).

É difícil precisar se a intenção de Freud, desde o início, era especificamente de ser sistemático, como destaca Marcus. Ao mesmo tempo em que sabemos que Freud sempre teve a intenção de que a psicanálise fosse reconhecida cientificamente – e isso incluiria uma sistematização da teoria – as primeiras edições dos *Três Ensaio*s não foram publicadas nesse formato acadêmico, decomposto, dividido, sistemático.

Como afirma o editor inglês, as seções inicialmente (antes de 1924) só apareciam numeradas até a metade do primeiro ensaio, e somente depois é que a sistematização foi estendida ao segundo e terceiro ensaios, para facilitar as referências. Ou seja, durante os quase 20 anos desde a sua primeira publicação, Freud não pareceu priorizar a sistematização, mas sim os acréscimos que considerava essenciais e as modificações necessárias, de acordo com o avanço de suas pesquisas e sua clínica. Provavelmente essa extensão se deu *a partir* da utilização do texto em meios acadêmicos e *devido à* necessidade de se tornar mais compreensível. Ou seja, não parece ser algo para o qual Freud atentou desde o início, mas que surgiu com o tempo, com as repercussões à publicação da obra.

Uma segunda questão colocada por Marcus em relação ao formato do texto é sobre a estrutura dos ensaios. Ele lança as perguntas: Por que Freud começou deste modo? Por que ele começou com um ensaio sobre as aberrações sexuais e partiu destas para os ensaios sobre a sexualidade infantil e as transformações da puberdade? Ele diz que a sua estratégia – e falando aqui em estratégia, ele reforça a ideia posta anteriormente de que este texto de Freud não é inocente nem em seu conteúdo nem em sua forma – neste contexto não é difícil de entender. Ao iniciar falando sobre as aberrações sexuais, Freud estava buscando lidar primeiro com certas formas do comportamento sexual de adultos. Ademais, Marcus diz que as práticas sexuais em questão eram familiares e reconhecíveis a qualquer público a que ele

pensasse estar se dirigindo em 1905. Sendo assim, Freud procedeu de modo a decompor essas manifestações do comportamento sexual, desmembrando-as e reorganizando-as. Assim:

O conteúdo explosivo deste livro será encontrado no segundo ensaio; teria sido imprudente, no sentido mais elementar, começar imediatamente com este tópico. Uma base preparatória no assunto mais familiar e paradoxalmente menos provocativo das aberrações sexuais precisou ser apresentado antes que Freud pudesse avançar para o assunto perturbador da sexualidade infantil (MARCUS, 1975 In: FREUD, 1905/1975, p. xxii).

Quando ele fala em paradoxo, sustenta a tese de que as aberrações sexuais deveriam ser um assunto mais perturbador e controverso do que a sexualidade infantil. Pelo fato de as aberrações serem algo que foge do comum, do normal, e que é visto com menos frequência, estas deveriam perturbar mais do que a sexualidade infantil, que é comum a todas as crianças. No entanto, como o próprio Marcus aborda anteriormente, a questão da sexualidade infantil mexe com as bases do mito cultural de que a infância é a época da inocência, e que é feliz justamente por não ter que lidar com desejos e impulsos sexuais. Ou seja, mexe com algo que parece estar mais escondido, recalcado, do que as aberrações sexuais, por mais aberrantes e excêntricas que elas pareçam ser.

Sendo assim, Freud parece ter feito uma escolha bastante pertinente na ordem dos ensaios. Além de apresentar primeiro as aberrações sexuais, ele se dedicou a desconstruir algumas ideias estabelecidas, de que, por exemplo, as ditas aberrações sexuais só faziam parte da vida sexual das pessoas anormais ou doentes. Freud trouxe outra luz para esta questão ao apontar essas aberrações como presentes na vida sexual mesmo das pessoas normais, dando ênfase em relação ao *grau* e às *variações* (frequência, exclusividade ou não, etc.) da pulsão sexual e não aos comportamentos em si. Este foi o trabalho de base que ele realizou no primeiro ensaio ao pegar um tema já mais conhecido e ainda assim se dedicar a desconstruí-lo, de modo que a leitura do segundo ensaio pudesse se dar de forma menos impactante.

Steven Marcus assinala que nos *Três Ensaio*s Freud estava escrevendo com um modelo em mente, que ele identifica como o modelo de Darwin, e diz que os *Três Ensaio*s seria seu trabalho mais darwinista. A obra seria sobre *origens*, de várias maneiras, e teria sido escrita através de um ponto de vista consistentemente evolucionista. Tanto Darwin quanto Freud estavam interessados nas relações entre aspectos variáveis.

Darwin traçava as relações de variação entre uma espécie e outra, e em que ponto uma espécie poderia se transformar. “E assim como o tema principal do trabalho de Darwin foi a ‘transmutação’ das espécies, a preocupação fundamental dos Três Ensaios é com ‘as transformações da pulsão sexual’” (MARCUS, 1975 In: FREUD, 1905/1975, p. xxiii, grifos do autor). Marcus aponta que o propósito da taxonomia de Freud não era meramente criar novas distinções e classificações, mas sim entender como essas distinções se relacionam umas com as outras, e como uma é criada a partir da transformação da outra. Freud vinha da medicina e, além disso, pretendia tornar a psicanálise reconhecida cientificamente. Provavelmente parte de seu interesse em sistematizar e criar classificações e subclassificações tenha base neste pano de fundo. No entanto, o que Marcus ressalta é que o interesse de Freud estava além desse “encaixe” na medicina psiquiátrica.

Aparentemente, Freud percebia que havia de fato muitas interações entre as variações na pulsão e que a linha divisória entre quais variações poderiam ser consideradas normais e quais seriam patológicas era muito tênue e, sendo assim, talvez a necessidade de classificar se devesse também a sua própria metodologia de construção da teoria. Talvez ele tenha precisado dividir, classificar, subdividir, para que ele próprio pudesse pensar melhor no que poderia significar a dinâmica pulsional. Apesar das classificações nosográficas, Freud sempre pareceu muito cuidadoso em não fechar determinadas questões, conceitos ou patologias, pois o estudo das relações diferentes e do dinamismo pulsional é presente em grande parte de sua obra.

Outra semelhança que Marcus encontra entre Freud e Darwin é em relação ao tempo que os dois autores levaram para publicar seu material. Segundo ele, Darwin “ruminou” seus estudos por duas décadas antes de decidir publicar, e ele só o fez pois, nesse meio tempo, Alfred Russel Wallace também havia descoberto o princípio da seleção natural. Freud vinha acumulando seu material dos *Três Ensaios* por quase dez anos e ele, também, “vivendo em seu autointitulado ‘isolamento esplêndido’, não estava com muita pressa de publicar seus achados teóricos” (MARCUS, 1975 In: FREUD, 1905/1975, p. xxiv, grifo do autor).

3.7 O primeiro ensaio

Em nossa pesquisa, deteremo-nos mais no primeiro ensaio, sobre as aberrações sexuais, pois é neste que Freud discorre mais detalhadamente sobre o que considera

perversões e como estas se relacionam com a sua teoria sobre a sexualidade. As referências ao segundo e terceiro ensaios serão mais pontuais, mais específicas no que concerne à perversão, que é o foco da nossa pesquisa.

Freud inicia o primeiro ensaio da obra, intitulado *As Aberrações Sexuais*, desconstruindo uma noção, que ele chamou de “opinião popular”, sobre a natureza e as características da pulsão sexual. Segundo ele, para a opinião popular, a pulsão sexual estaria ausente na infância, começaria a ser sentida durante o processo de maturação da puberdade, seria exteriorizada nas manifestações de atração de um sexo pelo outro, e seu objetivo seria a união sexual. Embora ele próprio trabalhe – em outros momentos de sua obra – com a noção de desenvolvimento, neste ponto ele pretende se afastar dessa ideia popular sobre a pulsão sexual que seria, além de desenvolvimentista, naturalizante, já que parece seguir um caminho natural, começando em um certo ponto, para chegar a outro, um fim.

Freud, então, desconstrói esta noção afirmando que estas seriam conclusões apressadas e imprecisas, já dando uma pista da complexidade do assunto que pretendia tratar. Neste momento – o segundo parágrafo do texto – já é possível perceber a abertura com que ele se propõe a abordar a sexualidade. Assim ele inicia, didática e sistematicamente, introduzindo dois termos que serão de extrema importância para o entendimento de sua teoria da sexualidade. O primeiro termo é o *objeto sexual*, que designa a pessoa de quem provém a atração sexual. O segundo é o *alvo sexual*, que seria a ação para a qual a pulsão⁶ impele. Seu método declarado é o de apontar os desvios existentes em ambos os grupos e delinear, a partir daí, a relação destes com a suposta norma. Ele encerra sua pequena introdução a este primeiro ensaio assegurando que para atingir este objetivo é necessária uma investigação minuciosa.

Percebe-se, pelas notas de rodapé, que grande parte do que Freud desenvolveu sobre a teoria da sexualidade, adveio de uma intensa interlocução com Fliess, através das cartas trocadas entre eles. Na nota do editor inglês, este comenta que é numa carta de fins de 1896 onde está a primeira referência às zonas erógenas e aos seus vínculos com as *perversões*. Neste primeiro ensaio, Freud aborda, inicialmente, os desvios com respeito ao objeto sexual: inversão (homossexualidade); e a tomada de animais e pessoas sexualmente imaturas (crianças) como objetos sexuais. Posteriormente, ele discorre sobre os desvios com respeito ao alvo sexual: transgressões anatômicas; e fixações de alvos sexuais provisórios.

⁶ Freud utiliza o termo “pulsão sexual” para se referir às necessidades sexuais no homem e no animal. Ele faz uma analogia com a pulsão de nutrição: a fome. Para designar a pulsão sexual, ele utiliza o termo “libido”.

3.7.1 A homossexualidade

Sabemos que se comenta, erroneamente, que Freud incluiu a homossexualidade no campo das perversões. Talvez esta confusão se dê por Freud ter abordado ambas no mesmo ensaio. No entanto, esta afirmação está distante da construção que Freud faz a respeito da homossexualidade, e isto aparece no início do texto, quando dedica boa parte deste ensaio para falar sobre a inversão, claramente encaixando-a no primeiro grupo (desvios com respeito ao objeto sexual), enquanto as perversões fariam parte dos desvios com respeito ao alvo sexual, o segundo grupo.

Entretanto, mais do que somente encaixá-la em um campo específico, ele faz um trabalho de abertura das possibilidades em relação à homossexualidade. Marcus diz que: “Freud divide este comportamento de acordo com a *exclusividade* em uma extremidade da escala e *contingência* na outra” (MARCUS, 1975 In: FREUD, 1905/1975, p. xxvi, grifos nossos). Assim, para tentar dar conta do que ele já havia percebido e pesquisado como possibilidades, Freud utiliza uma ideia de *espectro* para abordar e classificar os tipos de homossexualidade, no qual a *exclusividade* homossexual está em uma ponta e o comportamento homossexual *ocasional*, *contingente*, está na outra. Embora nem Freud nem Marcus utilizem diretamente a palavra *espectro*, pensamos que esta define bem a noção com a qual Freud trabalha, noção esta que se refere a graus, variações, níveis, gradações.

Espectro, na física, diz respeito à decomposição. Decomposição de elementos, como, por exemplo, da luz solar, o espectro solar. Era precisamente isso que Freud fazia: decompunha elementos de algo (um comportamento, um sintoma, um sonho) para que as coisas ficassem mais nítidas, inteligíveis, ou para que assim, através da decomposição, fosse possível construir um novo sentido, ou algum sentido.

Quando Freud aborda o tópico *Animais e pessoas sexualmente imaturas como objetos sexuais* neste primeiro ensaio, ele evoca novamente esta ideia de espectro (que na versão em português encontramos *escala*), afirmando: “Essa curiosíssima relação entre as variações sexuais e a *escala* que vai da saúde à perturbação mental dá o que pensar” (FREUD, 1905/1996, p. 141, grifo nosso). *Escala*, neste contexto, também se refere a níveis, graus, séries. Há, no entanto, outros sentidos para a palavra *escala*, que poderemos utilizar mais adiante quando nos referirmos aos trechos em que Freud aborda as perversões.

Marcus pontua que: “Quando ele aborda as explicações contemporâneas desta aberração [invertidos], ele considera que as explicações explicam muito pouco” (MARCUS, 1975 In: FREUD, 1905/1975, p. xxvi). Podemos verificar que, até hoje, as explicações ou teorias acerca da homossexualidade não explicam muita coisa. O que constatamos são diversas correntes teóricas⁷, algumas até mesmo opostas, não havendo ainda um consenso, e talvez nunca haja. Havia uma atribuição médica popular na época, de que a inversão era uma indicação inata de degeneração nervosa. Freud rejeita as duas partes deste diagnóstico afirmando que este é “inadequado tanto em precisão classificatória quanto em valor explicativo” (FREUD, 1905/1975, p. xxvi).

Surge, então, a questão acerca do caráter inato ou adquirido da homossexualidade, e Freud se recusa a escolher exclusivamente entre essas duas alternativas opostas. Não somente quanto a esta questão, mas percebemos que no resto de sua obra, Freud trabalha com alternativas *entre* os pares de opostos, ele não se rende à lógica maniqueísta de que a homossexualidade se explicaria *ou* pelo inato *ou* pelo adquirido. Como Rosenfeld (1998) destacou, Freud tinha alta tolerância para a inconsistência e a incerteza, e não era afeito a definições rígidas e constrictivas. Esta forma ampla de pensar a sexualidade humana é uma das características mais marcantes da teoria freudiana.

Freud se recusa a aceitar a homossexualidade como uma “entidade” única e simples. Ele faz o oposto: enfatiza a complexidade que a envolve, e se afasta da noção de que esta seria o polo oposto da heterossexualidade, ou que um grupo seria normal e o outro patológico. Em uma longa nota de rodapé, acrescentada em 1915, ele ressalta que: “A investigação psicanalítica opõe-se com toda firmeza à tentativa de separar os homossexuais dos outros seres humanos como um grupo de índole singular” (FREUD, 1905/1996, p. 137).

Ao falar sobre os homossexuais não terem uma “índole singular”, Freud parece aí estar utilizando um eufemismo. Nesta nota, ele fala em *singular*, aparentemente para não dizer *inferior*. Acompanhando a construção que Freud faz nesta seção sobre os homossexuais (os invertidos), em outros momentos ele pontua claramente que estes eram vistos até então, por alguns médicos, como portadores de uma degeneração nervosa. Embora Freud não utilize a palavra *inferior* em momento algum em seu texto, ele dedica algumas páginas a desconstruir a ideia de que os homossexuais não teriam as mesmas capacidades das pessoas ditas normais,

⁷ Não citaremos ou especificaremos as correntes teóricas atuais que abordam questão da homossexualidade, visto que o foco de nosso trabalho reside no tema da perversão. Apenas passamos pela inversão ao reconstruir o caminho que Freud faz em seus *Três Ensaíos*.

ou seja, ele se dedicou a derrubar o argumento de que os invertidos fossem inferiores em suas capacidades, quando comparados aos normais.

Para isso, ele recorre a um recurso comumente utilizado quando se deseja sustentar um argumento: a referência a pessoas famosas, reconhecidas pelo grande público, o que irá conferir legitimidade ao argumento. Atualmente as pessoas usam nomes de celebridades – ou grandes autores, na área acadêmica – para sustentar um argumento, dar validade ou conferir autoridade ao que querem dizer. Por exemplo: “Fulano também declarou que é a favor disto...”, “Fulano adotou esta técnica...”, “Em seu novo livro, Fulano diz que...”.

Neste sentido, Freud se utiliza da cultura dos povos antigos, claramente considerada por ele como válida, para sustentar seu argumento de que os invertidos não deveriam ser considerados como degenerados ou, implicitamente, inferiores. Ele reflete: “É preciso considerar que nos povos antigos, no *auge* de sua cultura, a inversão era um fenômeno frequente, quase que uma instituição dotada de importantes funções” (FREUD, 1905/1996, p. 132, grifo nosso).

No *Guía de Freud*, compilado por Jerome Neu, tivemos acesso a uma carta de Freud em resposta a uma mãe que lhe escreveu preocupada com a homossexualidade do filho. Em um trecho da carta, Freud escreve: “Muitos indivíduos altamente respeitáveis da antiguidade e de nossos tempos foram homossexuais e, entre eles, vários dos personagens mais notáveis da História (como Platão, Michelangelo, Leonardo da Vinci, etc.)” (FREUD, 1935/1960, p. 470 apud NEU, 1996, p. 226, tradução nossa).

Essa estratégia textual usada tanto na linguagem falada – seja em conversas informais, seja numa aula, palestra, etc. – como na linguagem escrita, pode possuir um duplo movimento. Ela tanto pode funcionar para legitimar e conferir mais autoridade ao que está sendo dito, como pode – inesperadamente – invalidar o argumento. Essa afirmação de Freud, tendo como intenção clara a validação de seu argumento, pode ser lida da forma inversa. Enquanto Freud claramente quis conferir legitimidade ao seu argumento citando a cultura dos povos antigos, algum leitor pode, justamente *por causa* dessa estratégia, desconsiderar o argumento. Isso poderia acontecer, por exemplo, no caso de um leitor com uma visão evolucionista da cultura, segundo a qual os povos primitivos (mesmo os grandes nomes da História) seriam inferiores, ou menos desenvolvidos que os atuais. Ou que o conhecimento científico atual estaria mais *avançado* do que o dos povos antigos, o que invalidaria esse argumento de Freud.

Anos após a primeira publicação dos *Três Ensaio*s em 1905, fica claro que Freud continuou pesquisando sobre o tema e acrescentando novas considerações ao texto. Na nota acrescentada em 1915, já citada anteriormente, ele continua tratando a sexualidade humana de forma ampliada, inclusive problematizando também a heterossexualidade, ou seja, o que seria considerado o “normal” em termos de objeto sexual. Ele destaca:

No sentido psicanalítico, portanto, o interesse sexual exclusivo do homem pela mulher é também um problema que exige esclarecimento, e não uma evidência indiscutível que se possa atribuir a uma atração de base química (FREUD, 1905/1996, p. 138).

Nesta nota percebe-se que Freud adota uma postura não naturalizante da sexualidade. Sobre isto, Marcus comenta que, ao se recusar a separar os homossexuais das pessoas “normais”, Freud estava enfatizando a continuidade e a relação existente entre os dois grupos (homossexuais e heterossexuais), o que pode ser estendido para a relação entre patológico e não patológico. Assim, ao acrescentar que a normalidade heterossexual é, em si, problemática, não óbvia e não esclarecida, ele estava chamando atenção para o caráter incerto e complexo do que nós normalmente tomamos como a norma humana natural, em termos de sexualidade.

Assim, mais do que separar os comportamentos em pares de opostos, em muitos momentos de sua obra, e particularmente nos *Três Ensaio*s, Freud enfatiza que as diferenças entre vários aspectos (do comportamento, da pulsão...) são da ordem da quantidade, do grau, da medida. Como pontuamos anteriormente, Freud utiliza um modelo de *espectro*. Mais adiante na nota de rodapé de 1915, ainda falando sobre os invertidos, ele demarca: “As diferenças nos resultados podem ser de natureza *qualitativa*, mas a análise mostra que as diferenças no que os condiciona são apenas *quantitativas*” (FREUD, 1905/1996, p.138, grifos nossos).

Na conclusão da seção sobre os invertidos, Freud afirma que foi impossível esclarecer satisfatoriamente a origem da inversão a partir do material apresentado, mas que, através desta indagação, foi possível chegar a um conhecimento importante, talvez até mais importante do que a elucidação acerca da origem da inversão. Este conhecimento a que Freud se refere diz respeito à ligação entre a pulsão sexual e objeto sexual. Segundo ele, até então, imaginava-se que haveria uma ligação direta entre a pulsão e o objeto sexual. Contudo, “[...] somos instruídos a afrouxar o vínculo que existe em nossos pensamentos entre a pulsão e o objeto. É

provável que, de início, a pulsão sexual seja independente de seu objeto, e tampouco deve ela sua origem aos encantos deste” (FREUD, 1905/1996, p. 140). Com isso, Freud enfatizava o caráter plástico e não naturalizado/não determinado da pulsão.

3.7.2 As perversões

É no tópico sobre *Desvios com respeito ao alvo sexual* que aparece a primeira descrição das perversões na obra em questão. Nos *Desvios com respeito ao objeto sexual*, Freud ainda não fala em perversão. Sobre esses desvios da pulsão sexual, Freud comenta que se poderia pensar em atribuí-los à loucura, mas isso não seria apropriado, pois, segundo sua experiência, não se observam entre os loucos quaisquer perturbações da pulsão sexual diferentes das encontradas entre os sadios. Os loucos apenas exibem tais desvios em grau intensificado, ou então, elevado a uma prática *exclusiva* e *substituindo* a satisfação sexual normal. Freud considerou curiosa a relação entre as variações sexuais e a escala que vai da saúde à perturbação mental.

Freud considerou como alvo sexual normal a união dos genitais no coito, que leva à descarga da tensão sexual e à extinção temporária da pulsão sexual. “Todavia, mesmo no processo sexual mais normal reconhecem-se os rudimentos daquilo que, se desenvolvido, levaria às aberrações descritas como *perversões*” (FREUD, 1905/1996, p.141, grifo do autor). Esta é a primeira aparição da palavra *perversões* nos *Três Ensaio*s. Ele continua:

É que certas relações intermediárias com o objeto sexual (a caminho do coito), tais como apalpá-lo e contemplá-lo, são reconhecidas como alvos sexuais preliminares. Essas atividades, de um lado, trazem prazer em si mesmas, e de outro, intensificam a excitação que deve perdurar até que se alcance o alvo sexual definitivo (Ibid, p. 141).

Assim, é possível apontar fatores que permitem ligar as perversões à vida sexual normal e que também são aplicáveis à classificação delas. Freud classifica as perversões como: (a) *transgressões anatômicas* quanto às regiões do corpo destinadas à união sexual, ou (b) *demoras* nas relações intermediárias com o objeto sexual, que normalmente seriam atravessadas com rapidez a caminho do alvo sexual final.

Neste momento retomamos o uso do termo *escala*, que já apontamos como uma noção com a qual Freud trabalha. Anteriormente tomamos *escala* com o sentido de graus, níveis, variações. Ao falar sobre “*demoras* nas relações intermediárias com o objeto sexual” (Ibid, p. 142), podemos desdobrar o termo, e evocar um outro sentido da palavra escala. Dentre algumas definições, destacamos: “Ação de *deter-se* para abastecer ou para desembarcar e embarcar passageiros: fazer escala”⁸. Esta definição se relaciona com essas *demoras* ou *paradas* de que fala Freud em relação ao alcance do alvo sexual. É como se a pulsão sexual fizesse uma *escala*, interrompesse, ou desse uma parada, no seu curso, ao invés de seguir direto o seu curso normal, rumo ao coito.

A definição que Freud oferece das perversões, já nessa parte, parece seguir o sentido etimológico da palavra. Segundo Cunha (2010), perversão vem do latim *pervertere*. Esta palavra tem uma conotação de “levar ao caminho errado, corromper”, de *per-*, “fora”, e *vertere*, “virar”. Deste modo, perverter o alvo sexual, seria virar para fora, seguir outro caminho, que foge à norma, que se desvia do que seria o rumo normal. Embora Freud se refira à perversão como um desvio da norma, uma saída do rumo, uma virada, ele não parece adotar uma conotação moral. Ele enquadra a perversão como um desvio em relação ao alvo sexual normal, que seria, para ele, o genital.

Freud aponta o *asco* como uma das forças que levam à restrição do alvo sexual, no entanto, o asco pode ser vencido pela libido. Ele diz que o uso da boca como órgão sexual é considerado como perversão quando os lábios de uma pessoa entram em contato com a genitália de outra, mas não quando ambas colocam em contato a mucosa labial. Para Freud, nesta exceção residiria o ponto de ligação com o normal. “Quem, por considerá-las perversões, detesta as outras práticas, certamente usuais desde os primórdios da humanidade, cede nisso a um claro *sentimento de asco* que o resguarda de aceitar tal alvo sexual” (FREUD, 1905/1996, p.143, grifo do autor).

Sobre esta citação de Freud, Marcus assinala que geralmente se reconhece as perversões *a partir de, e juntamente com* um sentimento de asco em relação a elas. Em certa medida, para Freud, os limites desse asco podem ser puramente convencionais e socialmente induzidos, o que acabou levando a uma restrição do alvo sexual. No entanto, Freud acrescenta, “ironicamente”, segundo Marcus (1975 In FREUD, 1905/1975), que a pulsão sexual, com a sua força, *gosta* de passar por cima deste asco.

⁸< <http://www.dicio.com.br/escala/>> Acesso em: 13 abr. 2012.

No inglês, no lugar de gostar, lê-se *enjoy*. *Enjoy* tem um sentido mais amplo e mais enfático do que o gostar em português, pois se refere à realmente desfrutar de algo, tirar prazer de, curtir, gozar, divertir-se. Ao falar em *gostar* (e *enjoy*), Freud toma a pulsão como uma força que tem uma espécie de “vida própria”, ou seja, não depende do controle do sujeito, segue seu próprio curso, tanto que parece até divertir-se com isso. Este aspecto se relaciona com o que ele afirma sobre a sexualidade ser o “ponto fraco” da humanidade, ou seja, a força sobre a qual não se consegue ter controle. Em outras palavras, é algo que se encontra, em sua grande parte, inconsciente. E suas manifestações também são inconscientes. Para Freud, a histeria é uma grande prova dessa tese.

Se fôssemos pensar num sentido quantitativo e hierárquico, as afirmações de Freud sugerem que, embora as duas forças – do asco e da libido – sejam muito poderosas e determinantes para os caminhos da pulsão (e para as manifestações da sexualidade), existiria uma superioridade da libido em relação ao asco, já que aquela pode se sobrepor a este. Na versão em inglês, a palavra para asco é *disgust*. Dentre muitas traduções, além de asco, *disgust* pode ser traduzido como repulsa. Ou seja, algo que pulsa novamente, re-pulsa. Mas pulsa novamente para outra direção, no caso a direção contrária à da libido.

3.7.3 Fetichismo

Ainda no tópico sobre os desvios com respeito ao alvo sexual (em que fala sobre as perversões), Freud aponta que nenhuma outra variação da pulsão sexual nas fronteiras do patológico mereceria tanto o seu interesse quanto o *fetichismo*, dada a singularidade dos fenômenos relacionados a ele. Ele define como fetichismo os casos em que o objeto sexual normal é substituído por outro que guarda certa relação com ele, mas que seria totalmente impróprio para servir ao alvo sexual normal.

Segundo ele, o substituto do objeto sexual geralmente é uma parte do corpo (os pés, os cabelos) pouco apropriada pra fins sexuais, ou então um objeto inanimado que tem uma ligação com a pessoa a quem substitui, de preferência com a sexualidade dela (um artigo de vestuário, uma peça íntima). Ele diz: “Comparou-se esse substituto, não injustificadamente, com o fetiche em que o selvagem vê seu deus incorporado” (FREUD, 1905/1996, p.145).

Freud passa então a explicar qual seria o ponto de ligação do fetichismo com a sexualidade dita normal, afirmando que este ponto em comum seria:

[...] a supervalorização psicologicamente necessária do objeto sexual, que se propaga inevitavelmente por tudo o que está associativamente ligado ao objeto. Por isso certo grau desse fetichismo costuma ser próprio do amor normal, sobretudo nos estágios de enamoramento em que o alvo sexual normal é inatingível ou sua satisfação parece impedida (FREUD, 1905/1996, pp. 145-146).

E, assim, o caso só se tornaria patológico se o anseio pelo fetiche se *fixasse* e se colocasse *no lugar* do alvo sexual normal. De forma semelhante, é possível considerar como patológico quando o fetiche se desprende de determinada pessoa e se torna *o único* objeto sexual. Segundo Freud, são essas as condições para que meras variações da pulsão sexual se transformem em aberrações patológicas.

De acordo com essa descrição de Freud, entende-se que quando o fetiche ou o objeto do fetiche – inanimado, por exemplo, e descolado da pessoa que representou inicialmente – passa a ser *suficiente e determinante* para a excitação sexual, então se pode considerar uma variação da pulsão em termos *patológicos*. A todo o momento em que discorre sobre as perversões, Freud aponta ligações com o que seria normal, sempre confirmando a ideia de que a perversão está presente na vida sexual considerada normal, e que apenas alguns aspectos (como a fixação e a exclusividade) irão determinar ou não uma patologia.

Para Freud, na escolha do fetiche manifesta-se a influência persistente de uma impressão sexual recebida, na maioria das vezes, na primeira infância. Essa derivação é particularmente clara nos casos em que há apenas um condicionamento fetichista do objeto sexual. Em outros casos, o que leva à substituição do objeto pelo fetiche é uma conexão simbólica de pensamentos que, na maioria das vezes, não é consciente para a pessoa.

Em um texto posterior denominado *Fetichismo*, de 1927, Freud define o fetiche como: “[...] um substituto do pênis da mulher (da mãe) em que o menininho outrora acreditou e que – por razões que nos são familiares – não deseja abandonar” (FREUD, 1927/1996, p.155). Percebe-se, neste texto, que Freud mantém a sua teorização sobre a origem do fetichismo. No entanto, diferentemente dos *Três Ensaio*s (1905), no *Fetichismo* (1927), o autor não fala deste como pertencente ao campo das perversões, e os termos *perversão*, *perversões*, *aberração* e *perverso* não aparecem no texto *Fetichismo*.

Apesar de não aparecer explicitamente no texto, subentende-se que Freud ainda se refere ao fetiche como um fenômeno perverso, pois, ele atribui ao fetichismo um mecanismo

determinante para a estruturação perversa, que é a *recusa da castração*. Ele fala da existência de muitas provas importantes quanto à atitude dividida dos fetichistas em relação à castração feminina. “Em casos bastante sutis, tanto a rejeição quanto a afirmação da castração encontram caminho na construção do próprio fetiche” (FREUD, 1927/1996, p.159). Este mecanismo de, ao mesmo tempo, reconhecer e rejeitar a castração é constituinte para a estruturação perversa.

Segundo Freud, o fetichista pode, muitas vezes, executar a castração que ele mesmo rejeita. No *Fetichismo* (1927), Freud cita uma variante, que constitui um paralelo ao fetichismo, e que poderia ser encontrado no costume chinês de mutilar o pé feminino e, depois disso, reverenciá-lo como fetiche. Marilee Strong, uma autora contemporânea que pesquisa sobre a automutilação, descreve que por mais de mil anos, os chineses utilizaram a prática citada por Freud, que consistia em atar os pés das mulheres desde pequenas, praticamente deixando-as aleijadas por dobrar seus pés para baixo até os ossos se quebrarem e o pé tomar a forma de uma flor de lótus.

Mulheres nobres que não se submetessem ao procedimento de amarrar os pés, que começava na idade de 5 ou 6 anos, eram excluídas socialmente. Até ser considerado ilegal nos anos de 1930, o “pé de lótus” era considerado o símbolo mais importante de beleza e erotismo entre a classe alta (STRONG, 1998, p.140).

Sobre este costume, ao relacioná-lo às suas teorizações sobre o fetichismo, Freud (1927/1996) afirma que: “Parece algo como se o homem chinês quisesse agradecer à mulher por ter se submetido a ser castrada” (p.160).

Mais adiante, Freud fala sobre a função do toque para a excitação sexual, pontuando que certa dose do uso do tato é indispensável para que se atinja o alvo sexual normal. Sabe-se também que as sensações de contato com a pele do objeto sexual são fontes de prazer e excitação. Para ele, demorar-se no tocar, desde que o ato sexual seja levado adiante, dificilmente poderia contar entre as perversões. O mesmo se daria com o ato de olhar, que, segundo Freud, deriva do tocar. Para ele, a impressão visual continua a ser o caminho mais frequente pelo qual se desperta a excitação libidinosa.

Por outro lado, o prazer de ver [escopofilia] transforma-se em perversão (a) quando se restringe exclusivamente à genitália, (b) quando se liga à

superação do asco (o *voyeur* – espectador das funções excretórias), ou (c) quando suplanta o alvo sexual normal, em vez de ser preparatório a ele (FREUD, 1905/1996, p. 148).

Ou seja, da mesma forma que no fetiche uma parte do corpo (cabelos, pés) ou um objeto inanimado (roupas íntimas, peles) substituem completamente o objeto sexual (a pessoa), na perversão *voyerista*, o ato de olhar substitui a relação sexual normal, ao invés de ser uma etapa para chegar a ela.

Freud (1905/1996) afirma que na perversão que aspira a olhar e ser olhado “[...] distingue-se um traço curiosíssimo, do qual nos ocuparemos ainda mais intensamente na *aberração* a ser examinada a seguir, ou seja: nela, o alvo sexual apresenta-se numa configuração dupla, nas formas ativa e passiva” (p.149, grifo nosso). Para ele, a força que se opõe ao prazer de ver, mas pode eventualmente ser superada por ele – como antes visto no caso do asco – é a *vergonha*.

3.7.4 As perversões e o sentido moral

Neste momento, podemos utilizar a citação anterior de Freud para destacar algo no que concerne à utilização, pelo autor, de alguns termos. Sabemos que algumas palavras perdem suas significações, ou tem seus sentidos e suas grafias modificadas ao longo dos anos. Segundo um site⁹ utilizado para pesquisas etimológicas, as palavras “obedecem a ciclos evolucionários: nascem, se desenvolvem, têm um apogeu e muitas vezes morrem, caindo em desuso ou desaparecendo – às vezes juntamente com o idioma inteiro”.

Freud parece falar de *aberração* como algo que simplesmente foge à norma, afastando-se do sentido pejorativo que a palavra ainda carrega atualmente. *Aberração* vem do latim *aberratio*, “andar sem destino”, formada por *ab-*, “para fora”, mais *errare*, “perambular, vagar”. Com o significado de “aquilo que se desvia do normal”, usa-se desde meados do século XIX. Percebe-se que as palavras *perversão* e *aberração* têm origens etimológicas similares, especialmente no que se refere a algo que está “fora”, que se desvia, que toma outro rumo. Conforme discussão anterior, as duas palavras, ao longo do tempo, adquiriram conotações ainda mais depreciativas. No entanto, Freud parece a todo o momento utilizá-las

⁹ <http://origemdapalavra.com.br/#home_desc> Acesso em: 29 set. 2011.

em seu sentido estrito, como algo que está fora da norma, mas nem por isso necessariamente é algo negativo.

São diversos os trechos em que Freud critica os outros médicos pela maneira com que tratavam a sexualidade, tanto nos *Três Ensaios* quanto em outros textos, como em *Fragmentos de análise de um caso de histeria* (1905 [1901]). Nos dois textos citados, Freud dá uma “lição de moral”, na tentativa de pontuar, ensinar, dar uma lição sobre o moralismo com o qual vinha sendo tratada a questão da sexualidade na época, especialmente no que dizia respeito às perversões. Vejamos alguns exemplos:

Entre outras coisas, considero despropositado que um médico, ao escrever sobre as aberrações das pulsões sexuais, sirva-se de cada oportunidade para intercalar no texto expressões de sua repugnância pessoal ante coisas tão revoltantes. Estamos diante de um fato, e é de se esperar que nos acostumemos a ele pondo de lado nossos próprios gostos (FREUD, 1905 [1901]/1996, p. 55).

Analisando esta citação fica claro que Freud foi pioneiro nesse sentido, na tentativa de se abster de julgamento moral em relação às variações da pulsão sexual. Pelo modo como ele fala, percebe-se que esse tipo de julgamento moral era comum aos médicos da época, e que estes inclusive relatavam seu horror a esses comportamentos em seus escritos técnicos. Ele continua: “Precisamos aprender a falar sem indignação sobre o que chamamos de perversões sexuais [...] Na vida sexual de cada um de nós, ora aqui, ora ali, todos transgredimos um pouquinho os estreitos limites do que se considera normal” (Ibid, p. 55).

Ainda no mesmo texto, Freud continua de forma enfática dizendo que:

As perversões não são bestialidades nem degenerações no sentido patético dessas palavras. [...] As menos chocantes dentre as chamadas perversões sexuais são amplamente difundidas por toda a população, como sabe todo o mundo, exceto os médicos que escrevem sobre o assunto. Ou melhor, esses autores também sabem, só que se empenham em esquecê-lo no momento em que tomam da pena para escrever a respeito (Ibid, pp. 55-56).

Semelhantemente, em vários momentos nos *Três Ensaios*, mas, especialmente no trecho a seguir, Freud afasta o termo *perversão* de qualquer conotação negativa, pejorativa ou vergonhosa: “Em nenhuma pessoa sadia falta algum acréscimo ao alvo sexual normal que se

possa chamar de perverso, e essa universalidade basta, por si só, para mostrar quão imprópria é a utilização reprobatória da palavra perversão” (FREUD, 1905/1996, p.152).

3.7.5 Sadismo e masoquismo

Ainda no contexto das perversões, Freud passa a falar sobre o sadismo e o masoquismo que, para ele, são as mais frequentes e significativas de todas as perversões. Dando crédito a outro autor pela nomenclatura, ele aponta que “A inclinação a infligir dor ao objeto sexual, bem como sua contrapartida [...] foram denominadas por Krafft-Ebing, em formas ativa e passiva, de ‘sadismo’ e ‘masoquismo’ (passivo)” (FREUD, 1905/1996, p.149).

No tocante ao sadismo, Freud afirma que suas raízes são fáceis de identificar nas pessoas normais, pois a sexualidade da maioria dos homens exhibe uma mescla de agressão, de inclinação a subjugar. Sobre o conceito de sadismo na linguagem corriqueira, o autor aponta que este “oscila desde uma atitude meramente ativa ou mesmo violenta para com o objeto sexual até uma satisfação *exclusivamente condicionada* pela sujeição e maus-tratos a ele infligidos. Num sentido estrito, somente este último caso extremo merece o nome de perversão” (Ibid, p.150, grifos nossos). De maneira similar, o autor explica que a designação de “masoquismo” abrange todas as atitudes passivas perante a vida sexual e o objeto sexual, a mais *extrema* das quais parece ser o *condicionamento* da satisfação ao padecimento de dor física ou anímica advinda do objeto sexual.

Podemos perceber, de acordo com as citações já apresentadas anteriormente, que, para Freud, palavras como *extremo*, *exclusivo*, *único*, *fixado* e *condicionado* aparecem constantemente associadas à perversão. Estas condições seriam então determinantes para a diferenciação do que seria uma variação da pulsão num nível normal, ou num nível patológico. Assim, ele ressalta que, quando a perversão não se apresenta *ao lado* do alvo e do objeto sexuais normais, mas antes suplanta e substitui o normal em todas as circunstâncias, ou seja, quando há nela as características de *exclusividade* e *fixação*, então nos vemos autorizados, na maioria das vezes, a julgá-la como um sintoma patológico.

Para Freud (1905/1996), “O sadismo e o masoquismo ocupam entre as perversões um lugar especial, já que o contraste entre atividade e passividade que jaz em sua base pertence às características universais da vida sexual” (p.150). Continuando a descrição do sadismo, ele

afirma que a crueldade e a pulsão sexual estão intimamente correlacionadas, completando que isto é-nos ensinado, acima de qualquer dúvida, pela história da civilização humana.

Ademais, Freud afirma que “toda dor contém em si a possibilidade de uma sensação prazerosa” (Ibid, p. 151). O autor, em outro texto – *O Problema Econômico do Masoquismo* (1924) – também aborda a relação entre a dor e o prazer, asseverando que não se pode duvidar que há tensões prazerosas e relaxamentos desprazerosos de tensão.

Fica claro que, para Freud, a libido é a força dominante. Outras forças que serviriam para impedir o ato sexual (asco, vergonha e dor) são superadas pela libido. Recapitulando, Freud se refere ao *asco* quando fala da tomada de outras partes do corpo (como lábios, boca e ânus) em lugar do alvo sexual; refere-se à *vergonha* quando fala sobre o prazer de ver e ser visto (*voyerismo* e exibicionismo); e refere-se à *dor* quando fala sobre o sadismo e o masoquismo. No entanto, para ele, tanto a vergonha, quanto o asco e a dor, podem ser superados quando a libido está em ação, conforme afirma na seção sobre sadismo e masoquismo, na citação seguinte: “A dor, que com isso é superada, alinha-se com o asco e a vergonha que se opunham à libido como resistência” (FREUD, 1905/1996, p. 150).

Para que a libido supere essas forças que a ela se opõem é necessário um grande trabalho psíquico. Quanto a isso, Freud comenta que talvez justamente nas perversões mais aberrantes exista uma abundante participação psíquica para transformar a pulsão sexual, pois existe uma forte idealização do objeto sexual. Assim, para Freud (1905/1996), a onipotência do amor talvez nunca se mostre com maior intensidade do que nessas aberrações, de modo que o caráter mais nobre e o mais vil da sexualidade aparecem na mais íntima dependência mútua.

Analogamente, pode-se relacionar este entendimento ao que alguns autores que abordam a estruturação perversa ressaltam sobre suas características. Segundo Chaves (2004), o perverso é aquele que *mais se ocupa do pai*, ou seja, ele despense um grande trabalho psíquico para executar o movimento duplo de afirmar e recusar a castração, ao mesmo tempo.

3.7.6 A neurose como o negativo da perversão

Freud entende que as psiconeuroses se baseiam em forças pulsionais de cunho sexual, e que a vida sexual dos neuróticos expressa-se através de sintomas. Para ele, há uma

enigmática contradição na histeria, registrando a presença de um par de opostos: uma necessidade sexual desmedida e uma excessiva renúncia ao sexual. Entre a urgência da pulsão e o antagonismo da renúncia ao sexual situa-se a saída para a doença, que não soluciona o conflito, mas procura escapar a ele pela transformação dos anseios libidinosos em sintomas.

É bastante conhecida, no campo da psicanálise, a teorização de Freud sobre *a neurose ser o negativo da perversão*. Para ele, os sintomas representariam a expressão *convertida* de pulsões que seriam designadas de *perversas* se pudessem expressar-se diretamente. Portanto, os sintomas se formam, em parte, às expensas da sexualidade *anormal*, “*a neurose é, por assim dizer, o negativo da perversão*” (FREUD, 1905/1996, p.157, grifos do autor). Através da explicação de Freud, infere-se que a neurose seria então o negativo, a negação, a recusa da perversão. Ou mesmo algo como o outro lado, o inverso. Seria a saída por outro meio, que não a da sexualidade perversa, infantil, e isso se daria através do recalçamento.

Antes mesmo dos *Três Ensaio*s, já no *Caso Dora* (1905 [1901]), Freud falava de sua tese sobre a neurose ser o negativo das perversões. Ele diz que: “quando alguém *se torna* grosseira e manifestamente pervertido, seria mais correto dizer que *permaneceu* como tal, pois exemplifica um estágio de *inibição do desenvolvimento*” (FREUD, 1905 [1901]/1996, p. 56, grifos do autor). Novamente podemos evocar a palavra *escala*, pois é como se o perverso tivesse feito uma escala no curso do desenvolvimento sexual normal e, assim, tivesse ficado parado em certo estágio (infantil) ao invés de seguir em frente.

Para Freud, todos os psiconeuróticos possuem inclinações perversas fortemente acentuadas, mas recalçadas e tornadas inconscientes no curso de seu desenvolvimento. Por isso é que as psiconeuroses seriam o *negativo* das perversões. Ele completa dizendo que “As forças impulsoras da formação dos sintomas histéricos não provém apenas da sexualidade normal recalçada, mas também das moções perversas inconscientes” (Ibid, p. 56).

Retomando a introdução de Marcus aos *Três Ensaio*s, este resume em poucas palavras a teorização de Freud acerca da natureza composta da pulsão:

A pulsão sexual não é uma entidade única, unitária. Ela é feita de diferentes componentes que são reunidos – amalgamados, agregados, ou sintetizados – na atividade sexual adulta normal. Nas perversões, contudo, vemos que os componentes se separaram novamente; eles se decompueram, e alguns deles foram recompostos para formar esses tipos alternativos de comportamento (MARCUS, 1975 In: FREUD, 1905/1975, p. xxx).

Assim, ao contrário do que se poderia pensar a princípio (que as aberrações sexuais estão distantes da vida normal e mais próximas da perversão, e que o neurótico está mais próximo da vida normal e mais distante da perversão), Freud escreve de uma maneira que aproxima tanto a neurose como a perversão da vida sexual dita normal. Deste modo, neurose e perversão seriam expressões diferentes da pulsão sexual, porém com grandes semelhanças. Em outras palavras, o que o neurótico fantasia, o perverso põe em ato. Como dois lados da mesma moeda. No entanto, a comparação com uma moeda ainda não seria uma analogia acurada, pois em se tratando de manifestações da pulsão sexual, é impossível traçar uma linha definida, ou um lado definido.

Seguindo a lógica de Freud, de que na neurose está contida a teoria do comportamento sexual tanto normal quanto aberrante, pode-se pensar que a neurose dispõe de mais possibilidades, ou seja, a pulsão tem uma liberdade maior para transitar, enquanto na perversão ela fica “presa” a determinados atos, que Freud explica usando termos como exclusividade, fixação. Seria uma restrição de possibilidades. Por serem mais chocantes para a maioria das pessoas, esses atos sexuais considerados aberrações frequentemente passam a impressão de uma “liberalidade” ou de uma liberdade sexual maior do que a dos neuróticos, quando na maioria das vezes, o prazer sexual está mais restrito, pois se limita, estreita-se a este ou aquele ato (por ex: sexo com animais, com crianças, com objetos inanimados como fetiche, com dor, com excrementos).

Assim como aborda a questão do inato *versus* adquirido nas inversões, Freud volta a levantar essa questão acerca das perversões, mantendo a posição de que é impossível determinar com clareza. Ao final do primeiro ensaio, ele afirma que é discutível que as perversões remontem a condições inatas ou resultem de experiências ao acaso. Segundo ele, pode-se concluir que “há sem dúvida algo inato na base das perversões, mas esse algo *é inato em todos os seres humanos*, embora, enquanto disposição, possa variar de intensidade e ser acentuado pelas influências da vida” (FREUD, 1905/1996, p.162, grifos do autor).

A última seção do primeiro ensaio, *Indicação do infantilismo da sexualidade*, já prepara o leitor para o que está por vir: a abordagem da sexualidade infantil no segundo ensaio. Para Freud (1905/1996), a “suposta constituição que exhibe os germes de todas as perversões só é demonstrável na criança, mesmo que nela todas as pulsões só possam emergir com intensidade moderada” (p.162). Assim, no ensaio seguinte, o interesse de Freud volta-se para a vida sexual da criança, e investiga as influências que dominam o processo de

desenvolvimento da sexualidade infantil até seu desfecho na perversão, na neurose ou na vida sexual normal.

3.8 O segundo ensaio: sexualidade infantil

Freud inicia o segundo ensaio, sobre a sexualidade infantil, sem nenhuma pequena introdução ou comentário. Ele já começa com um tópico, quase uma denúncia, intitulado: *O descaso para com o infantil*. Segundo ele, na opinião popular sobre a pulsão sexual, esta estaria ausente na infância, somente sendo despertada na puberdade. Para Freud, este é um equívoco que produz graves consequências, sendo o principal culpado pela ignorância sobre as condições básicas da vida sexual.

Freud comenta que os autores se ocuparam predominantemente com a fase pré-histórica representada pela vida dos antepassados – ou seja, a hereditariedade – ao invés de levar em consideração o que ele chama de “a outra fase pré-histórica”, aquela individual de cada pessoa, a saber, a infância. Segundo ele, não é possível avaliar corretamente a parcela devida à hereditariedade antes de se apreciar a que é devida à infância. Já era possível, na época em que ele escreveu os *Três Ensaio*s, encontrar na literatura sobre o assunto algumas notas ocasionais acerca da atividade sexual em crianças, como ereções e masturbação. No entanto, essas atividades eram sempre citadas como processos excepcionais, patológicos ou exemplos assustadores de depravação precoce.

Freud (1905/1996) comenta: “Nenhum autor, ao que eu saiba, reconheceu com clareza a normatividade da pulsão sexual na infância, e, nos escritos já numerosos sobre o desenvolvimento infantil, o capítulo sobre o ‘Desenvolvimento Sexual’ costuma ser omitido” (p.163). Sobre esta última afirmativa, ele acrescentou uma nota de rodapé informando que a citada afirmação pareceu-lhe tão ousada que ele decidiu revisar mais uma vez a bibliografia, somente para confirmar sua pesquisa, o que fez com que ele mantivesse a frase no texto.

A esta citação específica, Marcus (1975 In: FREUD, 1905/1975), em sua introdução, acrescenta uma nota de rodapé dizendo que pequenas modificações acerca desta alegação de Freud devem ser feitas. Para isto, ele indica um artigo chamado “*Freud and the Discovery of Child Sexuality*”, no qual é mencionada uma série de antecipações parciais de alguns achados de Freud. Este texto foi escrito por Stephen Kern e faz parte de um periódico trimestral intitulado *History of Childhood Quarterly: The Journal of Psychohistory*, tendo sido

publicado em 1973, ou seja, apenas dois anos antes da introdução de Marcus (1975). Pelo número de referências a este texto encontradas na internet, percebe-se que foi uma publicação que ganhou relevância no campo da sexualidade infantil. O autor, Stephen Kern – contemporâneo de Steven Marcus – é professor e pesquisador de História na Universidade de Northern Illinois.

Para Marcus, o grande mérito dos *Três Ensaio*s de Freud está no equilíbrio que ele apresenta entre uma abertura a novas experiências e materiais e, ao mesmo tempo, uma sistematização coerente do material já recolhido; o equilíbrio entre o concreto e o abstrato; entre o caráter inato e o adquirido e, principalmente, à delicadeza com que este equilíbrio é sustentado.

No segundo ensaio, Freud retoma os “entraves” que surgem no caminho da pulsão sexual, a saber, o asco e o sentimento de vergonha, conforme já tratado no primeiro ensaio. Ele afirma que nas crianças civilizadas, tem-se a impressão que o desenvolvimento desses entraves é obra da educação e, embora a educação tenha muito a ver com isso, ele pontua que esse desenvolvimento também é organicamente condicionado e fixado pela hereditariedade.

Em um tópico sobre a atividade da zona anal, Freud afirma que tal como a zona dos lábios, a zona anal está apta, por sua posição, a mediar um apoio da sexualidade em outras funções corporais. Para ele, “É de se presumir que a importância erógena dessa parte do corpo seja originariamente muito grande. [...] Os distúrbios intestinais tão frequentes na infância providenciam para que não falem a essa zona excitações intensas” (FREUD, 1905/1996, p.175). Assim, as crianças conseguem tirar proveito da estimulação erógena da zona anal através da retenção das fezes que, ao passar pelo ânus com dificuldade, pode exercer uma estimulação intensa na mucosa.

Freud enfatiza que, com isso, a criança está apenas se certificando de que não lhe escape o dividendo de prazer que vem junto com a defecação e diz que: “Mais uma vez, os educadores têm razão ao chamarem de *perversas* [*schlimm*] as crianças que “retardam” essas funções” (Ibid, p. 175, grifo nosso). Na versão em inglês, no lugar de *perversas*, é utilizada a palavra *naughty*. O peso da frase em português parece ser maior, já que *perverso*, como já falamos, carrega uma conotação mais negativa, enquanto *naughty* é uma palavra inglesa comumente utilizada para se referir a crianças desobedientes, malcriadas, levadas.

Outra diferença entre as duas versões no que concerne a esta citação é que, em português, foi acrescentada a palavra correspondente em alemão entre colchetes, [*schlimm*].

Já o tradutor inglês não menciona em nenhum momento a palavra alemã. Esta, no entanto, apresenta uma tradução que carrega um peso mais parecido com a escolha da tradução brasileira. Segundo o Dicionário Michaelis, *schlimm* significa mau, ou ruim, o que acaba sendo mais próximo da conotação de *perversa*, do que de *malcriada*, *levada*.

Assim, a busca pelo prazer ficou associada a uma coisa ruim, principalmente por se tratar da infância neste caso, corroborando a crença popular de que a infância deveria ser uma fase desprovida de sexualidade e que a criança não teria interesse em buscar prazer ou autoestimulação. Desta forma, uma criança que retardava a defecação para se estimular era considerada má, perversa ou malcriada pelos seus cuidadores.

Em um tópico intitulado *Disposição perversa polimorfa*, Freud diz que a criança, sob a influência da sedução, possa tornar-se perversa polimorfa e ser induzida a todas as transgressões sexuais possíveis. Assim, ele diz que toda criança tem uma *disposição* perversa polimorfa. Apesar de não explicar detalhadamente o termo, entende-se que qualquer criança apresenta possibilidades de exercer os mesmos comportamentos considerados perversos que os adultos exercem. E essas perversões podem se apresentar de diversas formas diferentes, multiforme, polimorfa. Ele segue afirmando que:

Isso mostra que traz em sua disposição a aptidão para elas; por isso sua execução encontra pouca resistência, já que, conforme a idade da criança, os diques anímicos contra os excessos sexuais – a vergonha, o asco e a moral – ainda não foram erigidos ou estão em processo de construção (FREUD, 1905/1996, p.180).

Tomando esse aspecto polimorfo e perverso da sexualidade infantil, Freud volta a abordar, neste segundo ensaio, alguns aspectos (desvios) que abordou no primeiro, quando falava das aberrações sexuais. Por exemplo, no primeiro ensaio ele falou da pulsão de ver e de mostrar (*voyerismo* e *exibicionismo*). Transpondo esses comportamentos para o universo infantil, ele diz que a criança pequena é desprovida de vergonha, e em certos períodos de seus primeiros anos mostra satisfação no desnudamento do corpo, principalmente das partes sexuais. No entanto, a contrapartida dessa inclinação tida como perversa – a curiosidade de ver a genitália de outras pessoas – só se torna manifesta um pouco mais tarde na infância, quando o sentimento de vergonha já atingiu certo desenvolvimento. Ele complementa alertando que, sob a influência da sedução, a perversão de ver pode alcançar grande importância na vida sexual da criança.

Seguindo o mesmo movimento, no segundo ensaio Freud retoma a pulsão de causar dor (sadismo) ao falar sobre a manifestação desse comportamento na infância. Ele diz que já nas crianças é possível perceber componentes de crueldade da pulsão sexual. Para ele, a crueldade é perfeitamente natural no caráter infantil, já que a trava que faz a pulsão de dominação deter-se ante a dor do outro – a capacidade de compadecer-se – tem um desenvolvimento relativamente tardio. E novamente, ele faz um alerta “A ausência da barreira da compaixão traz consigo o risco de que esse vínculo estabelecido na infância entre as pulsões cruéis e as erógenas torne-se depois indissolúvel na vida” (FREUD, 1905/1996, p.182).

Concluindo o conteúdo do segundo ensaio, citamos a observação de Marcus (1975 In: FREUD, 1905/1975), acerca da disposição perversa polimorfa das crianças, quando este diz que: “Diferentes cenários podem levar ao mesmo resultado na maturidade. E o contrário também é possível e demonstrável: um mesmo cenário pode levar diferentes pessoas, a diferentes resultados na fase adulta” (p. xxxvi). Ele faz essa construção destacando o que Freud conclui que, embora seja verdade que sob a influência da sedução as crianças *podem* se tornar perversas polimorfas, e podem apresentar muitos tipos de irregularidades sexuais, também é verdade que não é necessário que haja sedução para que a vida sexual de uma criança apareça. Por fim, “[...] é impossível não reconhecer que esta mesma disposição para perversões de todos os tipos é uma característica humana geral e fundamental” (Ibid, p. xxxvii).

3.9 O terceiro ensaio: puberdade

No terceiro ensaio, Freud passa a discorrer sobre as *Transformações da Puberdade*. Neste ensaio fica claro que, de modo geral, a puberdade é um segundo tempo em que as estruturas psíquicas se organizam. Enquanto muita coisa em relação à sexualidade – e à posição sexual adotada pelo sujeito – é definida na infância, outros aspectos somente são definitivamente firmados na puberdade.

Freud toma, novamente, a questão da natureza da excitação sexual e sua relação com o prazer, descreve como as zonas erógenas se organizam em novas formas como pré-prazer, e relaciona esses pré-prazeres ao mecanismo das perversões. Neste terceiro ensaio, Freud reforça o que já havia dito anteriormente sobre as perversões. No tópico intitulado *Os perigos*

do pré-prazer, ele fala sobre a *demora* ou a *fixação* em alguma zona de prazer que não a genital, e como se a ação preparatória tomar o lugar do alvo sexual normal, isto será caracterizado como um mecanismo das perversões.

Segundo Marcus, Freud conclui com um argumento coerentemente forte: “Não é sem boas razões que, para a criança, a amamentação no seio materno toma-se modelar para todos os relacionamentos amorosos. O encontro do objeto é, na verdade, um reencontro” (FREUD, 1905/1996, p. 210). Daí porque a relação da criança com aqueles que cuidam dela – especialmente a mãe – tem um caráter sexual. E a mãe, por sua vez, em relação à criança com sentimentos que são derivados de sua própria vida sexual enquanto ela cuida dele. Para Freud, não há nada para se horrorizar em reconhecer a natureza sexual desta relação, pois a mãe está somente cumprindo a tarefa de ensinar a criança a amar.

Marcus expõe que, embora o amor tome diversas formas, o tipo de amor que Freud tem em mente é associado à ideia de um adulto autônomo e vigoroso. E essa autonomia é um objetivo que não pode ser alcançado diretamente, pois o objeto que é encontrado na vida adulta não pode ser o objeto reencontrado idêntico ao da primeira infância. A experiência edipiana tem que ser atravessada e resolvida. Assim, “[...] a interdição do incesto – uma demanda cultural feita pela sociedade – deve ser internalizada, junto com outras proibições, limites e restrições” (MARCUS, 1975 In: FREUD, 1905/1975, p. xl).

Nesta citação podemos ver o que representa o fio condutor do nosso trabalho: a relação da perversão no campo sexual (abordada por Freud, nos *Três Ensaios*) com a perversão numa perspectiva social, como passaremos a expor nos próximos capítulos, tomando como referência alguns autores contemporâneos. Pudemos acompanhar, até agora, durante esta leitura desconstrutiva dos *Três Ensaios*, que Freud aponta a perversão como parte de sua teoria sobre a sexualidade, dando ênfase a ela em alguns momentos particulares dos *Três Ensaios*. Assim, toda a construção que Freud faz em relação ao que considera perversão, ou perversões – como ele chama no primeiro ensaio – é relacionada à vida sexual. Dentro do campo da sexualidade, e embora Freud fale sobre as perversões no ensaio sobre as aberrações sexuais, ele se empenha em frisar que estas fazem parte da vida sexual dita normal, apenas assumindo graus e fixações diferentes.

No segundo ensaio, sobre a sexualidade infantil, ele volta a falar da perversão, como um aspecto (ou comportamento) já presente nas crianças – e, mais importante, nas crianças normais – que seria a perversão polimorfa. Até então, não havíamos saído do campo da sexualidade, mas, ao falar sobre a superação do Complexo de Édipo no terceiro ensaio, Freud

ensaia – podemos dizer assim – uma relação das perversões com a vida social do sujeito na fase adulta. Sabemos que uma das características mais marcantes dos sujeitos perversos é a dificuldade em lidar com a Lei, com a interdição, com as normas sociais, por isso estes vivem desafiando e transgredindo leis, demonstrando uma relação de constante conflito com a Lei e com figuras de autoridade.

Podemos facilmente ver como a interdição do incesto é um protótipo para toda a relação da criança – futuro adulto – com as normas que deverá seguir. Por exemplo, frequentemente vemos sujeitos que burlam algumas normas sociais, consideradas por ele e por outros como pequenas – como furar filas, não devolver um troco que recebeu errado, deixar de pagar pequenas taxas, etc. – pois não resistem à sensação de que estão “tirando vantagem” de algumas situações. Ou seja, enquanto outras pessoas estão pagando o preço (real e simbólico) para conseguir algo, eles estão conseguindo a mesma coisa com vantagem, de graça ou pagando menos, portanto mais facilmente. Esta é uma das grandes “sensações” da perversão, de que se está passando por cima, sendo mais esperto, vendo o que os outros não veem.

Não é difícil relacionar as situações acima citadas com as de uma criança que consegue – de alguma forma, seja por qualquer motivo – passar por cima do pai, ou do terceiro, do intruso (mais forte, autoridade) e ficar com a mãe, num mundo onde só existem ele e a mãe simbioticamente. Como afirmam Rothenberg e Foster (2003), a perversão permite que alguém continue a viver num mundo banhado de prazer após o ponto onde a lei edipiana de restrições deveria ter sido efetivada.

4 PERVERSÃO SOCIAL

Ao sairmos da leitura desconstrutiva dos *Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade* (1905), fica em relevo a tese de Freud sobre a perversão como parte de sua teoria sobre a sexualidade, dando ênfase a ela em alguns momentos particulares dos *Três Ensaios*. Assim, toda a construção que Freud faz acerca do que considera perversão, é fundada na lógica do recalque, e relacionada à vida sexual. Ele discorreu sobre as variações da pulsão sexual, sobre os diferentes níveis que ela alcança e sobre como algumas manifestações da pulsão, mesmo fazendo parte da vida sexual dita normal, podem ser consideradas perversões, a depender dos graus e fixações que apresentem. Como sublinhamos no capítulo anterior, ao falar sobre a superação do Complexo de Édipo no terceiro ensaio, Freud chega a ensaiar uma relação das perversões com a vida social do sujeito na fase adulta.

Slavoj Zizek, filósofo esloveno e intenso estudioso da psicanálise, escreveu e editou um livro em colaboração com Molly Anne Rothenberg e Dennis Foster, no qual fala sobre a perversão e as relações sociais. Rothenberg e Foster (2003) apontam que o estágio durante o qual a criança tem que achar uma maneira de se separar, como uma entidade independente, do universo esmagador – mesmo que seguro e prazeroso – da díade, *organiza as formas básicas dos laços sociais do adulto*, as satisfações que ele irá buscar, os sofrimentos que ele irá passar e também infligir. Assim, o indivíduo entra no campo social quando ele descobre que existe um espaço para ele, em ligação com outros. Mas esse espaço emerge somente quando a Lei do Pai permite uma separação psíquica da mãe, com quem o sujeito está preso num jogo de gozo.

Para avaliar o modo como o perverso funciona, como parte da motivação e da *dinâmica do laço social*, é preciso entender o dilema do perverso, o gozo e os sofrimentos da posição perversa. Aqueles que não passam pelo acordo edipiano permanecem sujeitos ao horror, assim como ao prazer, de viver no domínio do gozo da mãe, nunca livres para entrar no mundo normal de desejos simbólicos mais moderados e decepções (ROTHENBERG; FOSTER, 2003).

Segundo Chaves (2004), o perverso é aquele que, paradoxalmente, mais “se ocupa” do pai, que mais se torna prisioneiro do pai, amarrando-se a ele através do jogo ou da cumplicidade perversa, da dinâmica do desafio e da transgressão da Lei. Rothenberg e Foster corroboram essa noção, apontando que, “desesperados para encontrar limites para o gozo da

mãe, os perversos tentam fazer essa Lei do Pai operar através de atos transgressivos e recusas” (ROTHENBERG; FOSTER, 2003, p.5). O desafio e a transgressão são traços tipicamente perversos.

As citações anteriores mostram que os referidos autores contemporâneos – Zizek, Rothenberg, Foster, Chaves – teorizam acerca de um mesmo ponto: como a construção edipiana (relações da criança com as figuras materna e paterna) pode levar o sujeito a uma estruturação perversa e como isso implicaria na sua forma de fazer laço social na vida adulta. No entanto, olhando de outro ângulo – um ângulo diferente do da dinâmica infantil, familiar e edipiana – é interessante pensar na perversão no campo social, em como ela se apresenta e organiza a sociedade. Neste sentido, é possível pensar sobre como um sujeito neurótico – que teoricamente passou “com sucesso” pelo Édipo e se estruturou através do mecanismo do recalque – pode, de repente, se ver preso numa montagem perversa em sua vida social.

4.1 Clínica fenomenológica X clínica estrutural

Contardo Calligaris, em uma conferência realizada na Bahia, em 1986, discorre sobre a perversão de um ponto de vista social. Nesta, a pergunta que norteia a sua apresentação é: a perversão poderia ser uma forma de laço social? Para responder a esta indagação, ele inicia dizendo que habitualmente falamos da perversão a partir de uma fenomenologia considerada por ele como inaceitável: a fenomenologia da conduta sexual dita desviante. Ele explica, então, por que essa fenomenologia seria inaceitável elencando duas ordens de razões.

A primeira razão seria epistemológica, porque o catálogo das perversões ditas sexuais (sadismo, masoquismo, *voyerismo*, etc.) foi estabelecido pelo direito canônico, tendo sido uma herança deste para a medicina, no início do século XIX, ou seja, quando o direito moderno, o direito napoleônico, deixou de se interessar pela vida privada das pessoas. Assim, uma clínica não pode justificar um conjunto de fenômenos que são reunidos por uma desaprovação de ordem moral (CALLIGARIS, 1986).

Em seguida, ele aborda a segunda ordem de razões, que seria mais propriamente psicanalítica. Sendo a clínica psicanalítica uma clínica estrutural, e fundada sobre a transferência, esta não parte de fenômenos objetivados e sim diretamente da estrutura. Assim, não se fazem diagnósticos a partir de fenômenos elementares, mas a partir da maneira como

uma transferência se amarra. Segundo ele, não podemos, portanto, estabelecer um diagnóstico de perversão a partir de uma conduta sexual (CALLIGARIS, 1986).

Partindo dessa colocação de Calligaris, podemos retomar as teorizações de Freud nos *Três Ensaio*s. Para Freud, conforme já discutido, as perversões estavam no campo sexual. Assim sendo, e ao contrário do que afirma Calligaris, parecia ser *possível* estabelecer um diagnóstico de perversão a partir das condutas sexuais. No entanto, para Freud, estas não eram tomadas em termos de seu conteúdo, mas sim de seu grau, ou do caráter fixo, exclusivo. Ao contrário, para Calligaris, não seria possível estabelecer um diagnóstico de perversão a partir da sexualidade, mas sim a partir da transferência estabelecida na clínica.

Calligaris (1986) passa, então, a descrever como se apresenta o perverso na transferência. Para ele, o perverso se apresenta sempre de duas maneiras: a primeira é no registro da cumplicidade, ou seja, do lugar do instrumento e do saber – ele fala com o analista como se este fosse o outro lugar, como se estivesse com ele no mesmo fantasma. A segunda maneira é o desafio – neste caso ele fala como se o analista fosse o Outro, mas no desafio, pois se o analista é o Outro, é ele (o paciente) que sabe como fazê-lo gozar.

Edilene Queiroz, psicanalista e professora doutora da Universidade Católica de Pernambuco, dedicou-se a uma pesquisa clínica extensiva sobre o discurso perverso, o que resultou no livro *A clínica da perversão* (2004). Neste livro, a autora aborda a perversão também a partir da transferência na clínica, de um ponto de vista da relação analista-analisante, focando nas características do discurso do paciente. Sabemos que a transferência permite que apareça na clínica, de modo intensificado, aquilo que ocorre de modo difuso no campo social. A transferência é, portanto, a reedição de certos modelos de relação. Queiroz (2004) se reporta ao *discurso perverso* – e não exclusivamente ao *discurso do perverso* – e toma como referência “um tipo de discurso produzido por sujeitos que apresentam traços ‘perversiformes’” (p. 18). Ao falar sobre as características desse discurso, ela aborda alguns pontos convergentes com os expostos por Calligaris.

Queiroz, ao discorrer sobre um de seus pacientes, diz que este se queixava, permanentemente, da relação analista-analisante, definida por ele como autoritária e desigual, fazendo com que algumas vezes ele tentasse inverter os lugares, gerando certos impasses. “Para se sustentar na relação com o outro, quase sempre o perverso requer o *estabelecimento de pactos e de cumplicidades*. Ele só consegue manter-se nas relações, formando par e na condição de o outro pactuar com suas fantasias” (QUEIROZ, 2004, p. 66, grifos nossos).

Assim, tanto para Calligaris, quanto para Queiroz, o diagnóstico de perversão, numa clínica fundada na transferência, coloca-se a partir do discurso, ou seja, da maneira como alguém se dirige ao analista e do lugar que o coloca quando fala com ele. O discurso, em psicanálise, refere-se ao lugar de onde o sujeito analisante fala e ao jogo que ele faz. Nesse sentido, Calligaris (1986) pontua que o diagnóstico de perversão pode-se dar quando esse lugar é o da *cumplicidade* ou do *desafio*, quando esse tipo de cumplicidade ou de desafio é a maneira de falar *decisiva* para o sujeito.

Muitos autores elegem o *desafio* como um aspecto característico do discurso perverso. O que Calligaris e Queiroz trazem em comum em suas teorizações é a presença de um movimento duplo no endereçamento do perverso ao analista: a tentativa de desafιά-lo e, ao mesmo tempo, de formar um pacto com ele. Joël Dor, ao falar sobre o perverso, diz que a atribuição fálica do pai que lhe confere a autoridade de Pai Simbólico (representante da Lei) nunca será reconhecida, na estrutura perversa, exceto para melhor ser incansavelmente contestada. Daí o exercício incapaz de ser superado de dois estereótipos estruturais que atuam regularmente nas perversões: o desafio e a transgressão (DOR, 1991).

Até o momento ainda estamos falando da perversão enquanto estrutura e enquanto traços de discurso. No entanto, Calligaris traz ainda outra possibilidade de abordar a questão da perversão. No texto de sua conferência de 1986, ele passa a falar que o que mais o interessa na questão das perversões não é tanto a estrutura perversa que, segundo ele, é pouco comum, mas a facilidade com a qual o *neurótico se prende em formações perversas*. Para ele, a formação perversa é o núcleo da nossa vida social, da vida social do neurótico. Ele complementa dizendo que todo neurótico sonha em ser perverso. Sonha em ser perverso porque a posição neurótica é muito insatisfatória, e ele (o neurótico) está pronto a aceitar quase tudo para aderir à montagem perversa, para chegar a uma modalidade mais tranquila de gozo.

Cinco anos mais tarde, na mesma linha de suas teorizações apresentadas na conferência de 1986, Calligaris publicou um ensaio intitulado *A Sedução Totalitária* (1991) no livro *Clínica do Social*. Este livro é uma publicação de “O Sexto Lobo”, e consiste em uma reunião de ensaios, de diferentes autores, que versam sobre aspectos da clínica no social. Calligaris explica: “Concretamente, ‘O Sexto Lobo – clínica do social’ é: Um fórum de trabalho que se reúne periodicamente; e uma série de monografias (inéditas ou traduzidas) e de ensaios” (CALLIGARIS In: ARAGÃO, et al, 1991, p. 12). Sobre o objetivo deste projeto, ele diz que é o de: “criar as condições de um diálogo pluridisciplinar para quem tenta hoje,

intervir discursivamente no sintoma social segundo uma ética compatível com a ética da psicanálise” (Ibid, p. 12).

Em consonância com outros autores na psicanálise que abordam o sintoma social, Calligaris (1991) enfatiza que não há uma psicanálise do individual e outra “aplicada” ao sintoma social, pois o sintoma seria *sempre* social. E nesta afirmação, segundo ele, não haveria nenhum “sociologismo”, pois o que chamamos de individual, a singularidade, é sempre o efeito de uma rede discursiva, que é a rede mesma do coletivo.

4.2 Saída da neurose pela perversão

Em *A Sedução Totalitária*, logo no primeiro parágrafo, Calligaris informa que vai tratar da perversão, mas, particularmente, desta como sendo uma patologia social e não sexual. Como vimos, ele aborda esta questão já na conferência de 1986 na Bahia, porém neste texto ele diz que pretende avançar um pouco. Em relação a esse avanço que Calligaris fala, percebemos que ele tomou um ponto específico já mencionado na conferência e desenvolveu-o mais detalhadamente, o que resultou num texto bastante interessante, denso, porém muito claro, em relação às suas teses sobre a “*paixão de ser instrumento*” (CALLIGARIS In: ARAGÃO, et al, 1991, p. 111), e a “*saída perversa da neurose*” (Ibid, 112).

Para ilustrar suas ideias, ele utiliza o exemplo do funcionário Albert Speer, primeiro arquiteto de Hitler e ministro dos armamentos do Reich, que dirigiu nos últimos anos de guerra o esforço bélico e industrial alemão. Durante os anos que passou preso, Speer escreveu uma espécie de autobiografia política, na tentativa também de uma autodefesa no processo de Nuremberg. Nesses escritos ele tenta elucidar como e por que o nazismo prosperou e encontrou nele um adepto e cúmplice.

Albert Speer revelou um cuidado particular e uma preocupação com o futuro da Alemanha como povo e nação, ao tomar a posição de que a responsabilidade do nazismo e da guerra era uma responsabilidade coletiva dos dirigentes do partido nazista dentre os quais ele se inclui, não sendo de modo algum responsabilidade coletiva do povo alemão. Embora afirmando que “não sabia” (o que Calligaris considera como uma forma exitosa de repressão), Speer, ainda assim, reivindica a própria responsabilidade até para o horror que ele afirma não ter sabido.

Quando tentou explicar o que aconteceu, Speer defendeu que o que aconteceu teria sido um efeito do desenvolvimento da técnica moderna, ou seja, “a guerra era inevitável porque havia os meios técnicos para fazê-la” (CALLIGARIS In: ARAGÃO, et al, 1991, p. 109). Sobre esta questão, Calligaris diz que não acha suficiente pensar que o desenvolvimento técnico enquanto tal seja alienante, ou seja, não seria coerente pensar que se existem os meios técnicos para fazer a guerra, esta é inevitável. Nesse sentido, para explicar o que aconteceu, seria necessário “[...] introduzir algo a mais na concepção de uma forma específica de alienação *do sujeito*” (Ibid, p. 109, grifo do autor).

Para fundamentar essa ideia, o autor argumenta que não dá para pensar que a adesão de Speer ao nazismo se justificaria por uma preocupação de carreira, ou, por outro lado, que ele tivesse sido um grande sádico, que encontrasse uma forma específica de gozo na ideia de que estava produzindo instrumentos para matar. Ao contrário, “ele era um excelente pai de família, um homem culto, sensível, teria sido para nós todos um ótimo amigo” (Ibid, p. 110).

Seguindo este raciocínio, a hipótese do autor é a de que, quando Speer defende a ideia de que o que aconteceu foi consequência do desenvolvimento da técnica, poder-se-ia inferir que o que ele chama de triunfo da técnica, da instrumentalidade, só é triunfo na medida em que os homens mesmos funcionem como parte integrante desta técnica, ou seja, *funcionem como instrumentos*. A técnica em si, enquanto tal, não causaria nada. Assim, não seria o efeito da técnica em si, mas o “efeito do interesse e da paixão humana em sair do sofrimento neurótico banal alienando a própria subjetividade, ou melhor, reduzindo a própria subjetividade a uma instrumentalidade” (CALLIGARIS In: ARAGÃO, et al, 1991, p. 110). Assim, ele fala de uma “paixão de ser instrumento”, que poderíamos ler como a paixão de fazer parte de uma engrenagem. E, segundo ele, isto seria uma tendência inercial de qualquer neurótico.

Para explicar o que seria essa paixão da instrumentalidade e qual o seu interesse para os neuróticos, Calligaris (1991) toma duas versões da infelicidade neurótica: a incerteza do querer, e o fracasso da relação sexual. Os neuróticos teriam uma esperança de encontrar um saber sobre o que eles autenticamente querem. No entanto, essa esperança é inútil, pois o sujeito não se introduz no desejo pelo caminho de um saber. O neurótico se organiza ao redor da tentativa de se proteger desesperadamente de um impossível e, por isso, ele precisa fazer da função paterna uma instância que possa redobrar o impossível.

Assim, o neurótico só pode permanecer na interrogação de um saber que nunca será sabido, por ser desde sempre uma suposição. Se o neurótico deseja graças à referência

paterna, por isso mesmo ele é condenado a uma ignorância sobre o que quer e sobre o que fazer. “Como se constata cada dia, aliás, quando conseguimos algo que pensávamos querer demais e descobrimos que não era bem isso” (CALLIGARIS In: ARAGÃO, et al, 1991, p.111).

Na relação sexual as coisas não seriam mais simples, pois, segundo Calligaris, constatamos que a vida sexual diz respeito a uma singularidade fantasmática que não promete encontro com os nossos semelhantes. Assim, “O parceiro que encontramos na cama é um puro pretexto, pois cada um copula através de um fantasma que se organiza graças ao mesmo saber do qual falamos antes, ou seja, um saber suposto, ignorado, singular e portanto não compartilhável” (Ibid, p. 112).

Calligaris (1991) assinala que, se o saber suposto ao pai pudesse ser propriamente sabido, isso resolveria a incerteza neurótica. Sendo impossível chegar a conhecer o saber paterno suposto, a opção é abdicar a própria singularidade de sujeito, aliená-la, construindo um *semblante* de saber paterno que seja sabido e compartilhado. O preço a ser pago por isso é a transformação do sujeito em *instrumento* do saber assim estabelecido. A prática desse tipo de semblante representaria uma autêntica saída do sofrimento neurótico. Este semblante de saber, quando está funcionando, é necessariamente totalitário, pois, sujeitos que não reconheçam o saber compartilhado e não aceitem funcionar como seus instrumentos, comprometem intoleravelmente o semblante.

Então, para Calligaris, a “anuência” do sujeito neurótico em se transformar em *instrumento* do saber estabelecido seria uma espécie de saída da neurose na vertente do que chama de perversão. Para ele, isso não tem preço para o neurótico, pois seria uma tentação irresistível. Segundo ele:

Que, para funcionar numa montagem desse tipo, um sujeito se transforme em instrumento de um saber que o manda eventualmente matar milhares de pessoas, jogar crianças contra uma parede, queimar uma casa cheia de gente, este é um preço que talvez a maioria dos neuróticos esteja disposta a pagar para encontrar o alívio que a montagem promete (CALLIGARIS In: ARAGÃO, et al, 1991, p. 114).

Sobre esse alívio de se fazer instrumento de um saber, Calligaris toma como exemplo Rudolf Hoess, comandante do campo de Auschwitz, que, em suas memórias, escreveu como justificativa e defesa em relação aos seus atos, que: “Eu era um funcionário exemplar”. Para o

autor, essa não é uma desculpa fácil ou uma tentativa de descarregar a sua responsabilidade, ele estaria respondendo *mesmo* à pergunta, pois estaria dizendo: “A pergunta de vocês está mal formulada, pois o meu gozo não era matar pessoas, o meu gozo era ser um funcionário exemplar, e, eventualmente, para ser um funcionário exemplar, eu estava disposto a matar pessoas” (CALLIGARIS In: ARAGÃO, et al, 1991, p. 114).

Já na conferência de 1986, o autor aborda este mesmo ponto. Ele diz que “a questão não é a do sadismo do torturador, senão nunca poderíamos sair disso (não podemos conceber que metade da Alemanha tenha sido presa num fantasma sádico desse tipo)” (CALLIGARIS, 1986, p. 10). Assim, seria muito mais fácil para o neurótico entrar numa montagem perversa desse tipo do que permanecer no conflito neurótico.

Podemos evocar um exemplo literário para ilustrar as teorizações de Calligaris. John Boyne, em seu romance *O menino do pijama listrado*, narra a história de Bruno, um garoto de nove anos cujo pai é um soldado nazista que se muda de Berlim com toda a família para trabalhar em um campo de concentração de Auschwitz. Na narrativa, é perceptível a posição de instrumento em que o pai de Bruno se coloca, e o gozo de ser visto como um funcionário exemplar. Esta posição aparece numa conversa em que sua esposa expressa seus planos de retornar a Berlim com os filhos, pois não aguenta mais saber do horror que é o trabalho de seu marido. Sobre isto, o marido responde:

Não temos escolha, esta é a tarefa que nos foi designada [...] E o que as pessoas vão pensar, se eu permitir que você e as crianças voltem a Berlim sem mim? Farão perguntas quanto ao meu comprometimento com o trabalho feito aqui (BOYNE, 2007, p. 163).

Eis aí o que Calligaris considera inaceitável: que, para conseguir uma saída do sofrimento neurótico banal através de um semblante perverso, o neurótico possa considerar que qualquer preço é bom, ou seja, que para conseguir o alívio que oferece a obediência do funcionário exemplar, ele esteja disposto a servir a qualquer ordem. Neste sentido, voltando à preocupação de Albert Speer, o autor diz que a questão da responsabilidade deveria ser colocada bem diferente de como ele queria, pois a responsabilidade não pode ser considerada como sendo só dos dirigentes, mas sim de todos que gozaram do e no funcionamento da Alemanha nazista.

Hannah Arendt, teórica política alemã, de origem judaica, escreveu sua primeira obra, intitulada *Origens do Totalitarismo* no fim dos anos de 1940, tendo sido publicada pela primeira vez em 1951. A obra é dividida em três partes – *anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo* – e, nesta, Arendt propõe que tanto o nazismo quanto o socialismo são ideologias totalitárias. Dentre suas teorizações, ela fala sobre a banalização do terror e a participação das massas na consolidação do nazismo, na mesma linha do que aponta Calligaris.

Alguns anos mais tarde, em 1963, Arendt escreveu *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*, a partir da cobertura jornalística que fez do julgamento de Adolf Eichmann para o jornal *The New Yorker*. Neste livro ela relata que o grande exterminador dos judeus não era um demônio e um poço de maldade (como acreditavam os ativistas judeus), mas alguém *horripelmente normal*. Um típico burocrata que se limitara a *cumprir ordens*, com zelo.

Em *Origens do Totalitarismo*, Arendt (1951) afirma que seria “um erro esquecer que os regimes totalitários, enquanto no poder, e os líderes totalitários, enquanto vivos, sempre comandam e baseiam-se no apoio das massas” (p. 356). Na página seguinte, ela complementa que o que é desconcertante no sucesso do totalitarismo é a *devoção dos seus adeptos*, ou, traduzindo para os termos de Calligaris, a facilidade em pagar qualquer preço para “sair do sofrimento neurótico banal alienando a própria subjetividade” (CALLIGARIS In: ARAGÃO, et al, 1991, p. 110).

Para Arendt, é compreensível que as convicções de um nazista não sejam abaladas por crimes cometidos contra os inimigos do movimento, mas o fato espantoso, para ela, é que ele (o sujeito tomado na montagem) não vacila nem mesmo “quando o monstro começa a devorar os próprios filhos, nem mesmo quando ele próprio se torna vítima da opressão, quando é incriminado e condenado, quando é expulso do partido e enviado para um campo de concentração ou de trabalhos forçados” (ARENDR, 1951, p. 357). Ou seja, há uma completa alienação da própria subjetividade.

Retomando o texto de Calligaris, quando ele fala do totalitarismo do semblante do saber, este é considerado em dois sentidos: o primeiro é que os que ameaçam o saber (por não se associar a ele, não se colocando como instrumentos), serão provavelmente reduzidos a instrumento, por exemplo, na morte. Por outro lado, o laço, a associação, é inercialmente totalitária, pois sua tendência está na alienação total do sujeito à sua posição instrumental. Assim, “A inércia normal do laço social é duplamente totalitária: que *todos* os sujeitos

acabam sendo *nada mais* do que instrumentos do funcionamento do laço” (CALLIGARIS In: ARAGÃO, et al, 1991, p.116, grifos do autor).

Então, através dos exemplos e colocações expostas por Calligaris, ele frisa que a perversão encontra sua fenomenologia no campo do social o mais cotidiano. Assim, a perversão seria outra coisa, algo diferente de um desvio sexual. Pode-se inferir, então, que não seria nem mesmo algo da ordem de um desvio. No âmbito social, seria uma espécie de “escolha”. Colocamos a palavra escolha entre aspas porque, muitas vezes, não se trata de uma escolha consciente, trata-se de aceitar uma outra saída, um outro caminho. Para Calligaris, a grande maioria das pessoas que entra num sistema totalitário é tomada em uma montagem perversa, e uma grande parte de neuróticos, quando tomados numa montagem perversa “[...] considera que os benefícios que tiram disso não têm preço. Parece que estão prontos para qualquer sujeira para permanecerem nesta montagem. Mas isto não é somente verdadeiro para o nazismo” (CALLIGARIS, 1986, p.12).

4.3 A perversão no Programa de Proteção a Testemunhas

O trabalho desconstrutivo com textos nos permite descontextualizar alguns pontos abordados pelo autor, e pensá-los em outros contextos. Quando Calligaris fala que esta questão sobre a montagem perversa não é somente verdadeira para o nazismo, veio à mente a lembrança pessoal acerca de uma experiência profissional passada, atuando como psicóloga da equipe técnica que acompanha testemunhas inseridas no Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – o PROVITA. Ao trabalhar durante aproximadamente três anos atendendo diretamente essas testemunhas, foi possível perceber aspectos claros do que Calligaris fala sobre estar preso a uma montagem perversa que, aparentemente, oferece muitos benefícios a quem faz parte dela. Utilizaremos, em alguns momentos a seguir, a palavra Programa, assim grafada, para nos referirmos ao PROVITA.

Para uma breve contextualização e esclarecimento acerca do que consiste o Programa de Proteção, é importante destacar que o PROVITA surgiu em 1996 através da experiência do GAJOP¹⁰ – Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – que buscava contribuir com a redução dos elevados índices de impunidade em Pernambuco. Três anos

¹⁰ As informações acerca do histórico do PROVITA foram encontradas no site < <http://www.gajop.org.br>> Acesso em: 28 jul. 2012.

mais tarde, o Programa foi regulamentado através da Lei Federal de nº 9.807/1999. Assim, o Programa de Proteção surgiu, inicialmente, como uma resposta à necessidade de preservação das testemunhas de homicídios cometidos por policiais, grupos de extermínio ou crime organizado, mas hoje colabora com a apuração de diversos outros crimes que envolvem tortura, trabalho escravo, tráfico de armas e seres humanos, narcotráfico, corrupção e crimes eleitorais.

Segundo Silveira (2010), o PROVITA é uma política pública das mais importantes, encontrando-se estruturado em um Sistema Nacional, composto de um Programa Federal de Assistência à Vítima e à Testemunha, e 19 Programas Estaduais. Entendemos que a existência de um Programa deste caráter ajuda a reduzir os índices de impunidade, combatendo a chamada “lei do silêncio” e permeando no imaginário social como uma possibilidade de proteção efetiva àqueles que decidem, por motivos diversos, colaborar com a Justiça. De acordo com Silva e Bakker (2008), o medo de denunciar a ocorrência de um delito e de testemunhar é, sem dúvida, um fator de distanciamento das pessoas em relação às autoridades competentes para a apuração dos fatos, principalmente pelo desconhecimento dos mecanismos de proteção existentes.

Transpondo estas considerações para os termos que Calligaris propõe – acerca de uma montagem perversa – a dificuldade de testemunhar é também, em muitos casos, a dificuldade de abrir mão de participar em uma engrenagem, uma montagem que oferece certeza e, conseqüentemente, certo conforto. As pessoas atendidas pelo Programa são vítimas e/ou testemunhas de diversos tipos de crimes e organizações criminosas, porém, *grande parte* (talvez a *maior* parte) das testemunhas que ingressam no Programa são pessoas que, de algum modo, faziam parte da organização criminosa e, por qualquer motivo, decidiram denunciá-la. Poucas são as testemunhas que simplesmente estavam “no lugar errado, na hora errada, e viram o que não deviam”. Ao serem inseridas no Programa, essas testemunhas são transferidas para outra cidade ou estado, que não é escolhido por elas, mas sim pelas equipes do Programa através de um mapeamento de risco.

Podemos perceber, então, que essas montagens em geral funcionam muito bem e, embora possam ter um líder, após algum tempo de funcionamento, elas já estão tão bem organizadas que parecem funcionar por conta própria, como um sistema independente. Cada um tem sua parte no esquema e, contanto que todos a desempenhem satisfatoriamente, nada parece poder abalar o funcionamento.

Ao atender essas pessoas, surgiam questionamentos se se tratariam de sujeitos perversos, já que muitos de fato cometeram crimes, participaram de atrocidades e tinham uma relação peculiar com a Lei. No entanto, o que se constata com frequência é que, enquanto estavam tomados, envolvidos no “esquema” (na montagem), tudo ia bem. Eles tinham uma função na engrenagem, executavam-na com competência (ou seja, eram *funcionários exemplares*), tiravam algum lucro, alguma vantagem disso (seja financeira, social, de *status*, etc.), e proporcionavam vantagens a outros, muitas vezes sendo elogiados pelo seu bom trabalho.

Insta frisar que os que chegam ao Programa dificilmente são os líderes da engrenagem, se é que estas chegam a ter “um líder”. Ao contrário, são os funcionários. São funcionários exemplares, que por diversos motivos, viram-se obrigados a sair da montagem. São os sujeitos *horriavelmente normais e banais*, nos termos que Hannah Arendt utiliza. É importante destacar isso, pois poucos decidiram sair do esquema por conta própria. Quando Calligaris (1986) fala que “É muito mais fácil para o neurótico entrar numa montagem perversa desse tipo do que permanecer no conflito neurótico” (p.11), isso parece muito claro nesses casos. No que dependesse de algumas dessas testemunhas do Programa, elas teriam permanecido na montagem. A maioria não permaneceu somente porque algo deu errado no meio do caminho. Mas a posição que ocupavam até então parecia ser bastante confortável.

Gerald Shur, fundador do Programa de Proteção a Testemunhas nos Estados Unidos, o WITSEC, escreveu um livro, juntamente com Pete Earley – jornalista investigativo – no qual conta sua experiência de fundação do Programa e acompanhamento de testemunhas, muitas delas ex-integrantes da Máfia. Ele reforça essa ideia do quão difícil é sair da montagem perversa, de modo que essas testemunhas somente saíram por motivos extremos ou quando se viram sem outras escolhas. “Eu não tinha ilusões sobre o porquê de eles estarem ajudando o governo. Alguns sentiam que tinham feito um bom negócio. A maioria sabia que era a única chance de se manterem vivos. Outros queriam se vingar de seus antigos companheiros” (EARLEY; SHUR, 2002, p. 420).

Um dos casos que nós da equipe técnica acompanhamos no PROVITA/AL se assemelhou muito ao que Calligaris descreveu sobre o nazismo. Ao ler o material sobre o caso pela primeira vez, a equipe se chocou com a quantidade de crimes que esta testemunha ajudou a cometer, nunca diretamente, mas funcionando como peça chave para que tudo funcionasse como deveria (por exemplo, dirigindo carros para fugas, carregando corpos para “desová-los”, guardando segredos sobre esquemas políticos, etc.). Quando conhecemos esta testemunha

pessoalmente, todos na equipe nos sentimos desconcertados. Exatamente, este não era um sujeito sádico, ele não gozava em participar dos crimes, mas a engrenagem simplesmente funcionava muito bem, e ele era parte dela. A partir da convivência com este sujeito e sua família, pudemos perceber que este era um pai e marido dedicado, e um vizinho muito querido na comunidade com a qual passou a morar. Dentro da montagem, ele era elogiado pelos seus patrões e tido como o “braço direito” deles.

John Partington foi um dos primeiros agente federais (U.S. Marshals) nos Estados Unidos a trabalhar no WITSEC. Em 2010, juntamente com Arlene Violet (advogada do Governo Federal), Partington publicou um livro no qual conta suas experiências de trabalho protegendo testemunhas do WITSEC, muitas dessas faziam parte da Máfia. Em um trecho do livro, ele relata experiências parecidas com as que vivenciamos.

Quando eu comecei a fazer parte das vidas de membros da Máfia, percebi que esses homens tinham um código de honra. Eles não eram cem por cento maus [...] Raymond Patriarca tinha um lado bom. Por exemplo, quando um garoto na vizinhança perdeu um olho, Patriarca se certificou que ele tivesse os melhores médicos do país e pagou a conta de todos os cuidados necessários (PARTINGTON; VIOLET, 2010, p. 8).

Mais adiante no livro, ele relata em detalhes como acompanhou Joe Barboza (conhecido como “O Animal”), que era a testemunha que estava denunciando diretamente Raymond Patriarca, o chefe da Máfia. Ele diz: “Nós conversamos sobre como as nossas vidas poderiam ter sido se tivéssemos feito escolhas diferentes. Ele foi tão frio como eles normalmente são, e me mataria num piscar de olhos, mas, por outro lado, ele escrevia poesia e adorava a filha” (Ibid, p. 28).

Shur também relata algo parecido ao falar das testemunhas que acompanhou:

Eu me lembro de chegar a uma unidade prisional na qual mantínhamos os criminosos do Programa mais difíceis e encontrar muitos deles sentados no chão fazendo cartazes com personagens de desenho animado para crianças de hospitais. A maioria desses homens era assassina, e ainda assim eles se orgulhavam de seu trabalho para as crianças (EARLEY; SHUR, 2002, p. 420).

Em suma, muitos destes eram sujeitos *comuns*, talvez mesmo neuróticos que “optaram” por uma saída perversa, por ser esta tão sedutora. Hannah Arendt também fala sobre a sedução da saída da neurose pela perversão, dizendo: “A atração que o mal e o crime exercem sobre a mentalidade da ralé não é novidade. Para a ralé, os atos de violência podiam ser perversos, mas eram sinal de esperteza” (ARENDDT, 1951, p. 356). Arendt usa a palavra “ralé” e sabemos que esta carrega uma conotação negativa atualmente. Entretanto, percebemos que, em seu livro, a palavra é utilizada no sentido das massas, das pessoas comuns, banais.

O Programa de Proteção seria, nesse sentido, uma espécie de dispositivo que tornaria possível a saída dos neuróticos da montagem perversa na qual se encontram presos. Alguns, de fato, nunca saem. Os chefes e os líderes, por exemplo. Talvez esses sejam os perversos de estrutura. Os que nunca saíam da engrenagem. Os astutos, aqueles se supõem ao abrigo de qualquer perigo.

Nos atendimentos realizados aos usuários do PROVITA, eram perceptíveis aspectos semelhantes aos que Queiroz (2004) e Calligaris (1986) apontam acerca da posição do analista ao escutar um sujeito, um paciente com um discurso que apresenta traços perversos. Sendo a psicóloga do Programa (enquanto instituição), não era possível ser, ao mesmo tempo, psicóloga das testemunhas. Assim, era necessário encaminhá-las para outros colegas psicólogos, de fora do Programa, quando estas demandavam acompanhamento psicológico e psicoterápico. No entanto, o contato enquanto psicóloga da equipe do Programa era muito frequente e direto com as testemunhas e seus familiares, o que, inevitavelmente, configurava-se em longas horas de conversa durante o processo de proteção.

Nessas conversas foi perceptível um tipo de discurso particular, que era endereçado à equipe do Programa, discurso este que se assemelha bastante ao relatado por Queiroz. Frisamos que esta semelhança, obviamente, não era em relação ao conteúdo discursivo, mas “ao *modo* de relatar, ou seja, à fenomenologia discursiva, fato difícil de registrar” (QUEIROZ, 2004, p. 60, grifo nosso).

Quanto a esse modo de relatar, Queiroz (2004) evoca um discurso imagético, cujo propósito seria ver e mostrar por meio das palavras. Ela diz que “[...] a linguagem parece ser meramente denotativa, carregada de descrições hiperbólicas que dão à narrativa uma textura singular” (p. 30). Assim, tendo em mente algumas dessas semelhanças entre os discursos, podemos citar: o desafio (ao analista, e, neste caso, à equipe do Programa); o discurso denotativo e imagético (em relação às situações que ensejaram a necessidade de proteção,

situações estas muitas vezes de conteúdo “pesado”); a posição de superioridade em relação ao saber.

Sobre a característica denotativa e imagética do discurso, pensamos que esta dê um tom mais empobrecido ao discurso, pois acaba se restringindo a descrever fatos, geralmente com muitos detalhes, mas sem representação. Frequentemente os inúmeros detalhes “pesados” tem a intenção de chocar o interlocutor (no caso, o analista ou a equipe técnica). Queiroz (2004) pensa que, nesse contexto, o significante fica comprometido na função de representar. Ao falar sobre um paciente específico, a autora diz que qualquer intervenção em direção à busca de sentido parecia não fazer eco, pois os relatos das experiências repetiam-se como mera descrição de fatos. É precisamente o que verificamos nos discursos de algumas testemunhas inseridas no Programa. O que elas falavam parecia mera descrição de fatos e muitas vezes não se buscava fazer um sentido daquela experiência.

Chega a ser compreensível, por um lado, se pensarmos que a própria condição de “testemunha” se resume a narrar fatos. Quando uma testemunha está perante um juiz, o que importa é o que ela viu, ouviu, os detalhes... algo que passa mais pelo campo do sensorial e cognitivo (o que os olhos e ouvidos captaram, o que ela entendeu do “esquema”, por exemplo) do que da subjetividade. Obviamente o juiz não está interessado, não faz parte do protocolo perguntar como a testemunha se sentiu, qual era sua posição em relação aos fatos, de que lugar ela falava, etc.

Conforme já relatado anteriormente, um dos pacientes de Queiroz queixava-se permanentemente da relação analista-analisante, definida por ele como autoritária e desigual. Ela diz que às vezes seu propósito era inverter os lugares, o que gerava certos impasses. Posteriormente, ao falar sobre esse duplo movimento, ela diz que o analisante acreditava que devia submeter-se ao saber da analista, “[...] entregando-se em oferenda, ao mesmo tempo em que se irritava, profundamente, e buscava modos de inverter a situação. Nesse jogo constante de fazer-se instrumento de gozo para o outro, ou de tomar o outro como objeto [...]” (QUEIROZ, 2004, p. 68).

No Programa de Proteção percebemos, também, esse duplo movimento. A testemunha, ao mesmo tempo em que se entrega ao Outro (nesse caso ao Estado, à Lei, ao Programa), tenta a todo o momento desafiar-lo, transgredi-lo. Questiona a posição desigual, vivida como desvantagem para ele. Depois se coloca na posição de quem detém o poder, com frases do tipo “é só por minha causa que você tem o seu emprego”; “o Programa precisa ter testemunhas para existir”; “a Justiça precisa do meu testemunho”. Enquanto isso, ao mesmo

tempo, sabe que está na posição vulnerável de precisar de proteção especial, por não ter conseguido se proteger por conta própria, já que o programa geralmente é o último recurso.

De fato, a posição é desigual. Assim como o é na análise. No Programa, adotam-se codinomes, ou seja, nomes fictícios, tanto para as testemunhas como para as pessoas da equipe, responsáveis pela proteção. A diferença é que a equipe sabe o nome verdadeiro da testemunha, enquanto esta não sabe a verdadeira identidade da equipe. Para além do nome, a equipe sabe muitos detalhes da história de vida da testemunha, enquanto esta nada sabe da equipe, nem mesmo onde a sede do Programa funciona. De forma semelhante, o analista sabe detalhes da vida, dos sentimentos e desejos do paciente, em geral os mais íntimos, aqueles que ninguém mais sabe, enquanto o paciente tem bem menos acesso à vida pessoal do analista.

Embora o propósito do Programa seja de proteger as testemunhas, afastando-as do crime, muitas vezes a própria entrada no Programa engendra outro tipo de montagem perversa. Esta se refere, muitas vezes, ao anonimato. Sabe-se que a questão do anonimato é uma característica marcante do funcionamento perverso e, ao entrar no Programa, para sua própria proteção, a testemunha precisa se manter anônima. Isto consiste em evitar realizar qualquer tipo de cadastro/registo de alcance nacional no local de proteção, em virtude do risco de rastreamento pelos algozes. Além disso, as testemunhas precisam criar uma história de cobertura acerca de alguns detalhes de sua vida, de sua cidade de origem e dos motivos da mudança de cidade.

Assim, para as testemunhas inseridas no Programa, o sigilo é condição imprescindível para a permanência sob proteção. Ao ingressar, elas assinam um Termo de Compromisso, através do qual se comprometem a manter sigilo absoluto de tudo o quanto se refira ao Programa e de informações acerca de sua vida pregressa que possam comprometer a sua segurança. Assim, “A única coisa de que se trata é de sua determinação, de seu compromisso passivo e ativo, de não-poder-querer-dizer, de guardar um segredo até nas piores condições, portanto, incondicionalmente” (DERRIDA, 2000, p.144).

Levantamos esta questão como um aspecto que facilita que o sujeito entre numa nova montagem perversa, pois sabemos que o anonimato, embora seja angustiante para muitas pessoas, é também uma forma de não se responsabilizar por atos, palavras. É uma forma de realizar desejos sem precisar pagar o preço por isso. Inclusive existem casos de testemunhas que entraram no Programa pleiteando uma mudança de nome legal (o que raramente acontece no Brasil), para que pudesse continuar cometendo crimes, com uma nova identidade,

apagando sua história anterior. Assim, os novos crimes eram cometidos por uma espécie de alterego, um ego alternativo, um outro eu.

Mário Fleig, psicanalista membro da Associação Lacaniana Internacional, em seu livro *O Desejo Perverso*, fala sobre algumas características marcantes do funcionamento perverso e, dentre elas, o anonimato.

Não é por nada que se diz de um certo número de tendências perversas, que elas são “*de um desejo que não ousa dizer seu nome*” (Lacan). [...] É o registro do anonimato, a sustentação do lugar de clandestinidade, da ação que não chega a efetivar a passagem pela autenticação no Outro (FLEIG, 2008, p.71, grifos do autor).

Gerald Shur relata esta dificuldade com a questão do anonimato, da nova identidade das testemunhas. Nos Estados Unidos a mudança de identidade sempre acontece. “Em sua primeira década de funcionamento, testemunhas do WITSEC cometeram doze assassinatos depois que foram realocadas em outras cidades. Outras usaram suas novas identidades para evitar credores e furtar milhões de dólares através de novas fraudes e esquemas” (EARLEY; SHUR, 2002, p. 8).

Muitas dessas testemunhas parecem sempre, seja qual for a situação, colocar-se (ou acabar ficando...) em posição de instrumento. Nas duas situações – antes e depois de entrar no Programa – elas são objetos, peças na engrenagem. Antes de entrar, são peças-chaves na montagem perversa e, depois de entrar no Programa, elas passam a ser peça-chave no desmantelamento do esquema.

Na conferência de 1986, Calligaris é questionado se a tendência a pertencer a um grupo, a uma instituição, a ser por ela reconhecido, não seria de certa forma uma atitude perversa. Ele responde que sim, e que também não pensa que a vida seja possível sem a montagem perversa. Então ele dá os exemplos das instituições psicanalíticas e das associações de pescadores, em que esta montagem seria bastante inocente. “O problema é que as montagens perversas vão muito mais longe” (CALLIGARIS, 1986, p.12).

Rothenberg e Foster (2003) também comentam algo nessa linha, afirmando que o perverso está implícito em pelo menos alguns aspectos da vida social normal do neurótico e que há alguma vantagem em relatar a sua presença na tentativa de *entender as relações*

sociais. Mas para aqueles indivíduos ou comunidades totalmente estruturadas na perversão, as implicações negativas são mais sérias.

Sobre isso, utilizamos até agora exemplos (nazismo, crimes relatados pelas testemunhas...) em um nível mais macro, ou seja, de organizações maiores e de crimes mais graves. No entanto, situações parecidas são vivenciadas por nós cotidianamente. Pequenas montagens perversas em que os dois lados tiram vantagem à custa de um terceiro, do Outro, da Lei. Seria o que se chama em inglês de uma *win-win situation*, ou seja, uma situação em que ambas as partes ganham. Esta expressão não é utilizada exclusivamente para situações fora da lei, ou perversas, mas parece se adequar bem a esses casos também. Uma situação que retrata bem este quadro é a do motorista pego cometendo uma infração de trânsito e que, para se livrar da multa, oferece um suborno ao guarda. O guarda ganha um dinheiro por fora, e o motorista perde menos do que perderia pagando a multa. Os dois ganham, os dois tem vantagens, através de um pacto feito fora da lei e, conseqüentemente, acima da lei, além da lei.

No caso dessas testemunhas que estamos enfatizando – as que faziam parte do grupo que estão denunciando – existe um pacto perverso, uma *win-win situation*. É como se a Justiça dissesse para a testemunha algo do tipo: “Pela Lei, você deveria estar preso. E pela *sua* lei, você não deveria denunciar seus parceiros, deveria manter seu pacto de silêncio. Mas, através do nosso pacto, você me ajuda e eu te ajudo. Eu te deixo livre (ou reduzo a sua pena) e te dou proteção e, em troca, você me conta o que vocês faziam, como faziam e quem participava”. Foi com esse tipo de pacto que muitas famílias da Máfia começaram a quebrar seus pactos de silêncio, a chamada *omertà*. Como Partington e Violet (2010) contam em seu livro: “Nós estamos protegendo os caras maus, para podermos pegar os caras piores” (p. 27).

Retomando a questão acerca das características do discurso, Queiroz (2004), ao falar sobre a repetição de falas como mera descrição dos fatos, diz que “toda análise começa quando se esgota a necessidade de contar” (p.54). Podemos perceber algo semelhante, em alguns casos, nas testemunhas do Programa. Às vezes, após algum tempo sendo protegidas em outra cidade, longe do local dos fatos, elas parecem superar a fase das “descrições”, mesmo porque elas já chegam ao Programa após terem repetido inúmeras vezes os fatos que ensejaram seu pedido de inclusão, o crime, etc.

Em certos casos vemos que, após algum tempo, as testemunhas passam – pela primeira vez – a se questionar, a questionar seu papel, sua posição em toda a história e, às vezes, até a demonstrar interesse em viver de outra forma ou aprender a viver com essas

barras, incertezas e limites. Na verdade, ao entrar no Programa, tudo o que elas vivenciam são incertezas e limites... Existem regras de vários tipos; Elas não sabem de antemão onde irão morar; qual a cidade; como é a casa ou apartamento; quem irão conhecer; que rumo o processo vai tomar; se os algozes serão presos ou não; se o seu testemunho terá servido para alguma coisa; se algum dia voltarão a se sentir seguras. Ou seja, não há garantias, de nenhuma forma.

Silva e Baker (2008) dão uma explicação acerca do que se almeja em relação às testemunhas protegidas pelo Programa. Para eles, aspira-se que os usuários possam construir novas relações em um novo território com o intento de que, por meio dessas, possam criar raízes e construir um novo projeto de vida que lhes permita futuramente aprimorar a própria autonomia, fortalecendo vínculos, de forma tal, que não mais retornem ao local dos fatos ou a outras áreas de risco.

Acreditamos que, além disso, um dos principais – e também mais difíceis – trabalhos da equipe técnica do PROVITA, que lida diretamente com as testemunhas, passa pela tentativa de ajudá-las a conviver e enfrentar as incertezas, as barras, as faltas, que costumavam ser preenchidas através de montagens perversas, líderes perversos, ou situações fora da lei, marginalizadas.

Neste sentido, concordamos com Elia (2010) no que diz respeito ao trabalho com a psicanálise em instituições. Ele considera que a psicanálise abre possibilidades importantes de trabalho com sujeitos inseridos em instituições. Para ele: “Nessas instituições, pode ser trilhado o eixo de um trabalho analítico, desde que este seja orientado pela escuta daquilo que, nele, precisamente o faz advir como sujeito, sem desconsiderar todos os fatores sociais presentes na realidade concreta desses sujeitos” (ELIA, 2010, p. 144). Neste sentido, pensamos que além de ajudar a testemunha a se reinserir socialmente numa nova cidade, o trabalho da equipe deve ser no sentido de ajudar o sujeito a lidar com a falta e a incerteza. Talvez um trabalho de “reneurotizar” o sujeito neurótico que se prendeu à montagem perversa.

Ao final da conferência de 1986, um dos ouvintes faz uma pergunta direta a Calligaris: “Então a perversão é um laço social? Sim ou não?”. A resposta dele é que *sim*, e que ela seria até o laço social no sentido corriqueiro do *laço social* – ou seja, o que faz com que *as pessoas se associem*. É, de fato, muito perceptível que a perversão (ou a montagem perversa) faz com que as pessoas se associem. A vida cotidiana é recheada de atos perversos, pactos perversos. Esses pactos em que dois ganham, à custa de um terceiro. Novamente, não estamos falando de

perversão enquanto estrutura, mas enquanto formações perversas, são essas que conseguem fazer laço social. Talvez as relações sociais com um perverso de estrutura sejam da ordem da *win-lose situation*, ou seja, uma parte (o perverso) ganha e a outra perde. Assim, para Calligaris (1986), o nosso laço social cotidiano é uma montagem perversa, mesmo que não houvesse perversos de estrutura. Ele afirma que bastam dois neuróticos para que seja possível uma montagem perversa.

5 O HOMEM SEM GRAVIDADE

Nesta parte de nossa pesquisa abordaremos a perversão numa perspectiva de sintoma social contemporâneo. Tomaremos a obra de Charles Melman como fio condutor da discussão, tendo em vista que ele aponta a perversão como parte importante de sua tese sobre a mutação cultural. Adotamos, como objeto de estudo desta pesquisa, o livro intitulado *O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço* (2008 – originalmente publicado em 2003), que consiste em conversas, no formato de entrevistas, entre Jean-Pierre Lebrun e Charles Melman. Lebrun, nascido na Bélgica, é psicanalista e psiquiatra. Melman é também psicanalista e psiquiatra, francês, e foi aluno e colaborador de Jacques Lacan na França. Melman é o fundador da Associação Lacaniana Internacional, da qual Lebrun também é membro, tendo sido inclusive presidente desta.

Os referidos psicanalistas são autores importantes para a contemporaneidade, pois discutem questões relativas à psicanálise na clínica contemporânea, aos novos sintomas, e às novas queixas com as quais se deparam em sua prática clínica. As entrevistas relatadas no livro são fruto das conversas entre os dois autores, e aconteceram entre julho de 2001 e julho de 2002.

Escolhemos *O Homem sem Gravidade* como um dos textos principais para a pesquisa, juntamente com os *Três Ensaio*s, de Freud. Em acordo com a nossa metodologia de leitura, o objetivo não é de lê-lo para *entendermos*, ou para *encontrarmos* o que Melman fala no livro sobre a perversão como sintoma social. Diferentemente de algumas maneiras de se ler e fazer pesquisa, trabalhamos com uma perspectiva de leitura segundo a qual o próprio texto e a própria leitura é que ganham relevo, e não uma conclusão tirada *após* a leitura. Deste modo, passamos a apresentar a nossa leitura, ou seja, o que saltou aos olhos ao ler este texto que elegemos como nosso objeto de estudo. Inicialmente foi realizada uma primeira leitura do livro, de forma “ingênua”, não sistematizada, descompromissada. No entanto, o que passamos a registrar aqui é o movimento de leitura-escritura realizado com este livro após esta primeira leitura ingênua.

Lebrun é um interlocutor interessante, que faz perguntas às vezes provocativas, geralmente no intuito de fazer com que Melman explique melhor algum ponto abordado. É perceptível, pela conversa, que ambos têm interesse no tema e que provavelmente vinham se debatendo com algumas dessas questões contemporâneas, mesmo porque os dois são clínicos que se deparam com as mais diversas queixas de pacientes em seus consultórios.

Enquanto o livro é considerado da autoria de Melman, pensamos que ele pode ser considerado também uma coautoria, já que todo ele é permeado de perguntas e comentários de Lebrun, e são justamente estes que fazem Melman falar mais, além de repensar e explicar mais detalhadamente suas ideias. Sabemos que ideias e teorias nascem de questionamentos, seja a partir de si próprio, seja a partir de um outro, um interlocutor. Assim sendo, vemos um livro baseado em entrevistas não como algo que foi escrito neste formato apenas para facilitar o entendimento do leitor (embora isso possa certamente acontecer, já que há um intenso trabalho de edição do texto, realizado depois das conversas), mas como questões que foram pensadas no momento mesmo das conversas, não existiam *fora* delas.

O Homem sem Gravidade inicia com uma epígrafe da autoria de Alexis de Tocqueville, retirada do livro *A Democracia na América*. Tocqueville¹¹ (1805 – 1859) foi um aristocrata francês, pensador e historiador político, mais conhecido pelo livro citado, que foi publicado em dois volumes, o primeiro em 1835 e o segundo em 1840. No livro, Tocqueville examina a revolução democrática que ele acreditava estar acontecendo nos 700 anos anteriores. *A Democracia na América* lida com questões como religião, imprensa, dinheiro, estruturação de classes, racismo, o papel do governo, o sistema judicial, etc., questões que são tão relevantes hoje quanto eram à época.

A epígrafe que encontramos no *Homem sem Gravidade* é a seguinte:

Quis mostrar abertamente os perigos a que a igualdade expõe a independência humana, porque creio firmemente que esses perigos são tanto os mais colossais como os menos previstos de todos os que o futuro encerra. Mas não os creio insuperáveis.

Para Tocqueville, aparentemente, a busca pela igualdade traz consigo perigos muito graves – *os mais colossais* – e, ao mesmo tempo, os menos previstos de todos os que o futuro encerra. Mas não insuperáveis. Ele traz uma ponta de esperança aí. Essa epígrafe dita o tom do livro, ou o tom do discurso de Melman, que, ao mesmo tempo em que traz um ar “apocalíptico”, também tenta se afastar do saudosismo de um tempo passado, ou da ideia de que tudo estaria perdido, pois ele dá a entender que é possível trabalhar com essa nova economia psíquica, e com esses sujeitos “mutantes” que tem aparecido em sua clínica.

¹¹ As informações sobre este autor foram retiradas do site <www.tocqueville.org> Acesso em: 08 set. 2012.

Acreditamos que a epígrafe é algo que, muitas vezes, só pode ser interpretada, traduzida, *a posteriori*, ou seja, após a leitura de todo o livro. Ela geralmente dita o tom do que está por vir, mas quando ainda não começamos a ler, ela frequentemente não faz muito sentido. Comumente as epígrafes passam despercebidas por nós, de modo que, no meio da leitura do livro, nem lembramos qual era a epígrafe, ou mesmo se havia uma. A epígrafe pode ter o intuito de impressionar o leitor, especialmente se for retirada de um livro clássico, ou um autor respeitado, reverenciado. Assim, ela pode ser uma estratégia para capturar o leitor. Acreditamos que uma boa epígrafe é aquela que prepara o leitor para o *tom* do livro, algo como uma introdução à introdução, ou uma introdução ao prefácio.

É compreensível que, frequentemente, a epígrafe seja retirada de uma poesia. Sabemos que a linguagem poética tem o poder de condensar uma série de ideias em apenas um verso ou estrofe, o que pode ser útil para retratar a tonalidade do livro, a maneira que o autor deseja que seja percebido pelo leitor. A epígrafe, às vezes, pode ser também um trecho de um livro de diversos tipos de literatura que, não sendo teóricos, podem conter uma frase ou um trecho que fale de uma forma figurada sobre exatamente aquela ideia ou teoria que será desenvolvida no livro.

O Homem sem Gravidade é um livro dividido em seis capítulos, não nomeados, cada um deles contendo diversos tópicos, organizando as perguntas e respostas. Fazem parte do livro, ainda, dois anexos. O primeiro é intitulado *Enfim um gozo novo: a necropsopia*, um artigo de Charles Melman publicado inicialmente na revista Art Press, número especial consagrado a “*Réprésenter l’horreur*” em maio de 2001. O segundo anexo chama-se *Introdução à nova economia psíquica*, um texto publicado inicialmente na revista *La Célibataire* (“*Lacan a-t-il fait acte?*”, outono-inverno de 2000). Percebe-se, então, que as conversas entre Melman e Lebrun aconteceram após a publicação desses dois artigos em que Melman fala sobre a sua tese de que haveria uma nova economia psíquica em funcionamento e que o gozo seria parte importante dela. *O Homem sem Gravidade* pode ser considerado, então, uma extensão desses dois artigos já publicados.

Ao final do livro encontramos um glossário com alguns termos psicanalíticos utilizados pelos autores ao longo do livro. Segundo nota de rodapé, este glossário foi realizado por Lebrun com vistas a ajudar o leitor não familiarizado com o vocabulário da psicanálise. Sua pretensão é lhe dar a possibilidade de prosseguir sua leitura sem perder muito o fio do que é afirmado. Ele se apoiou nos dicionários de psicanálise, mais particularmente no de Roland Chemama e Bernard Vandermersch.

Lebrun inicia o prefácio do livro já indicando o lugar de onde parte a sua fala: da clínica. Ele começa contando um caso clínico, enfatizando a queixa de um paciente de vinte e poucos anos acerca de sua nova vida de pai e marido. Segundo o rapaz, não haveria graça em abdicar de muitas mulheres e muitas aventuras sexuais, para ficar com “uma mulher e uma cama... não tem graça!” (LEBRUN In: MELMAN, 2008a, p. 09). Lebrun diz: “Essa fala poderia não parecer muito nova na clínica cotidiana. Mas o que era inédito, no entanto, é que a renúncia, o ‘luto’ que assim se impunha a esse paciente lhe aparecia como incompatível, como não sendo claro” (Ibid, p. 09).

Interessante o que Lebrun aponta sobre o luto não ser algo claro para o paciente. Diante desta afirmação, fica implícita a ideia de que, para as gerações passadas, a necessidade de se renunciar a algumas coisas em detrimento de outras, de se pagar o preço por uma escolha, era uma ideia bem aceita, clara, comum. O que teria acontecido, então, para que as novas gerações não compreendessem, ou não aceitassem essa necessidade? Essa renúncia, esse preço a se pagar, parece não mais ser visto como algo claro, necessário e óbvio, mas como uma injustiça.

No prefácio, Lebrun explica que, em março de 2001, em encontros psiquiátricos em torno do tema “O homem à prova da sociedade contemporânea”, na França, Charles Melman deu sua contribuição ao debate sobre o “mal-estar na civilização”, anunciando que estaríamos vivendo, há alguns anos, uma *mutação cultural*, a emergência do que ele já nomeava uma *nova economia psíquica*. Para Lebrun, não se tratava mais de evocar simples modificações do social e suas incidências na subjetividade, “[...] mas de examinar uma mutação inédita que estava produzindo seus efeitos. Efeitos que poderiam ser maiores e englobar tanto o indivíduo quanto a vida coletiva” (LEBRUN In: MELMAN, 2008a, p.12).

Lebrun continua, dizendo que a leitura *radical* que Melman faz da situação atual nos leva a dever pensar uma mudança de grande amplitude, com *consequências antropológicas incalculáveis* (segundo ele, este termo foi tomado emprestado de Marcel Gauchet em *La Religion dans La démocratie*) e uma subjetividade que se crê liberada de toda dívida para com as gerações precedentes. Assim, Lebrun já sinaliza que a leitura que Melman faz da contemporaneidade é *radical*, o que pode significar que é extrema, ou muito diferente das leituras correntes.

Para Lebrun, isso justificou a proposta dirigida a Melman, de “dizer mais sobre o assunto” (LEBRUN In: MELMAN, 2008a, p. 12), como bem o fazem os psicanalistas. Melman acolheu a proposta de imediato, e assim deu-se início uma série de entrevistas sobre essa nova

economia psíquica que Melman dizia identificar. Conforme já expomos, o livro é fruto das conversas entre os dois autores, que aconteceram durante um ano – entre julho de 2001 e julho de 2002. Os seis capítulos que compõem o livro são a reprodução “evidentemente trabalhada e enriquecida” (Ibid, p.12) dessas conversas.

Sobre o formato do livro, Lebrun pontua que a fórmula da entrevista tem seus limites, e que ela pareceu-lhes “particularmente propícia para apreender um pensamento *em elaboração*, obrigado a trilhar um caminho em vias pouco exploradas, obrigado a explicar fatos cuja compreensão está longe de estar garantida” (Ibid, p. 13, grifo nosso). Assim, este livro parece ter sido um trabalho construído em conjunto, em dupla, acerca de uma ideia que já vinha circulando em encontros psiquiátricos e psicanalíticos na França. O formato de entrevistas geralmente torna a leitura mais didática, o que possibilita que o leitor leigo no assunto possa também ter acesso ao que está sendo discutido. Lebrun diz que este era, de fato, um dos objetivos do livro, ou seja, dirigir-se a um leitor não especialista, o que os incitou a abandonar o jargão psicanalista. Daí adveio também a ideia de acrescentar um glossário ao final do livro.

Há uma frase no prefácio que parece ser uma das que consegue “falar pelo livro”. Segundo Lebrun, “Estas entrevistas abrem, com efeito, para o debate crucial de saber, tratando-se da condição humana, o que é suscetível de evolução radical e o que permanece inquebrantável” (Ibid, p. 13). Esta frase parece apontar para um dos objetivos principais do debate entre eles. Constatou-se que estamos vivendo diversas mudanças, algumas inclusive muito radicais e impensáveis apenas poucos anos atrás. No entanto, algumas coisas ainda permanecem as mesmas.

Sendo assim, onde poderíamos traçar essa linha entre o que muda e o que não muda, e quão mutável é a própria linha traçada? Hoje ela pode estar em um determinado ponto de divisão, mas há garantias de que amanhã ela já não estará em outro ponto, hoje ainda impensável? Quando se pensa em questões contemporâneas percebemos que coisas que *pareciam* inquebrantáveis anos atrás, hoje se apresentam como possíveis. Coisas que hoje são fatos, antes pareciam apenas ficções. Esses questionamentos – dentre outros – norteiam o debate desde o início do livro.

5.1 A nova economia psíquica

Lebrun inicia perguntando em que consistiria essa nova economia psíquica de que fala Melman. Este responde que “estamos lidando com uma mutação que nos faz passar de uma *economia* organizada pelo recalque a uma *economia* organizada pela exibição do gozo” (MELMAN, 2008a, p. 16, grifos nossos). Podemos pensar no porquê do uso da palavra *economia*. Este uso não é exclusivo ou inaugurado por Melman, pois Freud já falava em *economia* psíquica, *economia* libidinal, problema *econômico*. Embora seja um termo que remeta, no senso comum, ao aspecto financeiro – da ciência econômica, de produção, distribuição, etc. – é também uma palavra comumente utilizada na psicanálise.

Segundo Cunha (2010), economia é “a arte de bem administrar uma casa ou um estabelecimento particular ou público” (p. 234). Etimologicamente, deriva do latim *Oeconomia* e do grego *Oikonomia*, de *oikos* – “casa” – mais *nomein* – “gerenciar, colocar em ordem”. De acordo com Chemama (1995), utiliza-se o termo *econômico* através de um ponto de vista que leva em conta a energia psíquica, a energia diretamente quantificável, da qual se poderia avaliar, por exemplo, seu aumento ou diminuição. Assim, o ponto de vista econômico consiste em supor, a partir da experiência clínica, que uma energia diretamente mensurável está circulando no aparelho psíquico, que ela se liga a tais ou quais representações, que eventualmente exerce uma ação.

Economia, no sentido que Melman utiliza, poderia ser traduzida também como modo de funcionar, funcionamento psíquico, ou como a energia psíquica é investida. No caso, ele destaca o gozo como preponderante nesse novo modo de funcionar que ele identifica. Em alguns momentos, Melman fala que essa nova economia *promove* o gozo, *estimula* o gozo, *exibe* o gozo. Ele usa palavras diferentes, mas sempre está presente a questão do gozo. A economia anterior, para ele, seria *organizada* pelo recalque. Em outros momentos ele fala em *fundada* no recalque. Ao falar que passamos de uma economia a outra, dá-se a entender que uma deixou de existir para que outra passasse a vigorar, ou então que hoje uma prevalece sobre a outra.

Para uma apresentação mais detalhada acerca do que os autores (Melman e Lebrun) falam quando utilizam o termo *gozo*, julgamos importante transcrever alguns trechos da definição encontrada no glossário do *Homem sem Gravidade*:

GOZO: Quando o termo é empregado por analistas, não se deve entendê-lo em sua acepção usual [...] comumente o termo “gozar” remete ao gozo sexual e, a esse título, deixa entender que parcialmente tem uma ligação com o prazer. Mas, simultaneamente, o gozo está além do prazer. [...] Assim, beber um vinho de qualidade pode ser qualificado de prazer, mas o alcoolismo transporta o

sujeito para um gozo do qual ele seria, sobretudo, o escravo. Por extensão, a palavra pode ser utilizada para designar o próprio funcionamento de um sujeito enquanto aquele que repete infatigavelmente tal ou qual comportamento sem de modo nenhum saber o que o obriga a assim permanecer – como um rio – no leito desse gozo (MELMAN, 2008a, p. 204).

Ainda sobre a nova economia psíquica, Melman (2008a) diz que “Isso implica deveres *radicalmente* novos, impossibilidades, dificuldades e sofrimentos diferentes” (p. 16, grifo nosso). Fica claro nesta frase, assim como em outras ao longo do livro, que a posição de Melman é de que essa mutação que ele identifica se apresenta de forma radical, extrema. Para além de uma economia *diferente*, ele aponta uma mudança radical, deveres *radicalmente* novos. Talvez por isso a escolha da palavra *mutação*, como algo tão radical que é modificado completamente, e sem volta, irreversível.

Lebrun questiona por que a existência de tal economia de repente se tornou possível, e a que Melman atribui essa mutação. Este responde que atribui a um progresso considerável e, ao mesmo tempo, portador de pesadas ameaças. Progressos geralmente trazem consigo pesadas ameaças, principalmente no ritmo em que se encontram atualmente, mais rápidos do que nunca, difíceis de acompanhar. Segundo Melman, o *progresso* de que ele fala é a constatação que “o céu está vazio, tanto de Deus quanto de ideologias, de promessas, de referências, de prescrições, e que os indivíduos tem que se determinar por eles mesmos, singular e coletivamente” (MELMAN, 2008a, p. 16). Então, ele explica que os últimos dois séculos foram os das grandes invenções e da identificação dos limites: na matemática, Hilbert, na lógica, Gödel, na política, Marx, em psicologia, Freud e seu complexo de Édipo.

5.2 Suspensão de limites – liquidação das transferências

Sendo assim, para Melman, o século que se anuncia será o da *suspensão* desses limites: não haveria mais impossível. Então, ele cita algo que, para ele, foi a intervenção decisiva: o domínio da fecundidade e, depois, da reprodução da vida.

Roubado de Deus, o poder de criação doravante permite trazer à luz organismos novos. De uma certa forma, assistimos ao fim de uma época, a uma liquidação - em termos analíticos dir-se-ia uma *liquidação coletiva da transferência* -, o que é fonte de uma liberdade muito notável (Ibid, p. 17, grifo do autor).

Neste ponto no texto, vemos outra frase categórica que carrega a tonalidade do texto de Melman, o seu radicalismo. Quando fala sobre essa *liquidação* coletiva da transferência, ele enfatiza: “Não há mais nem autoridade, nem referência, menos ainda saber que se sustente” (MELMAN, 2008a, p. 17). Quando se diz que *não há mais*, fica implícito que algo está totalmente extinto, ausente. Alguns autores falam em um *declínio* da autoridade, do saber, enfatizando a dificuldade de encontrar referências consistentes (ou universais). Lyotard, em seu livro *A Condição Pós-Moderna*, aponta para a existência de uma “crise dos relatos” (2002, p. xv), crise dos grandes textos.

Com a utilização desses termos – declínio, dificuldade, crise – relativiza-se o cenário. Deixa-se claro que as coisas não são mais como antes. Ao falar em declínio, sugere-se que algo não está mais tão em alta quanto antes, está caindo. Quando se fala em crise, supõe-se uma situação que desmantelou algo que estava instituído e que a ideia é a de reestabelecer a antiga condição. Crise supõe uma fase (uma fase difícil), uma transição. Em um dicionário online ¹² encontramos uma definição interessante para a palavra crise: período de desordem acompanhado de busca penosa de uma solução. Quando Melman fala em *liquidação*, supõe algo sem volta, definitivo, acabado por completo, extinto. Isso se afastaria da noção de crise.

Lebrun pergunta se essa transferência de que fala Melman é a transferência que conhecemos em psicanálise, aquela que Freud conceituou, e Melman responde afirmativamente. No glossário ao final do livro, *transferência* é definida como um termo que implica a ideia de deslocamento, de transporte. Trata-se do laço que se instaura entre o paciente e seu psicanalista. Lacan deu a esse conceito uma dimensão estrutural, ao referi-lo ao “Sujeito suposto saber”, identificando que o paciente atribui ao analista um saber sobre ele mesmo que precisamente ele busca. Assim, o conceito de transferência, desde sua conceituação por Freud, atravessou as fronteiras da psicanálise. Ele designa a mola propulsora que um sujeito pode encontrar em seu laço afetivo com um outro e, em particular, com uma figura de mestre (professor, etc.). Por extensão, ele chega inclusive a designar a relação que sujeitos podem ter com o saber. O que permite falar de transferência coletiva (MELMAN, 2008a, pp. 210, 211).

Mas será que não poderíamos falar então que estamos vivendo um tipo de transferência diferente, ao invés de falar que toda transferência está liquidada? De fato, algumas figuras que ocupavam o lugar do saber tempos atrás (como o pai, os mestres, os líderes religiosos, o rei, etc.) perderam seu lugar para outras instâncias que hoje ocupam essa posição de detentor do saber.

¹² <www.dicionarioweb.com.br/crise.html> Acesso em: 15 out. 2012

São instâncias que, de certa forma, organizam a vida das pessoas e a quem as pessoas se referem quando buscam respostas.

Não nos referimos mais aos grandes textos, mas nos referimos à ciência, por exemplo. Teríamos uma transferência com esta, pois é inegável que a ciência e as estatísticas ocupam, mais do que nunca, e cada vez mais, a posição de quem detém o saber sobre nós mesmos, sobre o nosso corpo, nossa saúde, nossas finanças. A ciência dita como os pais devem criar os filhos, como as pessoas devem planejar sua vida, o que devem comer. E a mídia, como meio de veicular as mais novas “descobertas” científicas, também se torna uma instância que se relaciona diretamente com as pessoas, ou seja, com quem as pessoas mantêm também uma relação transferencial. É possível verificar claramente a relação de confiança e referência que os sujeitos contemporâneos têm com o saber veiculado pela mídia, pela ciência, pelas estatísticas, pelos números, pelas quantidades.

Cada vez mais se arrumam formas de medir as coisas, e cada vez mais os números ocupam a posição de detentores do saber. Pelos números medimos a quantidade de calorias que contém em qualquer alimento que comemos e regulamos, assim, a nossa dieta. Pelos números sabemos que quem fuma corre o risco de viver “x” anos a menos do que quem não fuma. Sabemos a porcentagem de crianças que provavelmente possuem déficit de atenção e hiperatividade em uma escola de “x” alunos, pois as estatísticas apontam esses números. Ou seja, cada vez mais os números e as estatísticas, embasados nas pesquisas científicas e veiculados pela mídia, regulam e organizam a nossa vida. E elas só regulam e organizam nossa vida porque estão presentes no discurso dominante, no discurso que circula.

5.3 A relação com a morte e com o sexo

Como exemplo crucial da ultrapassagem de limites que se verifica nessa nova economia psíquica, Melman cita a relação dos sujeitos com a morte e com o sexo na contemporaneidade. Ele serve-se do exemplo da exposição de arte anatômica intitulada “*Körper-welten, o fascínio do autêntico*”, obra do anatomista Günter Von Hagens. Ao falar sobre esta obra, Melman explica que Von Hagens colocou em operação uma técnica segundo a qual fez passar tecidos ou cadáveres ainda frescos num banho de acetona, expulsando, assim, a água das células e a substituindo por resinas epóxi, de tal modo que o cadáver fica protegido da putrefação, como que

plastificado em suas formas originais. Ao fazer isso, torna-se possível impor-lhe posturas próximas das da vida.

Segundo Melman, uma das características da espécie humana é o respeito que comumente cerca a morte. “Esta exposição e seu sucesso popular fazem, então, valer o quanto, à nossa revelia talvez, um novo limite é ultrapassado” (MELMAN, 2008a, p.19). Será que podemos mesmo dizer que isto acontece à nossa revelia? Se houve espaço, ou um solo fértil para a ultrapassagem de limites é porque algo já estava acontecendo para que os limites pudessem ser ultrapassados. E nada acontece forçosamente, sem pelo menos algum consentimento (consciente ou inconsciente, que seja) das pessoas. Talvez o *à revelia* de que Melman fala significa que, mesmo fazendo parte dessa nova ultrapassagem de limites, ainda nos assustamos e, muitas vezes, criticamos. Mas mesmo assim, não conseguimos nos descolar desse cenário.

Melman (2008a) afirma que:

O procedimento técnico colocado em prática por nosso “artista” autoriza, com toda impunidade e pelos melhores motivos, no convívio, um gozo ‘escópico’ da morte. E, então, a ultrapassagem do que ontem era tanto proibido quanto impossível. A autenticidade, nessa questão, é apenas um bom argumento de venda (p. 19, grifos do autor).

Assim, “o *desaparecimento* do caráter sagrado que a morte pode ter vai no sentido dessa *abolição* de toda transferência de que eu falava” (Ibid, p. 20, grifos nossos). Com *desaparecimento* e *abolição*, mais uma vez, Melman utiliza palavras radicais. Abolir é pôr fim a algo, aniquilar, exterminar. É o uso constante dessas palavras ao longo de todo o texto que dão um tom apocalíptico ao discurso de Melman. Quando está explicando, ele chega a relativizar as questões, mas a sua escolha de palavras geralmente vai nesse sentido do radical, do definitivo, do taxativo.

Ao ler desconstrutivamente *O Homem sem Gravidade* após ter realizado uma leitura dos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* de Freud, percebemos o quanto a escolha de palavras utilizada pelo autor determina a tonalidade do texto. Quando fazemos a primeira leitura – a leitura ingênua – em geral não percebemos, não damos tanta atenção às palavras isoladamente, ou à construção das frases, mas, ainda assim, quando terminamos de ler o texto, ficamos geralmente com alguma impressão ou sensação. Impressão, por exemplo, de que o autor falou algo inovador, ou alguma “bobagem”, ou que o texto foi mais sério, ou bem humorado, ou irônico, ou informativo, taxativo. Mesmo que não saibamos identificar o tom do texto com

algum(uns) adjetivo(s), ainda assim, quando terminamos de lê-lo, ficamos com uma sensação. Por ficarmos com essa sensação após uma leitura, é perceptível o quanto a leitura é uma atividade dialógica, o quanto um texto fala com o leitor, dirige-se a ele, mesmo que este não se dê conta desse diálogo.

Nesse sentido, ao pegar dois textos psicanalíticos que falam sobre perversão, mas que são escritos por dois autores diferentes e em épocas bem diferentes, identificamos a diferença de tonalidade entre os textos. Enquanto Freud fala da perversão em termos de gradações, trabalhando numa perspectiva de relativização, de espectro, de continuidade, de diferentes graus, etc., Melman apresenta seu discurso de forma mais definitiva, decidida, radical, fixa, irreversível. É compreensível que Melman escolha palavras definitivas e radicais para expor suas ideias, pois ele está justamente defendendo uma tese sobre uma *mutação* cultural.

Quando fazemos uma leitura atenta podemos perceber claramente como nenhum texto é ingênuo, descompromissado e que todos os textos possuem uma estratégia para tentar levar o leitor por determinado caminho. O livro de Melman é interessante, pois, independentemente do tom apocalíptico, ele nos leva a questionar a nossa própria época, e nos ajuda a perceber o quão difícil é dar certa distância de algo no qual estamos totalmente inseridos e implicados.

Quando analisa a citada exposição de cadáveres, Melman (2008a) diz que um “espetáculo que reúne multidões em torno das imagens da morte tem um lado *premonitório* que merece reter a atenção dos psicanalistas e dos etnólogos. Eis porque falei, a esse propósito, de uma nova economia psíquica; vejo aí uma manifestação *absolutamente inédita* e coletiva” (p. 20, grifos nossos). A palavra premonitório, usada por ele nesta frase, dá a entender que é algo que devemos prestar atenção porque prenuncia algo mais que está por vir. Algo que adverte com antecipação, que deve ser considerado como aviso. Depois ele usa o termo *absolutamente*, mais uma palavra extrema. E *inédita*, nunca antes vista, também algo radical.

Não é muito difícil percebermos essa mudança em relação ao respeito que comumente cercava a morte, quando pensamos em como essa relação com a morte se apresenta atualmente. Por exemplo, quando alguém famoso morre, vemos circular, em questão de poucas horas ou minutos, dezenas de piadas na internet sobre a morte desta pessoa. Como exemplos recentes, podemos citar as mortes de Michael Jackson, Amy Winehouse, Steve Jobs e Oscar Niemeyer, que foram alvos de constantes piadas e charges na rede, minutos após a sua morte. Tão logo ela acontece, livre de respeito ou do caráter sagrado que costumava possuir, ela está sujeita às piadas. Poderíamos até pensar que as piadas, em si, seriam uma forma de elaboração do luto. Mas, aparentemente, o propósito maior, nesses casos, é o de *entretenimento*, mais do que a

necessidade de falar sobre o acontecido. Procura-se gozar da morte. A esse respeito, Melman (2008a) diz: “Uma sociedade que vem retirar seu prazer do espetáculo da morte é, pelo menos, inquietante” (p. 20).

Lebrun questiona Melman se ele pensa em outras manifestações dessa nova economia psíquica, além da relação com a morte, já mencionada. Ao responder essa pergunta, Melman aponta que a nossa relação com o sexo conhece uma mutação semelhante. Segundo ele, até aqui, pertencemos a uma cultura fundada na *representação*, ou seja, numa evocação do lugar onde se mantinha a instância sexual. “Passamos da *representação* que nos é familiar, costumeira da relação com o sexo, relação da qual apenas nos avizinhávamos, à – parece – preferência por sua *presença*” (MELMAN, 2008a, p. 20, grifos do autor).

Desta vez, diferentemente de quando falava sobre a nossa nova relação com a morte, quando foi taxativo, ele utiliza a palavra *parece*, dando a entender que ele não está tão certo disso quanto estava quando falava da morte. Assim, diferentemente do tom de seu discurso até o momento no texto, ele relativiza esta questão, como se falasse de uma impressão, de algo que não estaria ainda muito óbvio, como ele vinha falando até o momento.

Usando o exemplo da citada “arte anatômica”, para ele, trata-se agora de buscar o autêntico, e não mais uma aproximação organizada pela representação, mas de ir para *o objeto mesmo*, diretamente. Sendo assim, o que marca essa mutação cultural, para Melman, é esse “apagamento do lugar de esconderijo próprio a abrigar o sagrado, quer dizer, aquilo pelo que se sustentam tanto o sexo quanto a morte” (Ibid). Então, novamente ele volta a falar em *apagamento*. Além de a morte ser algo que não está mais tão rodeada desse respeito, desse lugar de sagrado, e estar mais na ordem da *presença*, podemos perceber que outras mudanças vêm acontecendo na maneira de lidar com a morte como, por exemplo, o uso de remédios – drogas – em ocasiões de morte de entes queridos.

Em seu livro *Alcoolismo, delinquência, toxicomania* (2000), Melman descreve que as drogas têm o objetivo de suspender a existência. No caso da morte, elas são usadas para suspender a dor. É comum atualmente que as pessoas que perderam entes queridos estejam medicadas durante o enterro ou nos dias seguintes à morte do parente. Quando Melman fala em apagar o lugar de esconderijo do sagrado, percebemos que, de modo geral, existe aí também um apagamento das *experiências*. No caso, apagamento das experiências relacionadas à morte e ao sexo. “Assim, o sexo é encarado hoje em dia como uma necessidade, como a fome ou a sede, agora que estão suspensos tanto o limite quanto a distância próprios ao sagrado que o albergava” (MELMAN, 2008a, p. 20).

Ao falar sobre a ultrapassagem dos limites, Melman diz que esses limites são tão facilmente ultrapassados que são apagados. Lebrun complementa dizendo que ele se autoabsorve, desaparece como limite, e isso evocaria “a exigência de apresentação mais que de representação e, então, simultaneamente, de transparência...” (LEBRUN In: MELMAN, 2008a, p. 23). Nesse sentido, Lebrun evoca o fascínio pela experiência de “Loft Story”, que segundo uma nota do tradutor, é o Big Brother francês.

Para Melman, hoje a questão é exhibir. O que se chama de gosto pela proximidade vai tão longe que é preciso exhibir as tripas, e o interior das tripas, e até o interior do interior. Não haveria mais limite algum à exigência de transparência. De fato, continua crescente o mercado dos *reality shows*, que pretendem exhibir, de muito perto, conflitos conjugais, familiares, cirurgias plásticas (tripas), etc. “A presença das luzes e das câmeras age como um imperativo diante do qual ninguém poderia recusar-se, como se estivesse diante de um torturador a quem conviria confessar tudo, inclusive o que não se fez” (MELMAN, 2008a, p.23).

5.4 Mutações... culturais, antropológicas, históricas

Conforme já explicitado, segundo Melman (2008a), estamos lidando com uma mutação que nos faz passar de uma cultura fundada no recalque dos desejos e, portanto, cultura da neurose, a outra que recomenda a livre expressão, o gozo, e promove a perversão. Melman elege o termo *mutação cultural* para falar dessas mudanças que estamos vivenciando. De forma semelhante, Dany-Robert Dufour – filósofo francês, professor de ciências da educação na universidade Paris VIII – fala sobre uma *mutação antropológica* e uma *mutação histórica* em seu livro *A arte de reduzir as cabeças*, publicado originalmente em 2003, ou seja, no mesmo ano em que Melman publicou *O homem sem gravidade*. Os dois autores, partindo de lugares diferentes – Melman da psicanálise clínica, e Dufour da filosofia – falam de forma semelhante sobre as mudanças no sujeito contemporâneo e no funcionamento social.

Dufour (2005) corrobora a ideia do surgimento de uma nova economia psíquica levantando a hipótese de que uma *mutação histórica* na condição humana está se completando diante de nossos olhos, nas nossas sociedades. Segundo ele, essa mutação não é uma simples hipótese teórica, pois é possível identificá-la através de diversos acontecimentos, dentre os quais ele cita: domínio do mercado, dificuldades de subjetivação e de socialização, toxicomania, multiplicação das passagens ao ato, aparecimento do que se chama, corretamente ou não, “os

novos sintomas” (por exemplo, anorexia, bulimia, toxicomania, depressão, crise de pânico...), explosão da delinquência na população jovem, nova violência e novas formas sacrificiais.

Ao invés de falar em transformação, ou mesmo mudança, ambos – Melman e Dufour – escolhem um termo que remete à genética, a *mutação* sendo qualquer alteração permanente no DNA. Sabemos que, na biologia, uma mutação é algo que acontece como um erro, uma falha, ou um acidente. É, ainda, algo sem volta, permanente. As mutações genéticas, em seres humanos e em animais, são fenômenos que criam algo frequentemente assustador e perturbador, pois a aparência dessas mutações apresenta aspectos muito diferentes e estranhos à norma, ao que estamos acostumados a ver.

No entanto, em relação à mutação cultural, temos mais dificuldade em percebê-la como estranha, justamente por estarmos inseridos nela, pois acompanhamos e participamos ativamente dessas mudanças. A leitura lacaniana de Mário Fleig segue a de Charles Melman. Fleig é um importante interlocutor de Melman no Brasil, tendo inclusive organizado eventos para trazê-lo ao país, assim como publicado livros deste autor através de sua editora (CMC Editora). Em seu livro *O desejo perverso*, Fleig incluiu uma entrevista dele com Melman realizada em 2007, a respeito da lógica da perversão.

Estamos vivendo a passagem de uma cultura fundada no recalçamento para uma cultura que promove perversão. Já não sabemos muito bem qual seria a diferença entre o objeto que causa o desejo e o objeto de consumo. Por estarmos tão próximos, em razão de nossa perversão cotidiana, da mesma organização psíquica dos sujeitos estruturados perversamente, temos dificuldade de discernir muito bem do que se trata (FLEIG, 2008, p.12).

Interessante pensar que as mutações em biologia, numa perspectiva evolucionista, também estão ligadas à seleção natural, ou seja, algumas mutações que produzem características vantajosas irão permanecer e se multiplicar nas gerações seguintes, enquanto outras características que forem nocivas ou destrutivas desaparecerão em organismos mais fracos. Seguindo a mesma lógica podemos pensar nas mutações culturais, pois as pessoas que não se adaptarem às mudanças tenderão a ficar excluídas dessa nova forma de se fazer laço social.

Ao falar sobre as mudanças sociais, Dufour (2005), em uma nota de rodapé, remete-se a *O homem sem gravidade*, frisando que a leitura deste mostra que mudanças consideráveis são desde agora observáveis na clínica. Percebemos, então, que as considerações de Dufour – que partem de uma perspectiva filosófica, política e social – encontram relação com as de Melman e

Lebrun, que partem da escuta às queixas de pacientes na clínica psicanalítica. Segundo Melman e Lebrun, “um homem liberal” estaria efetivamente em formação, abalando a antiga economia psíquica. Para Dufour (2005), “[...] a diferença entre a antiga economia psíquica e a nova diria respeito, notadamente, ao novo estatuto do objeto introduzido pelo ultraliberalismo” (p. 15). Ele assinala:

Tendo este livro [*O homem sem gravidade*] me chegado no momento mesmo em que meu próprio trabalho já estava acabado, não menciono as possíveis ligações entre nossas obras, mas destaco com satisfação (inteiramente teórica) que minha tese filosófica sobre a destruição do antigo sujeito e o advento simultâneo de um novo sujeito já pode encontrar com o que se fundar em observações clínicas precisas (DUFOUR, 2005, p. 15).

Podemos pensar em alguns diferentes matizes de significado para o título do livro *O homem sem gravidade*. Pode-se considerar a gravidade no sentido da lei universal, à qual todos estamos sujeitos. Falar em um homem sem gravidade seria dizer que o mesmo não está fixo no chão, pode ficar suspenso no ar, sem chão e, portanto, sem uma referência. E é nesse sentido que os autores se referem ao homem contemporâneo no livro, como desprovido de referências, limites, ou seja, sujeito a ficar suspenso no ar, sem base. Torcendo um pouco o significado, temos a ideia de gravidade como algo sério, que é grave, relevante, importante, como a gravidade de uma situação, ou de uma doença, por exemplo. Desta forma, um homem sem gravidade seria também um homem sem responsabilidade e sem importância, ou seja, indiferente a si mesmo e ao mundo.

Ao falar em referências, em ter os pés fixos no chão, podemos nos remeter ao termo em inglês *grounded*, que significa, de modo geral, “com os pés no chão”, ou “embasado, tendo como base”. No entanto, com os deslizamentos de significado, a palavra adquiriu, no inglês informal, o sentido de “de castigo”. É interessante pensar em como ter os pés fixos no chão pode se configurar como um castigo, pois significa que não se pode fazer o que se quer, ou gozar livremente. Seria um castigo para o homem ter que viver com limites, com os pés no chão, com regras. Quando não existe a gravidade para nos conter, para manter-nos fixos no chão, ficamos livres para (ou sujeitos a) flutuar. Qualquer coisa pode acontecer, podemos ficar suspensos, nos perdermos no céu, no espaço, não temos um chão para o qual precisamos voltar.

5.5 Divisão subjetiva

Como mais um traço da nova economia psíquica, Lebrun invoca e interroga Melman acerca do lugar da divisão subjetiva. Segundo este último, *não há* mais divisão subjetiva, o sujeito não é mais dividido, pois falar de sujeito dividido é dizer que ele se interroga sobre sua própria existência, que ele introduz em sua vida uma dialética, uma oposição, uma reflexão. Ele fala então de um sujeito inteiro, compacto, não dividido, ou seja, um sujeito que é universalizado, banalizado, comum, médio, qualquer. Embora ele seja novamente, e como de costume, taxativo quando diz que *não há mais* divisão subjetiva, no final do parágrafo ele recua um pouco e diz que hoje em dia *quase não vemos* a expressão do que seria a divisão subjetiva.

Recorremos ao glossário ao final do livro para um maior esclarecimento sobre ao que os autores se referem quando falam em divisão subjetiva:

DIVISÃO DO SUJEITO / DIVISÃO SUBJETIVA: O fato de estar “submetido” à linguagem tem como consequência, para o sujeito, não poder ter à sua disposição – contrariamente ao animal – um comportamento predeterminado. A perda que a “captura” na linguagem implica engendra uma incerteza irreduzível para o sujeito quanto a seu desejo. Ele está condenado a buscá-lo sem nunca encontrá-lo (MELMAN, 2008a, p. 201, grifos do autor).

Parece ser um paradoxo, pois, ao mesmo tempo, o sujeito contemporâneo tenta buscar uma individualização, uma separação desse igual, desse universal. Nunca se falou tanto – nas vendas, nas propagandas – em produtos *personalizados*, atendimento personalizado ou *diferenciado*, roupas *exclusivas*, feitas *sob medida*. Os sites, tanto de vendas quanto as redes sociais, utilizam programas para “facilitar” a vida dos internautas. Por exemplo, em sites de livrarias, quando procuramos um livro, aparecem sugestões do tipo “Se você gostou do livro tal, deverá gostar de tal, tal e tal”. Tudo converge para que só precisemos navegar pelos produtos de nosso interesse. Nas redes sociais, acontece de forma semelhante. As lojas e produtos que são anunciados geralmente se encaixam no seu perfil de gostos e preferências. Na rede, a tendência é de nos tornarmos, cada vez mais, esses sujeitos universalizados, médios, banais, de que fala Melman.

Eli Pariser, ativista digital americano, é autor de um livro intitulado *O filtro invisível*, no qual alerta sobre essa personalização do conteúdo em sites na internet, usando os exemplos do Google e do Facebook. Numa entrevista para a revista *Época*, com o título “A internet

esconde quem discorda de você”¹³, Pariser conta que em 2011, ao acessar seu perfil no Facebook, ele notou que as postagens de seus amigos republicanos tinham desaparecido. A fórmula usada pelo site para decidir quais postagens eram mais relevantes determinara que, como ele acessava mais links enviados por democratas, as atualizações desses amigos eram mais importantes que as dos outros e deveriam receber mais destaque.

O autor do livro afirma que o Facebook, por exemplo, edita o conteúdo do perfil dos usuários para dar mais ênfase aos amigos com quem estes costumam interagir mais e esconder as postagens de amigos com quem se interage menos. Ele explica que isso é feito por fórmulas matemáticas complexas, que levam em conta cada um de nossos cliques quando estamos no site, e funciona de acordo com regras obscuras para o usuário. Sendo assim, essas fórmulas, esses filtros, que são invisíveis para os usuários, acabam isolando as pessoas em grupos e sites que tenham relação com seus gostos e preferências pessoais, restringindo o acesso a opiniões diferentes.

Algo semelhante acontece com o Google. O autor afirma que, desde dezembro de 2010, quando o Google ativou as buscas personalizadas para todos os usuários, deixamos de ter um Google para todos, com os mesmos resultados, e passamos a ter resultados filtrados para cada pessoa. Desta forma, duas pessoas procurando as mesmas palavras ao mesmo tempo podem receber resultados muito diferentes. Para ele, isto foi uma mudança importante, pois os usuários imaginam que o Google seja neutro e imparcial, e ofereça respostas universais.

Nesta entrevista, Pariser enfatiza que existe um dilema ético nessa personalização dos sites, pois quando não temos contato com opiniões diferentes das nossas, corremos o risco de perder o senso de falibilidade. Ele diz: “Quando todas as pessoas a seu redor concordam com você, é fácil acreditar que sua opinião é a verdade para todos, e não apenas para alguns de seus amigos. E, se ninguém enfrenta seus argumentos, é natural que você imagine que está certo e que não há espaço para discussão. Isso vale para tudo, desde as grandes questões políticas aos pequenos preconceitos. Com o tempo, essa falta de debate pode tornar as pessoas mais intolerantes”. Esse apagamento das diferenças é também uma característica marcante do campo da perversão.

Sobre esta questão, podemos encontrar relação com o que Melman assinala sobre a nossa economia ser capaz de nos fornecer objetos sempre mais fantásticos, mais próprios a nos fornecer satisfações, tanto objetais quanto narcísicas. “Graças a eles, não se trata mais de

¹³ <<http://revistaepoca.globo.com/ideias/noticia/2012/08/internet-esconde-quem-discorda-de-voce.html>> Acesso em: 16 nov. 2012.

se satisfazer com representações, mas com o próprio, autêntico, com o objeto não mais representado, mas efetivamente ali, presente na realidade” (MELMAN, 2008a, p. 28). Ele diz que é nesse campo que ele situa o lugar que adquire hoje a teoria cognitivista, “pois, justamente, ela é organizada com base nesse princípio. A aprendizagem direta dos caminhos de acesso, tanto ao objeto quanto a si mesmo, deve assegurar uma trajetória quase feliz e sem complicações” (Ibid, p. 28).

Uma das características do sujeito que se encontra dividido é de se questionar. Para Melman, então, a teoria cognitivista teria um grande espaço hoje justamente porque não é necessário que se questione sobre motivações, sentimentos, etc., pois a aprendizagem de novos caminhos, a “correção” de pensamentos ou comportamentos proporciona uma melhora na qualidade de vida – pelo menos aparentemente – muito mais rápida e com menos sofrimento. Juntamente com as terapias cognitivas, muitas vezes entram as medicações, as drogas lícitas que, segundo Melman, tem o propósito de aliviar a dor da existência.

Alivia-se a dor da existência também quando se perde a necessidade de se questionar sobre a vida, sobre si mesmo, sobre os acontecimentos. Não se pode dizer que essa saída não seja legítima ou que seja difícil compreender que muitas pessoas prefiram buscar este caminho. Afinal, por que alguém escolheria passar por um processo doloroso de questionamentos (como é um processo de análise, por exemplo) em que não se dão garantias, ao invés de escolher amenizar o sofrimento de forma mais rápida, menos complicada e dolorida?

No entanto, um dos perigos desse caminho é o da simplificação de todas as situações e a universalização. Mais uma vez, o apagamento das subjetividades. A medicalização também é preocupante especialmente em crianças (como temos visto com frequência atualmente), pois se simplifica qualquer situação que fuja à norma, acreditando que o remédio tem o poder de eliminar o desconforto produzido na própria criança e, principalmente, nas pessoas do entorno, como os pais e professores.

Em 2004, um ano após o lançamento de *O homem sem gravidade*, Melman veio ao Brasil e participou de um seminário sobre os laços conjugais na modernidade. O evento, com o título “*Será que podemos dizer, com Lacan, que a mulher é sintoma do homem?*” aconteceu no Rio de Janeiro e foi promovido pela associação psicanalítica Tempo Freudiano. Em sua passagem pelo Brasil, Melman concedeu uma entrevista à Revista ISTOÉ, intitulada “A era

do prazer”¹⁴, na qual fala sobre *a nova economia psíquica*. Percebemos que, nessa entrevista, ele tenta condensar os muitos pontos que trata no livro *O Homem sem Gravidade*. Obviamente, como se trata de uma entrevista (com tempo para a fala reduzido), ele somente cita alguns pontos, não sendo possível detalhá-los, como ele faz no livro. Relataremos aqui alguns trechos da citada entrevista no intuito de dar mais visibilidade a algumas questões que o autor julgou importantes para alcançar um público diferente do que frequenta os eventos psicanalíticos, ou seja, um público leitor da revista, e possivelmente não familiarizado com a psicanálise.

5.6 Relação da psicanálise com a literatura e o cinema

A leitura do *Homem sem Gravidade* traz muitos questionamentos acerca de nossa época e nos faz evocar aspectos da vida contemporânea que são interessantes para refletirmos sobre os nossos modos de subjetivação atuais. Conforme já destacamos, o trabalho desconstrutivo com textos nos permite descontextualizar alguns aspectos que aparecem no texto, e pensá-los em outros contextos. Sabemos que uma leitura sempre nos remete a outras leituras, e *O Homem sem Gravidade* é um livro que – talvez por tratar de muitos temas diferentes e que tem a ver com a nossa época – nos fez “*ler levantando a cabeça*” (BARTHES, 1988, p. 40) com muita frequência, formando novas associações.

Dentre essas associações, pensamos em alguns exemplos no campo da literatura e do cinema que, de alguma forma, exemplificam ou se relacionam com temas evocados por Melman. É sabido que Freud dizia que os escritores tinham um conhecimento direto e intuitivo do inconsciente, enquanto ele mesmo só o encontrava por meio de muito esforço. Muitas vezes somos tocados por uma obra literária ou cinematográfica sem que tenhamos consciência do que nos atraiu na história ou no enredo.

Bonança (2009) aponta que o ficcionista consegue guiar as nossas emoções, represá-las num momento e, em seguida, fazê-las fluir. Esse movimento exerce sobre nós um poder diretivo e proporciona, quase sempre, uma grande variedade de efeitos e emoções. *O estranho* na obra de ficção se apresenta de forma paradoxal, tendo em vista que muito daquilo que não é estranho no cinema, no teatro ou na literatura, causaria horror na vida real. A criatividade

¹⁴<http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/10556_A+ERA+DO+PRAZER?pathImagens=&path=&atualArea=internalPage> Acesso em: 09 out. 2012.

traz à tona as emoções e os devaneios que os autores, mesmo desconhecendo o inconsciente e suas manifestações, apresentam.

Em uma discussão sobre a relação da psicanálise com a literatura, Freitas (2001) afirma que a psicanálise em extensão pode, ao se aproximar das produções dos escritores, proporcionar diferentes leituras interpretativas, examinando os textos da literatura, desligados de seus autores. Segundo Telles (2004), os processos descobertos pela psicanálise, de longa data, são a matéria-prima da literatura, havendo muito de comum entre elas. Ambas lidam com a linguagem e com a expressão de ideias, sentimentos, afetos, sofrimentos e dores. Psicanálise e literatura interpretam, representam, simbolizam e produzem sentido. De maneira semelhante, o que foi dito sobre literatura e psicanálise vale para o cinema e a psicanálise, talvez até com maior pertinência. “Por usar uma linguagem predominantemente visual, o cinema tem uma especial proximidade com os sonhos, a ‘via régia para o inconsciente’” (TELLES, 2004, p. 182).

Alguns autores no âmbito da psicanálise já realizaram pesquisas interessantes utilizando o cinema para engendrar discussões acerca de fenômenos psíquicos e manifestações do inconsciente. Telles (2004) assinala que o cinema e a psicanálise são invenções quase simultâneas e que têm inúmeros pontos em comum. Ele diz que: “A revelação de que nossos sonhos pensam, essencialmente, através de imagens, transforma o livro inaugural da psicanálise, *A interpretação dos sonhos*, de Freud, no primeiro grande ensaio sobre a mecânica psíquica do cinema” (p.13).

Freud (1908/1996, p.136) também discorre sobre aspectos da escrita ficcional afirmando que a irrealidade do mundo imaginativo do escritor tem consequências importantes para a técnica de sua arte, pois muita coisa que, se fosse real, não causaria prazer, pode proporcioná-lo como jogo de fantasia. Por outro lado, muitos excitamentos que são penosos, podem tornar-se uma fonte de prazer para os ouvintes e espectadores na representação da obra de um escritor.

Cabe frisar que não iremos nos deter em uma análise detalhada dos livros e filmes que evocamos enquanto líamos *O Homem sem Gravidade*, pois o intuito aqui é de registrar o movimento de leitura e as associações realizadas, no sentido de ilustrar o quanto os temas abordados por Melman circulam no cinema, na literatura, fazendo parte tanto do imaginário quanto dos discursos dominantes. Por mais estranhos e impossíveis que pareçam alguns enredos ficcionais, eles só são possíveis e reconhecíveis pelo público porque falam, de alguma forma, de coisas que já nos rodeiam, seja consciente ou inconscientemente.

Em nossa leitura do *Homem sem Gravidade*, fica claro que um dos pontos importantes para Melman é a verificação de que vivemos um *progresso* que, para ele, seria a constatação de que “o céu está vazio” (MELMAN, 2008a, p.16). Este vazio diria respeito à ausência de referências, de ideologias, de promessas. Então, enquanto os últimos dois séculos foram os das grandes invenções e da identificação dos limites, para Melman, o século que se anuncia é o da *suspensão* desses limites.

Nesse sentido, Melman identifica a suspensão de limites para o gozo, indicando que a grande filosofia moral dos dias de hoje é que cada ser humano tem o direito de se satisfazer plenamente. “Se não for assim, é um escândalo, um déficit, um dolo, um dano. Assim, quando alguém expressa uma reivindicação qualquer, está legitimamente no direito – e, na falta, a legislação é rapidamente modificada – de ver sua reivindicação satisfeita” (Ibid, p. 31). Vivemos, então, numa época de legitimação de todo e qualquer tipo de desejo e, assim, torna-se legítimo que esses desejos encontrem sua satisfação.

Retomando a nossa leitura dos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), vimos que, para Freud, o caminho para a sexualidade adulta dita normal é o de abandonar os alvos sexuais parciais, passando por eles, mas sem neles se fixar, até chegar à relação sexual genital. Assim, o caminho da sexualidade normal passaria por essas parcialidades, de forma preliminar, mas com o intuito de chegar ao final, que seria o genital. A fixação em algumas dessas zonas parciais, ou a utilização delas em caráter exclusivo foi considerada por ele como uma perversão, um desvio do caminho da sexualidade adulta normal, madura. Por isso as crianças são chamadas por Freud de perversas polimorfas, ou seja, que buscam e obtêm prazer nessas zonas parciais, e de diversas formas diferentes, multiformes, polimorfas.

Podemos recontextualizar essa formulação teórica de Freud para abordar alguns pontos que Melman assinala sobre a contemporaneidade e sobre o que, para ele, é característico da *nova economia psíquica*. Quando ele fala do apagamento dos limites, ele cita o advento de objetos que proporcionam prazer em todos os orifícios, ou seja, sem nenhum limite, sem nada que barre. Desta forma, podemos tomar o que Freud teoriza acerca da sexualidade perversa como metáfora (ou protótipo) para o que Melman fala sobre a adição aos objetos, que dão prazer a todos os orifícios, como uma criança costuma fazer com seus movimentos pulsionais, quando está explorando sua sexualidade.

Para Melman, vivemos em uma época em que a fabricação de objetos aptos a “satisfazer os orifícios corporais se tornou uma espécie de exigência e obtém, evidentemente, a concordância coletiva. São objetos maravilhosos, capazes, com efeito, de saturar até o

esgotamento os orifícios visuais e auditivos” (MELMAN, 2008a, p. 32). Ele explica que, hoje, fabricam-se sons extraordinários que não são mais escutados somente com os ouvidos, mas com todo o corpo. Sendo assim, são gozos fabricados, artificiais, que fazem parte dos produtos da nova economia psíquica. “São suscetíveis, por uma inversão, de prevalecer em relação ao gozo sexual, já que, no fundo, esses gozos orificiais sobre os quais Freud dizia que eram pré-genitais podem muito bem ter primazia sobre o gozo sexual [...]” (Ibid, p. 32).

Não é difícil perceber, no cotidiano, novidades que se referem ao que Melman fala sobre essa saturação dos orifícios visuais e auditivos. Ao realizarmos buscas em sites na internet sobre novidades relacionadas ao cinema, por exemplo, encontramos frases do tipo: “O cinema 3D já é coisa do passado”, “A tecnologia 3D já deixou de ser novidade”, e “Depois que o 3D se tornou algo comum...”. Essas frases iniciam parágrafos que explicam sobre a maior novidade no formato cinematográfico, que é o cinema 6D (em seis dimensões).

Segundo esses sites, o cinema 6D alia a projeção de filmes em 3D com efeitos especiais de curta duração que estimulam outros sentidos, no intuito de proporcionar ao espectador a sensação de fazer parte do filme de uma maneira muito mais “real”. Assim, durante uma projeção, o espectador poderá sentir aromas, bem como ter sensações de vento, frio, calor e água em contato com a sua pele. A sala também é construída de maneira especial, de modo que as poltronas se movimentam em cenas de ação em sincronia com o que acontece no filme.

Assim, essas novas tecnologias teriam a ver com essa suspensão de limites, pois hoje podemos gozar de várias formas, inclusive artificiais, tornando-se mais um produto, mais uma mercadoria, na nova economia psíquica. A psicanálise ensina que não é o objeto, mas a falta de objeto que é organizadora da especificidade humana. Desta forma, se esse objeto deve ser perdido para que o humano possa emergir e se o lugar do limite é instalado por essa perda, Lebrun (In: MELMAN, 2008a) questiona se transgredir isso equivaleria a realizar um incesto.

Lebrun pergunta se, para Melman, é possível dizer que estamos diante de uma economia psíquica que, sem ser incestuosa, “empurra” para o incesto. Melman responde que sim, mas se referindo a um incesto que “não necessita de uma realização, de sua realização figurada clássica, quer dizer, de uma ligação com a mãe, para existir” (MELMAN, 2008a, p. 34). Seria, então, um incesto no sentido de uma carência de limites, de interdição.

Melman faz uma colocação que se refere a uma das bases da teoria psicanalítica: a noção de que é através da interdição do incesto que o sujeito é preparado para a vida em

sociedade. Ele aponta que a função do pai é privar a criança de sua mãe e assim introduzi-la nas leis da troca, e é essa operação que prepara a criança para a vida social e a troca generalizada que a constitui. Então ele sublinha algo que percebe como o *problema* do pai, hoje, que seria a questão de que “[...] não há mais autoridade, função de referência. Ele [o pai] está só e tudo convida, de qualquer modo, a renunciar a sua função e simplesmente participar da festa. A figura do pai se tornou anacrônica” (Ibid, p. 34).

É interessante o termo (anacrônico) escolhido por Melman para se referir à figura paterna hoje. Sabemos que anacronismo alude a algo que está em desacordo com uma determinada época, ou seja, quando há um erro de cronologia, uma dissonância em relação à época da qual se fala. O termo pode tomar também o sentido de *obsoleto*, ou seja, que perdeu a utilidade. Obsoleto, no dicionário Michaelis, apresenta os sentidos de “caído em desuso, antiquado”. Torcendo um pouco o termo, podemos pensar nas palavras *superado* e *ultrapassado*. Reunindo esses termos referidos, a ideia que se tem é que a figura do pai está em declínio ou, ao menos, confusa.

5.7 Denúncia das assimetrias e a relação com a falta

Melman retoma o tema da citação de Tocqueville, posta na epígrafe, que se refere aos “perigos a que a *igualdade* expõe a independência humana” (Grifo nosso). Ele diz que “estamos nos dias de hoje tomados por uma grande aspiração a esse nobre ideal: a igualdade, que já Tocqueville denunciava. Ora, como todos os clínicos sabem, a igualdade numa relação, seja ela de amizade, sexual, profissional, nunca pode ser operatória” (MELMAN, 2008a, p. 43). Para falar dessa igualdade, Melman menciona uma “*denúncia de todas as assimetrias* em proveito de uma *espécie de igualitarismo* que, evidentemente, é a imagem mesma da morte, quer dizer, da entropia enfim realizada, da imobilidade” (Ibid, p. 35, grifos nossos).

É seguindo essa lógica da defesa de uma *igualdade* generalizada, uma recusa das assimetrias, que Melman fala sobre o que considera uma das grandes características da nova economia psíquica: a ideia de que todos os gozos são legítimos. Percebemos que muitas vezes se confundem a igualdade de *direitos* com uma igualdade no sentido de semelhança, de que não haja variação, ou diversidade. É como se *diferenciar* fosse necessariamente discriminar, no sentido de rejeitar. Tratar diferentes como iguais é também uma forma de violência, assim como um traço que pertence ao campo da perversão. Na perversão nega-se a diferença dos

sexos e recusa-se a falta, a castração na mulher, o “defeito”, que para o perverso precisa ser constantemente tamponado. Esse é um mecanismo que percebemos nessa característica contemporânea apontada por Melman, sobre a denúncia das assimetrias.

Essa denúncia de assimetrias remete-nos a uma dessubjetivação da cultura, tema abordado no livro/filme *Clube da Luta*. A história foi escrita por Chuck Palahniuk, que lançou o livro em 1996, tendo este sido adaptado para o cinema em 1999, com David Fincher como diretor e Jim Uhls como roteirista. *Clube da Luta* conta a história de um homem que, após consultar um médico com a queixa de que está sofrendo muito com uma insônia constante, decide seguir a recomendação de visitar um grupo de apoio para homens com câncer de testículo para que ele veja, assim, o que é sofrimento. Após o primeiro contato com o grupo, ele consegue dormir bem e, diante disso, acaba ficando “viciado” em grupos de apoio diversos. Posteriormente, numa viagem de avião, ele conhece Tyler Durden, fabricante e vendedor de sabonetes que o intriga desde o início. Após um encontro num bar, os dois iniciam – voluntariamente – uma luta corporal que, posteriormente, toma a forma de *Clubes da Luta*.

Dentre as muitas leituras possíveis que podemos fazer sobre a obra *Clube da Luta*, uma delas é sobre a crítica em relação à cultura de consumo e as implicações subjetivas que advém dela. Tyler Durden é o personagem que denuncia esse esvaziamento subjetivo, frisando que a nossa maneira de consumir acaba nos igualando, transformando-nos em nada mais do que consumidores. Essa denúncia de todas as assimetrias que Melman sublinha, encontra semelhança com algumas frases marcantes tanto do filme quanto do livro *Clube da Luta*. Para Tyler Durden, somos sujeitos universalizados, em série. No filme, Tyler fala para seus “discípulos” sobre a generalização da modernidade, denunciando-a para eles: “Você não é um floco de neve bonito e único. Você é a mesma matéria orgânica decadente que todo o resto, e somos todos partes do mesmo composto”, e, no livro, ele fala da dessubjetivação que verificamos hoje: “Nossa cultura nos transformou todos na mesma coisa. Ninguém é mais verdadeiramente branco ou negro ou rico. Nós todos queremos as mesmas coisas. Individualmente, nós não somos nada” (PALAHNIUK, 1996, p.126).

Na entrevista à ISTOÉ, a entrevistadora pergunta a Melman se isso pode ser um dos resultados da globalização. Ele responde: “Sim. Fui há alguns dias ao Chile, no deserto de São Pedro de Atacama. Lá há um oásis com três a quatro mil pessoas, a maioria de jovens originados do povo inca, que habitava a região. Pelo que se interessam esses jovens de origem indígena, no fundo do deserto? Pelos mesmos objetos de consumo oferecidos em Xangai, no

Rio de Janeiro e em Paris. O que vale sua cultura de origem em relação a esse culto de objetos? Nada”.

Trabalhamos com uma metodologia de pesquisa segundo a qual tomamos os sentidos dos textos como sendo *produzidos* no próprio ato da leitura, ou seja, não há algo “pronto” a ser desvendado. Assim, os sentidos são *construídos* no movimento, na ação dialógica que orienta a nossa leitura. Percebemos que, em determinado momento do *Homem sem gravidade*, Melman responde a uma pergunta de Lebrun partindo de uma posição que está de acordo, de forma análoga, com a perspectiva de leitura com a qual estamos trabalhando. Lebrun questiona Melman sobre o que a psicanálise poderia fazer em relação às mudanças decorrentes do progresso a que eles se referem.

Melman responde que a psicanálise não pode fazer nada, ao menos não diretamente. “Além disso, a psicanálise até mesmo contribuiu para esse estado de fato, por sua difusão no meio social. Houve uma interpretação da psicanálise freudiana que conduziu a essa situação, lhe serviu de ideologia” (MELMAN, 2008a, p. 37). Interessante Melman introduzir esta questão, pois sabemos que muitos aspectos que são “descobertos” e “explicados” pelas ciências – pela psicologia e pela psicanálise, no nosso caso – são discursos que são também *produzidos* por estas. São patologias produzidas, problemas (e soluções) produzidos. Assim como a nossa relação com os textos, não tomamos a psicologia e a psicanálise como ciências que irão desvendar ou explicar algo que “já está aí” no mundo, algo concreto, que existe, que está dado ou posto.

Mais adiante no livro, Melman detalha melhor o que seria a contribuição da psicanálise – ou pelo menos de uma interpretação da psicanálise – para o “estado de fato”, ou o estado atual das coisas. Ele diz que se refere à “difusão do ideal de Freud, isto é, que o ‘mal-estar na civilização’ está ligado ao caráter excessivo das restrições morais tal como ela as impõe” (Ibid, p. 37). Sabemos que, para Freud, o mal-estar na cultura estava ligado à repressão excessiva que ela exercia sobre as pulsões sexuais. Assim, seguindo uma lógica dedutiva, poder-se-ia pensar que a suspensão do recalque e a expressão dos desejos (aspectos que verificamos hoje) poderiam ter curado esse mal-estar. No entanto, no que poderia parecer simples, Melman aponta aí um problema: “A partir do momento em que a moral sexual é atenuada, cada um pode estar bem melhor em seu mundo. O que, ao mesmo tempo, o torna sem interesse!” (MELMAN, 2008a, p. 37).

Melman fala então de uma inversão em relação ao que era o elemento mais fundante da realidade: a falta. Costumava ser a falta, a decepção, que davam um assento ao sentimento de realidade. Ele diz que a decepção, hoje, é o dolo, e assim:

[...] o que se tornou virtual foi a realidade, a partir do momento em que é insatisfatória. O que fundava a realidade, sua marca, é que ela era insatisfatória e, então, sempre representativa da falta que a fundava como realidade. Essa falta é, doravante, relegada a puro acidente, a uma insuficiência momentânea, circunstancial, e é a imagem perfeita, outrora ideal, que se tornou realidade (Ibid, p. 37).

De acordo com a ideia de Melman, a falta (a decepção) que fundava a realidade pode, hoje, ser tamponada com o virtual. Vivemos um momento de hiper-realidade, como por exemplo, os citados cinemas 6D, essas novas tecnologias que parecem ser mais reais do que a própria realidade e que, no entanto, são virtuais. Nesse sentido, podemos pensar na indústria farmacêutica que, além de produzir medicamentos para curar, tratar – ou seja, para lidar com uma falta, um defeito, uma decepção em relação a nossa saúde – produz hoje medicamentos também para pessoas saudáveis. Ou melhor, pessoas que seriam consideradas saudáveis tempos atrás.

Cada vez mais temos medicamentos para acentuar, melhorar as performances, como, por exemplo, aumentar a concentração, a disposição, etc. Ou seja, não há problema exatamente, mas pensa-se que sempre tem como esticar um pouco o limite, ficar melhor, ficar hiper-real. No inglês usa-se para isso a expressão “*to give a boost*”, que significa “dar um empurrão”, levantar, estimular, “bombear”.

Provavelmente com este termo (*boost*) em mente, e relacionando-o com os avanços tecnológicos contemporâneos, Chuck Palahniuk escreveu um livro de ficção científica intitulado *Rant: an oral biography of Buster Casey* (2007, sem tradução para o português), no qual inventou o termo *boosted peaks*, que não possui um equivalente em português, mas poderia ser traduzido em algo como “picos de estímulo”, um “ponto máximo de estimulação, impulso”, “pico impulsionado”. O personagem do livro descreve *boosted peaks* como a forma de entretenimento adotada no futuro, tornando livros e filmes obsoletos. No futuro, são implantados nos seres humanos um interruptor na parte de trás do pescoço, que lhes permite gravar as suas experiências, com todos os cinco sentidos incluídos (uma espécie de

“transcrição neural”), e depois vendê-las para lojas onde podem, posteriormente, ser alugadas e experienciadas por outras pessoas.

Esses *boosted peaks* são registros do arquivo de transcrição neural que alguém coletou enquanto saltava com um paraquedas, vencia campeonatos, passeava de carroça, passava o Natal com a família, vivenciava acidentes de carro, conhecia pessoas, etc. Tudo gravado, registrado, e passível de ser experienciado por outras pessoas. Em vez de assistir a um filme, a pessoa *vive* um filme. Há também outras formas de manipular as transcrições neurais, tais como ingerir ácido enquanto experimenta uma delas, e então regravá-la através da própria experiência (PALAHNIUK, 2007). É como uma experiência por cima da outra, e por cima da próxima, etc. Ou seja, são experiências sem limites, e polimorfos.

Se vemos esse tipo de ideia na ficção, podemos esperar que num futuro próximo talvez tenhamos acesso a tipos de experiência e de instrumentos que nem imaginamos (hoje) serem possíveis além da ficção. Trata-se de tornar a realidade mais interessante que a própria realidade, a prevalência do virtual, mas que é sentido como real. No livro de Palahniuk, o protagonista fala: “Não é a toa que o mundo real não chega nem aos pés de uma experiência *boosted*” (PALAHNIUK, 2007, p.117).

Conforme expusemos anteriormente, para Melman, hoje a questão é exhibir. Ele diz que o que se chama de gosto pela proximidade vai tão longe que é preciso exhibir as tripas, e o interior das tripas, e até o interior do interior. Não haveria mais limite algum à exigência de transparência. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que temos televisões com tecnologia de alta definição (HD) – que mostram com detalhes o rosto dos atores – em outro ponto do espectro, temos a tecnologia cada vez mais desenvolvida dos *photoshops*, que “dão um *boost*” na aparência, tornando rostos tão distantes da realidade, porém com cada vez mais cara de real. As cirurgias plásticas – ou seja, algo produzido, artificial – ganham também cada vez mais cara de natural. É inclusive um elogio quando alguém faz uma cirurgia plástica e as pessoas comentam “ficou ótima, muito natural”.

5.8 Retorno do cajado – um fascismo voluntário

Lebrun questiona se, diante de toda essa evolução (ele usa o termo *evolução* que, a nosso ver, está aqui no mesmo sentido do termo *progresso*, que Melman usou anteriormente), estaríamos vivendo, paradoxalmente, um convite ao retorno da figura paterna autoritária.

Melman responde que sim, certamente. Para ele, “Esse tipo de situação sempre conduziu ao retorno do cajado, um retorno da autoridade, na maioria das vezes sob uma forma despótica” (MELMAN, 2008a, p. 38). Ele acha que a situação atual não é sustentável e que se pode temer, como uma evolução natural, a emergência do que ele chama de:

[...] um fascismo voluntário, não um fascismo imposto por um líder e uma doutrina, mas uma aspiração coletiva ao estabelecimento de uma autoridade que aliviaria da angústia, que viria enfim dizer novamente o que se deve e o que não se deve fazer, o que é bom e o que não é, enquanto que hoje estamos na confusão (Ibid, p. 38).

Tem-nos chamado a atenção o recente interesse dos jovens pelo tema do totalitarismo, que tem sido abordado em histórias literárias, sendo um exemplo recente a trilogia de livros intitulada *Jogos Vorazes* (2009), escrita por Suzanne Collins e adaptada para o cinema em 2012. Esse “retorno do cajado” de que fala Melman tem aparecido na forma de ficção (geralmente futurista) em histórias contemporâneas. Melman fala em um fascismo voluntário, e sabemos que o fascismo tem características totalitárias, segundo as quais as liberdades individuais são suprimidas e o povo é subordinado ao poder sem limites do Estado. Parece ser precisamente isso a que Melman se refere quando evoca a necessidade de termos alguém para nos dizer o que fazer.

A trilogia *Jogos Vorazes* conta uma história em que, no futuro, os Estados Unidos se transformaram em Panem, um país formado por 12 distritos controlados de forma severa pela Capital. Inicialmente Panem era composta por 13 distritos, porém, após uma guerra que estes iniciaram contra a Capital, o 13º distrito foi destruído e foram instalados os Jogos Vorazes, que acontecem uma vez por ano. Os Jogos são a forma de a Capital (o governo) lembrar aos seus cidadãos que ela detém o poder. Para participarem dos Jogos são sorteados 2 adolescentes, um menino e uma menina entre 12 e 18 anos, de cada distrito, que irão tentar sobreviver lutando uns contra os outros numa arena, até que somente um sobreviva.

Os adolescentes que vão para os Jogos são nomeados *tributos*. Diana Corso, em um texto sobre os Jogos Vorazes¹⁵, lembra que o livro reatualiza o mito do Minotauro, colocando jovens a serem entregues à morte, como tributos. Este não deve ter sido um termo escolhido

¹⁵ <<http://www.marioedianacorso.com/adultos-vorazes>> Acesso em: 25 nov. 2012.

aleatoriamente por Suzanne Collins, já que a palavra *tributo* se refere a algo que deve ser pago, uma dívida, e é precisamente isto que os adolescentes dessa história, os filhos, significam para o governo. Os filhos são tributos que os pais devem oferecer em troca de que continue havendo “paz” no país.

Melman (2008a) lembra que, para a psicanálise, quando os filhos nascem, estes carregam uma dívida simbólica que só será paga quando eles próprios tiverem filhos. Segundo ele, este é um dos problemas na adolescência hoje, pois os filhos nascem como se não devessem nada a seus pais, eles colocam-se na posição de credores, em vez de devedores. A história de *Jogos Vorazes* mostra também uma inversão nesse sentido, pois os pais é que são devedores (em relação ao Estado) e os filhos podem culpá-los por terem colocado-os no mundo para morrerem numa arena, para pagarem uma dívida dos pais.

Os Jogos são transmitidos ao vivo para todo o país (numa espécie de *reality show*) e, além de serem um lembrete para a população acerca do poderio da Capital, são também uma distração eficiente para o povo que, entretido com o espetáculo, não pensa em questionar o governo totalitário. É uma edição contemporânea do *Panem et circenses* (Pão e circo), e daí vem o nome do país escolhido pela autora: Panem. No texto de Diana Corso, ela diz: “Na maior parte do Ocidente vivemos num clima democrático e escarnecemos das primitivas ditaduras remanescentes. É fato, mas os jovens e suas fantasias prediletas insistem no tema do totalitarismo: os magos perversos de Tolkien, os Comensais da Morte de Harry Potter, a repressão em V de Vingança, entre tantos outros. Aqui isso se repete, por que será?”.

O que Melman denuncia como problemático em nosso tempo é que, não havendo uma figura de autoridade, um lugar de referência, ficamos tão perdidos que é como se não tivéssemos algo contra o que se opor, contra o que lutar. Quando a autoridade está diluída, difusa, não delimitada como referência, o sujeito fica sem gravidade, flutuando, à mercê de qualquer coisa. Ele diz: “O sujeito, assim, perdeu o lugar de onde podia fazer oposição, de onde podia dizer ‘Não! Não quero!’, de onde podia se insurgir” (MELMAN, 2008a, p. 39).

O que talvez ofereça um apelo aos jovens em relação a essas histórias com temáticas totalitárias seja justamente algum tipo de identificação com personagens que tem algo contra o que se opor. Os personagens em *Jogos Vorazes* começam a não aceitar o domínio da Capital, e começam a se questionar. Ou seja, existe uma referência (mesmo que sob uma forma despótica), e é isso que permite que o sujeito se situe e se questione.

5.9 Neurose ou perversão?

Lebrun questiona se a clínica que Melman evoca não poderia se resumir a uma neurose banal, por exemplo, poder-se-ia evocar o obsessivo, ou uma obsessivação maciça da sociedade. No entanto, Melman responde que não pensa que estejamos numa situação de obsessivação maciça da sociedade, pois o obsessivo busca sempre dissimular o desejo, enquanto nos dias de hoje se faz com que ele apareça na cena pública. A neurose obsessiva está organizada em torno da preocupação de anular o sexual. A nova economia psíquica, ao contrário, faz dele uma mercadoria entre outras.

O segundo capítulo do *Homem sem Gravidade* inicia com um tópico intitulado *Uma perversão generalizada* e é neste que Lebrun questiona Melman mais especificamente sobre o porquê de ele atribuir a perversão a essa nova economia psíquica que ele identifica. Ele retoma a formulação de Melman, que diz que passamos de uma cultura fundada no recalque e, portanto, na neurose, para uma cultura que promove a perversão. Lebrun então questiona o que ele entenderia, nesse caso, por perversão. Ele responde que o nosso desejo é fundamentalmente perverso na medida em que é organizado por um estado de dependência com relação a um objeto cuja captura imaginária ou real assegura o gozo.

Neste ponto, Melman faz uma observação muito pertinente apontando que: “Se temos dificuldade para compreender as perversões, é porque estamos todos, de fato, normalmente implicados de muito perto por elas” (MELMAN, 2008a, p. 51). Ao falar que estamos normalmente tão implicados na perversão que não conseguimos entendê-la muito bem, Melman aponta que a diferença entre neuróticos e perversos, no que concerne à economia libidinal, diz respeito ao seguinte:

Para o neurótico, todo objeto se apresenta sobre um fundo de ausência, é o que os psicanalistas chamam de castração. Quanto ao perverso, ele vai colocar o acento exclusivamente na captura desse objeto, ele recusa, de certo modo, abandoná-lo periodicamente. E entra, por isso, numa economia que vai mergulhá-lo numa forma de dependência com relação a esse objeto, diferente da que o “normal” conhece, em outras palavras, o neurótico (MELMAN, 2008a, p. 51).

Assim, o que vai determinar a estruturação do sujeito é a sua posição em relação à castração. No entanto, para além da perversão enquanto estrutura, podemos identificar essa

recusa em abandonar periodicamente os objetos no nosso funcionamento social atual. Com um imperativo do gozo, a ideia é que não precisamos passar pela ausência, pela falta, mas que podemos ser sempre supridos. Isso pode se manifestar no consumo de produtos, de objetos, de substâncias, etc.

Lebrun questiona a Melman se, quando ele fala de perversão, quer dizer que estamos nos tornando perversos, que a perversão se apresenta como um ideal. Ele responde que certamente isto está acontecendo, e que a perversão se torna uma norma social. Transpondo para as nossas discussões anteriores, podemos dizer que Melman fala nesse momento da perversão como um sintoma social. Ele não fala da perversão com uma conotação moral, mas como algo que fala pela sociedade, e que está fundada numa economia libidinal particular. Ele diz que a perversão está no princípio das relações sociais, através da forma de se servir do parceiro como um objeto que se descarta quando se avalia que o mesmo é insuficiente.

Para Melman, a sociedade, inevitavelmente, vai ser levada a tratar seus membros desse modo, como objetos descartáveis, pois sua própria constituição dependerá disso. Ele cita o problema do prolongamento da existência, por exemplo, que irá levantar questões diferentes, e que precisarão de uma solução. Com as novas possibilidades de tratamentos de saúde, que prolongam a existência, teremos naturalmente uma quantidade maior de idosos que, segundo Melman, custará caro a toda uma geração. “E esta deverá encontrar os meios, com fachadas honestas, de regular o problema, quer dizer, de descartar o que, após ter servido, se tornou sem uso, fonte de despesas sem contrapartida” (MELMAN, 2008a, p. 54).

Melman (2008a) diz que esse processo que estamos vivendo não depende de ninguém, de nenhuma ideologia. Depende somente dos povos cuja expansão econômica, acelerada, mundializada, tem necessidade, para se nutrir, de ver romperem-se as timidezes, os pudores, as barreiras morais, os interditos. “Isso a fim de criar populações de consumidores, ávidos de gozo perfeito, sem limite, e aditivos. Estamos, doravante, em estado de adição com relação aos objetos” (p.56).

Com esse imperativo de gozo em que vivemos, a nova moral é que cada um tem o direito de satisfazer plenamente o seu gozo, sejam quais forem as modalidades. Melman fala sobre essa questão em outro livro seu, intitulado *Novas formas clínicas no início do terceiro milênio*:

Não somos mais dependentes de um chefe, mas nos tornamos dependentes dos objetos [...] todos estamos, mais ou menos, em um estado de adicção. Não é preciso ser toxicômano para ser, hoje, dependente de uma série de objetos, cuja presença se tornou para nós indispensável (MELMAN, 2003, p.60).

Sobre essa adicção aos objetos inanimados, Fleig (2008) diz que: “A produção do inanimado e a instrumentalização são operações correlatas na estrutura do desejo perverso e encontram no paradigma da ciência moderna as condições ideais para sua efetivação” (p.113). É a partir da modernidade que se começa a buscar uma objetivação universalizante através do discurso da ciência, da linguagem científica, o que subverte não só o próprio campo da ciência, mas também todo o campo social. Segundo Fleig, é nessa perspectiva que se pode situar a passagem do predomínio do discurso religioso para o predomínio do discurso da ciência como produtor de uma subversão no social, instaurando novas formas de laço social e novas patologias. E essas novas patologias se organizam em torno de um eixo:

A progressiva desimplicação subjetiva do indivíduo moderno, que se estende desde as formas de anonimato (individual e grupal, como as associações econômicas e políticas) até os modos de desresponsabilização do social (seu grupo, sua nação, sua língua, sua cultura, etc.) e de si mesmo (FLEIG, 2008, pp. 51-52).

Na entrevista à revista ISTOÉ, pergunta-se como Melman descreveria o indivíduo nessa nova economia psíquica. Ele responde que: “A imprensa e a mídia substituíram as fontes de sabedoria de outrora. Daí resulta um indivíduo manipulável e manipulado. Suas escolhas, opções e *comportamento de consumidor* é que organizam seu mundo”. Retomando as críticas ao consumismo feitas pelos personagens de Clube da Luta, destacamos uma citação de Tyler Durden no filme, que diz: “As coisas que você possui acabam te possuindo”.

O personagem Tyler, a todo o momento, denuncia e critica essa característica contemporânea, do valor do homem estar no quanto ele pode consumir. E o consumo não só valoriza, mas define os sujeitos. O narrador do filme, no início, já revela que possui um “instinto de fazer ninho”, ou seja, tenta deixar seu lar o mais confortável e prático possível, através das novidades apresentadas nos catálogos de móveis e bens de consumo que costuma comprar. Num momento do filme, enquanto olha esses catálogos, ele se pergunta: “Que tipo de louça me define como pessoa?”. Enquanto tempos atrás o valor do homem estava em quanto ele podia produzir, hoje se refere ao quanto ele pode consumir.

Podemos pensar que estaríamos vivendo em uma época de mais passividade, embora muitas vezes pensemos o contrário, já que identificamos facilmente essa grande liberdade de que fala Melman. Enquanto éramos reconhecidos pelo que produzíamos, o ato de produzir implicava uma necessidade de postura mais ativa, enquanto consumir sugere certa passividade, algo do tipo: “Deem-me, mostrem-me o que eu preciso e o que eu desejo, e eu irei consumi-lo de bom grado”.

No *Homem sem Gravidade*, Melman fala sobre essa “passividade” que verificamos contemporaneamente. Embora não use a palavra passividade, a maneira que ele descreve a relação do sujeito moderno com o conforto, com a utilização dos objetos para que se faça o mínimo de esforço possível, sugere que ele fala também de uma postura passiva. Ele diz que a promoção moderna do conforto, encorajada pela ciência e potencializada pela economia de mercado, é uma defesa diante do desejo, pois é ele [o desejo] que desarruma e cria o maior desconforto. Melman assinala o desejo como um grande atormentador que não deixa descansar, obriga a trabalhar, a correr, a deslocar, a desobedecer, a se esforçar, etc. Em suma, a viver. “Quanto ao conforto, ele é partidário da sedação, da imobilidade, da imutabilidade e substitui a verticalidade pelo decúbito num silêncio que prefigura a morte no lugar do clamor da existência” (MELMAN, 2008a, p. 60).

A partir desse comentário de Melman, podemos ensaiar uma interpretação possível para alguns sintomas sociais contemporâneos, como os que já abordamos no capítulo 2 desta dissertação: a toxicomania e a depressão. Tanto a “dispensa da existência” (Ibid, p. 59) proporcionada pelo uso de drogas, quanto o estado depressivo como é comumente retratado (sonolência, marasmo, vontade de morrer, de voltar ao nada), podem ser interpretados como tentativas de abolir o desejo, ou formas de tentar lidar com o desejo, mas calando-o, buscando conforto, imobilidade.

Há uma tendência humana – Freud já a descreveu em sua teorização sobre a pulsão de morte – do retorno ao nada, ao silêncio, ao conforto, à imutabilidade. Mudanças geralmente são difíceis para os seres humanos. Vartzbed (2012) relata que Freud concebia a mudança no âmbito do tratamento analítico através do seu oposto, ou seja, as *resistências* às mudanças, a vontade de *status quo*. Tomamos então um exemplo do cinema que o autor utiliza, para exemplificar esta questão. O exemplo se refere a Woody Allen que, com o seu humor típico, diz através de sua personagem no filme *Neblina e sombras*: “Tudo está constantemente em movimento, não admira que eu fique nauseado”. Vartzbed conclui dizendo que “O desconhecido e o luto associados à mudança raramente são recebidos de bom grado. Levado

pela correnteza do devir, o ser humano busca uma ilha de permanência, resiste, agarra-se à boia de seu sintoma” (2012, p. 25).

Ainda que esta seja uma tendência geral, talvez estejamos lidando com muitas manifestações diferentes – e crescentes – dessa sedação. Embora identifiquemos um mundo que vive cada vez mais acelerado, a sedação ou a defesa contra o desejo aparece na forma de patologias, como a depressão e a toxicomania, por exemplo.

Ainda em relação às mudanças contemporâneas, na entrevista à ISTOÉ, perguntam-se quais são os aspectos positivos e negativos da nova economia psíquica. Melman então fala sobre *a formidável liberdade*, mas apontando que ela é estéril para o pensamento, e acrescenta que nunca se pensou tão pouco. Ele diz: “O trabalho do pensamento é comandado por aquilo que produz obstáculo. Mas nada mais representa obstáculo, não sabemos o que há para pensar. O sujeito não é mais dividido, não se interroga sobre sua própria existência”.

Algumas mudanças são mais gradativas, levam mais tempo, mas o que verificamos hoje são mudanças muito rápidas e que acabam modificando completamente a maneira que nos relacionamos com os objetos e com as pessoas. Podemos citar um exemplo banal, mas vivenciado pela maioria das pessoas, que é em relação à música, do disco de vinil, à fita cassete, ao cd, ao mp3. Até alguns anos atrás, tínhamos que esperar um disco ser lançado para comprá-lo ou, se não tivéssemos acesso à compra, tínhamos que esperar a música que gostávamos passar no rádio para gravar em uma fita cassete. Hoje em dia podemos baixar um álbum inteiro, ou uma discografia completa na internet em poucos minutos. Acessamos hoje, em minutos, algo que demorou anos para ser construído, gravado, lançado, etc.

Tempos atrás, se quiséssemos ter acesso à letra de uma música em outro idioma, ou traduzi-la, precisávamos escutar várias vezes, voltar, tocar novamente, pegar dicionários, checar palavras. Atualmente, em menos de um minuto, temos acesso na internet à letra já traduzida da música. Enquanto ganhamos de um lado – poupa-se tempo e esforço – perdemos do outro, pois, como lembra Melman, o trabalho do pensamento fica estéril, já que não existe mais obstáculo. Ao facilitar um trabalho que antes exigia muito do pensamento, teremos efeitos também no processo de aprendizagem.

Essa parece ser de fato uma forte característica da nova economia psíquica: a necessidade de poupar tempo, para poder fazer outras (mais) coisas. A relação com o tempo se torna então diferente. O problema é que não se tem tempo para dar conta disso tudo, o que acaba gerando também uma ansiedade. O mesmo acontece com livros, já que podemos baixar

livros inteiros e textos rapidamente – o que é maravilhoso – mas com isso temos centenas de textos no computador que nunca lemos, e nem iremos ler. Esses exemplos demonstram também uma mudança na maneira de nos relacionarmos com as pessoas, já que estamos acostumados ao acesso imediato aos objetos, o que cria uma espécie de impaciência generalizada (já que não somos mais acostumados a esperar por nada), que parece se refletir também nos inúmeros casos de transtornos de ansiedade que são diagnosticados atualmente. É um dos preços que pagamos pelo avanço da tecnologia.

Seguindo com a entrevista à ISTOÉ, surge a pergunta se, para Melman, a nova economia psíquica estaria criando também um novo fenômeno linguístico, ou seja, “estaria surgindo uma nova língua?”. Melman responde que: “Os jovens se comunicam por torpedos (mensagens eletrônicas via celular) com uma nova escrita, que tende ao desaparecimento das vogais. O privilégio é das consoantes, com uma ortografia completamente livre, fundada na ideia de que o receptor é incapaz de decifrar minha escrita. É uma escrita que inventa cada frase em particular. Acredito que teremos em breve romances escritos com essa nova linguagem. Os efeitos disso ainda não são previsíveis, mas trata-se de um processo divertido e interessante”.

5.10 Mutação nas relações entre leitura-escritura

As considerações sobre as novas formas de escrita nos faz pensar nos aspectos concernentes à leitura e à escritura que permanecem os mesmos ao longo dos anos, em contrapartida àqueles que estão se modificando constantemente. Torna-se cada vez mais frequente o debate acerca do lugar da leitura e do livro, nesta época em que vivemos as novas tecnologias de armazenamento de informações.

Umberto Eco e Jean-Claude Carrière lançaram recentemente, em 2010, um livro intitulado *Não contem com o fim do livro*, no qual abordam questões concernentes ao percurso do livro ao longo da história. À semelhança de *O Homem sem Gravidade*, *Não contem com o fim do livro* se apresenta no formato de conversas, de diálogo entre os autores. Segundo consta no prefácio, o livro é composto de conversas intermitentes travadas em Paris na casa de Jean-Claude Carrière e em Monte Cerignone, na casa de Umberto Eco, contando também com a intermediação de Jean-Philippe de Tonnac, ensaísta e jornalista.

No prefácio, Tonnac aponta uma das questões que norteiam a discussão do livro: “[...] saber que mudança a leitura na tela introduzirá no que até hoje abordamos virando as páginas dos livros. O que ganharemos com esses novos livrinhos brancos, e, principalmente, o que perderemos?” (CARRIÈRE; ECO, 2010, p. 8). Então ele cita um dos aspectos que talvez perderemos com a substituição do livro pelo e-book: “Hábitos ancestrais, talvez. Certa sacralidade com que o livro foi aureolado no contexto de uma civilização que o instalara no altar. Uma intimidade especial entre o autor e seu leitor que a noção de hipertextualidade irá necessariamente constranger” (Ibid, p. 8).

Percebemos que alguns termos utilizados pelos autores se assemelham aos usados por Melman, termos estes que se referem às mudanças percebidas. Ainda no prefácio lemos:

“Ao romper o antigo laço atado entre os discursos e sua materialidade”, declarava Roger Chartier durante sua aula inaugural no Collège de France, “a revolução digital obriga a uma *radical* revisão dos gestos e noções que associamos ao escrito”. Profundas *revoluções* provavelmente, mas das quais voltaremos a emergir (Ibid, p. 8, grifos nossos).

O uso das palavras *radical* e *revoluções* no parágrafo acima dão uma ideia parecida com a de Melman acerca das mudanças contemporâneas, que se apresentam como radicais, sem volta, revolucionárias. Os autores adotam, inclusive, o termo *mutação*. Mais adiante no livro, lemos: “Diante do desafio representado pela digitalização universal dos escritos e da adoção das novas ferramentas de leitura eletrônica, essa evocação das venturas e desventuras do livro permite relativizar as *mutações* anunciadas” (CARRIÈRE; ECO, 2010, p. 14).

No entanto, embora anunciem essas mudanças, os autores não parecem estar muito preocupados com a hipótese de que o livro irá desaparecer no futuro. Eles sublinham que as variações em torno do objeto livro não modificaram sua função, nem sua sintaxe, em mais de quinhentos anos. Para exemplificar, eles dizem que o livro é como a colher, o martelo, a roda ou a tesoura. Uma vez inventados, não podem ser aprimorados. “O livro venceu seus desafios e não vemos como, para o mesmo uso, poderíamos fazer algo melhor que o próprio livro. Talvez ele evolua em seus componentes, talvez as páginas não sejam mais de papel. Mas ele permanecerá o que é” (Ibid, p. 17).

Este livro foi publicado em 2010, e embora pareça pouquíssimo tempo atrás, já percebemos que os suportes eletrônicos para a leitura de livros (kindle, iPad, *tablets*, etc.) ganham cada vez mais espaço e adeptos muito rapidamente. De fato, como os autores

previram, as páginas não são mais de papel. No entanto, esses suportes eletrônicos tentam imitar – e a tentativa é a de que seja o mais fiel possível – uma leitura de um livro em papel. Ou seja, o tamanho do aparelho é parecido com o tamanho de um livro padrão, a tela tenta imitar a aparência da textura de um livro (tentam aperfeiçoar para que, por exemplo, seja possível ler no sol, para que a luminosidade não interfira na leitura), as páginas continuam numeradas e é possível “passá-las” como se fosse um livro real, concreto. É possível, ainda, grifar e fazer anotações, como costumamos fazer no livro em papel.

Eco conta que:

A filosofia na Idade Média, de Gilson, que me foi tão útil na época em que eu preparava minha tese, não posso sequer folheá-lo hoje em dia. As páginas literalmente quebram. Eu poderia comprar uma nova edição, claro, mas é à velha que sou afeiçoado, com todas as minhas anotações em cores diferentes compondo a história das minhas diversas consultas (CARRIÈRE; ECO, 2010, pp. 17-18).

Talvez este seja um dos pontos de mutação, sem volta, em relação à leitura no suporte eletrônico: o apagamento da história pessoal da leitura que cada leitor fez sobre determinado livro. Como aponta Eco, no livro impresso é geralmente impossível apagar o nosso movimento de leitura, os grifos, as cores, as anotações. Isto se torna mais claro ainda quando se trata de um livro para o qual retornamos diversas vezes, um livro para estudo, por exemplo. No computador, por mais que seja possível inserir grifos e anotações, tendemos a escrever “por cima”, apagar comentários e anotações antigas, quando estamos relendo algo e pensamos em outras coisas, ou mudamos de ideia. É claro que existem formas de tentar distinguir as diferentes leituras, pois o computador proporciona grifos em cores diferentes, etc. Mas perde-se a dimensão pessoal, da letra escrita pela mão, pela caneta ou lápis.

O dono do livro, muitas vezes, ao verificar um livro antigo que foi utilizado para estudo, consegue identificar se tais grifos foram feitos numa leitura mais apressada, ou mais cuidadosa, se o sublinhado está meio torto, ou mais reto, se a letra está claramente escrita às pressas, no meio de uma aula, ou cuidadosamente desenhada, num momento de estudo tranquilo, em casa... Ou um *post-it* colado com um comentário, uma referência lembrada num momento específico. Enfim, tudo isto talvez demonstre uma perda em relação a essa “intimidade especial entre o autor e seu leitor” (CARRIÈRE; ECO, 2010, p. 8).

Estes exemplos, que segundo o próprio Eco, podem parecer banais, cotidianos, dizem-nos muito da forma como nos subjetivamos, e como as gerações futuras se subjetivarão e se relacionarão. Isso se assemelha ao que Melman fala sobre a necessidade de uma relação direta com os objetos, baseada numa *apresentação*, mais do que numa *representação*. A maneira de ler está mais direta, não é mais necessário passar páginas, ou sentir que se está “na metade” de um livro, por exemplo, pois está tudo ali, na mesma dimensão, em um plano só, na tela do computador.

Talvez percamos algumas sensações interessantes que temos ao ler livros impressos. Por exemplo, a sensação de quando vemos o marcador de páginas já no final de um livro que estamos apreciando imensamente, e que não queremos que acabe. Ou num livro de estudo, quando percebemos que ele está cheio de grifos, de *post-it*, de anotações. Frequentemente temos a sensação de que aquele livro foi bem explorado, estudado, que entramos nele. Boa parte dessas sensações, dessa imersão, se perde quando lemos no computador.

Não se trata aqui de desqualificar as notáveis mudanças que permitem uma enorme facilidade de transporte de material e de conforto de leitura, já que no computador podemos aumentar ou diminuir o tamanho da letra, conforme nossa conveniência, por exemplo. E podemos carregar, num pen-drive, uma enorme quantidade de material que não seríamos capazes de carregar com as mãos. É sem dúvida um progresso, no sentido de uma abertura de possibilidades. No entanto, como destaca Melman, há sempre um preço a ser pago por todo progresso que se faz e, talvez, no caso do livro e da leitura, o alto preço a ser pago seja a perda da intimidade com os textos, os livros e, conseqüentemente, uma perda na relação leitor-autor-texto.

Essas mudanças têm relações também com a memória. É frequente ouvirmos as pessoas comentando que se lembram de determinada passagem de um livro porque conseguem visualizar a posição em que ela se encontra na página, ou uma marcação que foi feita no momento da leitura, um comentário que a própria pessoa acrescentou na página. Isso também se modifica na leitura no computador, pois a percepção acerca das páginas se torna diferente. A leitura no computador é feita de forma vertical, abaixando a barra de rolagem, enquanto a leitura do livro impresso é feita de forma horizontal, passando as páginas, e isso modifica a perspectiva. Mas aí, novamente visando a hiper-realidade, os *tablets* tem focado na reconstituição do modelo tradicional de leitura, horizontal e passando as páginas.

No capítulo intitulado *Nada mais efêmero do que os suportes duráveis*, Tonnac inicia afirmando que costumamos nos interrogar sobre a perenidade dos livros numa época em que a

cultura parece dar preferência a outras ferramentas, talvez de melhor desempenho. “Mas o que pensar desses suportes destinados a armazenar duradouramente a informação e nossas memórias pessoais – penso nos disquetes, nos cassetes, nos CD-ROMs – e que já deixamos para trás?” (CARRIÈRE; ECO, 2010, p. 21).

Carrière responde que quando surgiu o DVD, achamos que tínhamos finalmente a solução ideal que resolveria para sempre nossos problemas de armazenamento e de acessibilidade. Com o DVD, ele diz que havia constatado que finalmente dispunha de seu “suporte durável”, somente para descobrir, mais tarde, que não era nada disso. Logo surgiram discos num formato mais reduzido, que exigiam a aquisição de novos aparelhos de leitura.

Fica claro, assim, que os chamados suportes duráveis são, na verdade, muito efêmeros. “[...] ainda somos capazes de ler um texto impresso há cinco séculos. Mas somos incapazes de ler, não podemos mais ver, um cassete eletrônico ou um CD-ROM com apenas poucos anos de idade. A menos que guardemos nossos velhos computadores em nossos porões” (Ibid, p. 24). Carrière complementa lembrando que parece estar falando de um período bastante longo, que teria durado séculos. Mas que são no máximo vinte anos.

Ao chegarmos aproximadamente a um terço de *O Homem sem gravidade*, percebemos que os autores retomam alguns tópicos já abordados anteriormente como, por exemplo, a questão do gozo sem limites, a adição aos objetos, a falta de referências, a possível instalação de um fascismo voluntário, a vitimização, e a diluição das transferências. Deste modo, percebe-se que a tese central de Melman já é bem apresentada no primeiro terço do livro, de forma que é apenas retomada, e às vezes desenvolvida mais detalhadamente nos dois terços seguintes.

Um dos temas recorrentes no livro – e também abordado na entrevista de Melman à revista ISTOÉ, conforme já expomos – é o progresso digital e os efeitos deste no campo da escrita. Para Melman (2008a), nós vamos à direção de um mundo digital, por um lado, e icônico por outro, o que, para ele, pouco a pouco *substituirá* nosso mundo alfabetizado. Como de costume, Melman utiliza uma palavra que denota uma situação definitiva e excludente. Ele aponta que o mundo digital e icônico *substituirá* o mundo alfabetizado. Conclui-se dessa afirmativa que, a partir do momento em que um novo “tipo” de mundo é instalado, o anterior é automaticamente extinto.

Contudo, é razoável afirmar que os dois podem coexistir. De fato, o mundo das imagens vem ganhando mais força, já que cada vez mais se investe para que se possa

manipular, modificar, dominar as tecnologias que lidam com imagens. Os jogos de videogames e computadores se mostram cada vez mais verossímeis; as ferramentas como o *photoshop* conseguem modificar imagens de forma que pareçam cada vez mais reais e perfeitas; televisões e filmes mostram imagens com alta definição (HD), com 3D, etc. Todos esses exemplos estão no campo da imagem.

No entanto, cresce também – na internet, por exemplo – o número de pessoas que agora podem expor seus escritos, em blogs, diários virtuais, sites, e que podem ser lidos por cada vez mais pessoas. Proliferam-se os sites de compartilhamentos gratuitos de livros e textos, que podem ser acessados em qualquer lugar do mundo, deslocando o que antes só era possível alcançar fisicamente, nas livrarias e bibliotecas. E esses livros e textos compartilhados, trocados, comprados *online*, ou baixados gratuitamente ainda estão no campo da escrita, do “alfabetizado”, que Melman fala. Desta forma, não parece que isto será *substituído* pelas imagens, mas que ambos os campos estão se desenvolvendo, aperfeiçoando, ramificando, difundindo. E isto não acontece necessariamente em direções opostas ou excludentes – como Melman parece deixar implícito ao falar em *substituição* – mas os dois campos acabam se complementando.

5.11 Psicose ou perversão? Um *heim* para as múltiplas existências

Até aproximadamente a metade do livro, Melman (2008a) falava da nova economia psíquica relacionando-a a aspectos da perversão. No entanto, a partir deste ponto, ele traz um tópico intitulado *Psicose social e zapping subjetivo*, no qual diz que, diante desses novos sintomas que ele evoca, “fizemos uma báscula para a psicose social” (p. 93). Após esta afirmativa, Lebrun questiona-o: “Por que, de repente, quando até aqui falávamos de perversão, evocar a psicose?” (LEBRUN In: MELMAN, 2008a, p. 93).

Percebemos que a escolha do tradutor foi a de manter a palavra *zapping* na frase. Este termo remete a algo que se move com rapidez, algo que se faz rapidamente¹⁶. Uma segunda definição, coloquial, e relacionada à televisão, indica que *zap* significa: “Usar o controle remoto para mudar rapidamente de um canal para outro”. *Zap* também pode ter o sentido de

¹⁶ Dicionário Michaelis (2002). Minidicionário Inglês. São Paulo: Editora Melhoramentos.

atacar, fulminar, investir. Diante dessas possibilidades, infere-se que o autor fala de alguma mudança subjetiva repentina, algo na subjetividade que foi atacado rapidamente e modificado, uma espécie de “mudança de canal” subjetivo.

Para responder à questão posta por Lebrun, Melman diz que o problema da relação das perversões com as psicoses sempre foi um grande tema de discussão. Então ele dá um exemplo, que descreve como caricatural, que é a visão de jovens passeando na rua com seus fones de ouvido para escutar música. Segundo ele, tem-se o sentimento de assistir a uma espécie de tentativa mecânica de produzir um ruído alucinatório permanente. “Como se, não suportando mais o silêncio do Outro, devêssemos entrar num mundo em que, sem cessar, haveria vozes, e vozes que não deixam de ter consequências, já que submergem você” (MELMAN, 2008a, p. 93).

Esse exemplo é facilmente verificável ao observar as pessoas nas ruas. Não somente em relação ao fone de ouvido, mas podemos pensar nos telefones celulares, que são praticamente extensões do corpo, e servem a diversas funções, envolvendo estimulação auditiva, visual, tátil. O sistema *touchscreen*, dá ainda menos trabalho para o usuário, pois ele não precisa mais apertar um botão diversas vezes até chegar onde deseja. Agora com o que é quase um “toque de mágica” se chega muito mais rápido, e mais diretamente ao que se deseja. Melman fala em não mais suportar o silêncio do Outro, e daí a necessidade de estar sempre conectado a algo, mas de forma direta, ou seja, mais uma vez a necessidade de *presentação*, ao invés da *representação*.

À semelhança do que já frisamos em relação à perversão, é importante destacar que os autores aqui não falam da psicose enquanto estrutura, ou seja, que teríamos mais *sujeitos psicóticos* hoje em dia do que em outras épocas. Eles apenas evocam características e traços que pertencem ao campo da psicose (assim como falavam antes da perversão) e que atualmente estariam mais visíveis, mesmo entre os neuróticos, ou as pessoas ditas normais. E esse seria um dos aspectos da mutação cultural apontada por Melman.

Para Melman, esse novo sujeito não é psicótico, mas participa desse sistema, atraído por uma perspectiva, uma *promessa* (termo usado por ele) que essa nova economia faz brilhar: a promessa de que é possível ter vidas múltiplas. Diversas histórias na literatura e no cinema já trataram deste tema, o que nos faz compreender que é algo que fala de um desejo comum, algo que circula em nossos discursos. Os filmes que abordam as viagens no tempo (por exemplo, *De volta para o futuro*, *Efeito Borboleta*), ou as histórias que apresentam o tema do “duplo” (*O médico e o monstro*, *O retrato de Dorian Gray*, *Clube da Luta*, etc.), não

são, todas elas, tentativas de viver uma outra existência? Elas são uma espécie de ensaio do protagonista em outra época da história, ou em outra pessoa, outro corpo.

Ainda há pouco estávamos condenados a levar uma existência e apenas uma. Isto é, sejamos precisos: estávamos condenados a ter um certo tipo de gozo, com histórias sempre idênticas e em companhia de personagens que, de fato, eram sempre os mesmos, histórias, então, que se repetiam, mesmo quando os parceiros mudavam (MELMAN, 2008a, p. 95).

Segundo Melman, o que hoje nos é oferecido é experimentar gozos diversos, explorar todas as situações, e esse seria o verdadeiro liberalismo: o liberalismo psíquico. No mercado, é proposto como se isso fosse comum, participar de existências múltiplas. Isso se traduz, segundo o exemplo do autor, nos percursos de jovens por existências efetivamente múltiplas, no campo profissional assim como no das experiências subjetivas – inclusive as ligadas às identidades sexuais.

Para o autor, isso se trata de um dos efeitos dessa nova economia psíquica, que efetivamente não prepara mais um lugar em que o sujeito possa se sustentar, esse lugar em que o sujeito possa encontrar seu *heim*, sua “casa”, saber que lá ele está em casa. Melman diz que se trata de casos clínicos que não encontrava antes. E, a propósito de “ocupar um lugar”, Lebrun evoca os casos de crianças hiperativas, apontando que esse sintoma poderia remeter também à nova economia psíquica. Ou seja, a hiperatividade poderia ser um sintoma que fala pela criança sobre sua tentativa de encontrar um lugar de referência, no qual possa se sustentar.

Ao mencionar essas múltiplas possibilidades, Melman fala em sujeitos “flexíveis”, e podemos evocar aí um traço típico do funcionamento psicótico, que seria o de um sujeito que pode “topar tudo” e, assim, ficar à deriva. Calligaris (1989), ao discorrer sobre a estrutura psicótica fora de crise, dá o exemplo de um paciente, que ele percebia que: “[...] era disponível a qualquer coisa. Não no sentido da docilidade, no sentido de que teria sido fácil manipulá-lo, mas no sentido de que qualquer estrada e qualquer direção eram para ele direções possíveis, estradas possíveis” (p. 11).

Lebrun (In: MELMAN, 2008a), então, volta a questionar: “Eu me repito: você fala de perversão e, ao mesmo tempo, você diz que estamos na psicose...” (p. 97). Melman responde que a perversão, nessa questão, é o único amparo, a única proteção contra a psicose. Ela constitui agora o ponto fixo, a única referência possível, a última bússola.

Neste ponto do livro, começa a ficar mais clara a teorização de Melman sobre a psicose e a perversão na mutação cultural. Segundo ele, a perversão se revela então como defesa possível diante dessa espécie de psicose social. Pode-se pensar que a perversão constituiria uma referência, um ponto fixo, pois no funcionamento perverso ainda há um pai (um nome-do-pai) a quem se opor, o qual negar. Na psicose, diferentemente, o pai está foracluído, fazendo com que o sujeito fique à deriva, sem referência, sem uma gravidade que o mantenha fixo no chão. A perversão seria, então, uma tentativa de reconhecer que existe uma referência, mesmo que, para isso, tenha-se que negá-la a todo o momento.

5.12 O que pode o analista diante da nova economia psíquica?

Lebrun insiste no questionamento que vem realizando ao longo de todo o livro: o que o analista pode fazer diante dessas questões que se apresentam com o surgimento da nova economia psíquica? Para Melman, o analista só pode fazer alguma coisa quando alguém se dirige a ele no registro da transferência, isto é, se chega a obter de seu paciente a instauração de uma demanda que seja consistente e que se dirija ao analista.

Um tópico importante no livro, principalmente para os profissionais da área “psi”, é intitulado *A psiquiatria diante da nova economia psíquica*, que segue as já citadas teorizações tanto acerca da hiperatividade infantil – e a maneira que é comumente tratada atualmente – quanto ao papel dos profissionais psis. Acerca desta questão, Lebrun admite concordar que o analista é impotente em certas situações. No entanto, ele questiona em relação ao psiquiatra, sobre o que ele poderia fazer diante de uma tal organização psíquica.

Melman (2008a) é enfático ao responder: “Você bem sabe, como eu, o que o psiquiatra faz!¹⁷ Ele distribui *phármakon*, moléculas-medicamentos que também são poções” (p. 100). Este termo *phármakon* é retomado por Melman nesse momento, já tendo sido citado em outro ponto do texto no qual se refere a este conceito citando Jacques Derrida, e seu texto *A farmácia de Platão*, considerado por Melman como “um artigo muito bonito” (2008a, p. 59). No texto citado, Derrida aborda minuciosamente a ambiguidade e o caráter indecidível do termo *phármakon*, que tanto pode significar remédio, quanto veneno. Ou seja, tanto pode curar, quanto matar; ajudar e prejudicar; melhorar e piorar.

¹⁷ Importante destacar que tanto Melman quanto Lebrun são psiquiatras. No entanto, os dois parecem ser mais guiados pela ética da psicanálise do que da medicina, que seria a de eliminar o sintoma.

Essa escolha do termo é bastante pertinente para pensarmos nos remédios administrados para tratar certas condições, doenças e transtornos (como a citada hiperatividade).

[...] suspeita do *phármakon* em geral, mesmo quando se trata de drogas utilizadas com fins exclusivamente terapêuticos, mesmo se elas são manejadas com boas intenções, e mesmo se elas são eficazes como tais. Não há remédio inofensivo. O *phármakon* não pode jamais ser simplesmente benéfico. [...] a essência ou a virtude benéfica de um *phármakon* não o impede de ser doloroso (DERRIDA, 2005, p. 46).

Para Melman, é importante se questionar se o psiquiatra tem o saber necessário para pesar no debate, pois este arrisca se ver colocado a serviço da desumanização, no nível dos dispositivos químicos. Assim, um simples vendedor, em seu lugar, poderia bastar. Para ele, estaríamos efetivamente tomando esse caminho. Ele dá o exemplo do luto, que é um estado normal, e que hoje muitos psiquiatras tendem a tratá-lo como doença, pois o confundem com estado depressivo.

Os médicos, e em particular os psiquiatras, infelizmente se tornaram os servidores do poder. [...] antes de estarem a serviço do doente, estão hoje a serviço do imperativo social. O qual [...] diz que o paciente não tem nem o tempo, nem o direito, nem a possibilidade de fazer um luto: é preciso que ele esteja no seu posto de trabalho. E, se não está, é porque está doente, então lhe damos drogas. Drogas que o impedem de fazer seu luto, que o mumificam (MELMAN, 2008a, pp. 101-102).

Sobre as possibilidades de atuação do analista, para além da clínica com pacientes que o procuram, Melman frisa que este é convocado a falar, a se posicionar em colóquios, congressos, intervenções, inclusive públicas, sobre diversas questões sociais, como a genética, a família, os problemas de filiação, de paternidade, etc. O problema, para ele, é que a fala do analista muitas vezes é desviada de sua finalidade, quer dizer, é colocada a serviço das intenções dominantes, dos discursos dominantes. Frequentemente se convoca um analista somente para confirmar ou autorizar algo que já está pronto, que já se quer que seja legitimado. “A missa era dita, você só estava lá para servir de caução ou de animador!” (Ibid, p. 104).

Outro tema recorrente na tese de Melman sobre a nova economia psíquica é a de que, hoje, todos os gozos são legitimados, conforme já abordamos. Nesse sentido, Lebrun questiona acerca da multiplicação dos recursos à justiça, ou seja, o apelo mais frequente do social ao direito. Melman concorda com ele nesse ponto, afirmando que o apelo do meio social ao direito é cada vez mais significativo. Uma explicação para isso, segundo Melman (2008a), é que, considerando a forclusão do terceiro, as relações hoje em dia só podem ser duais, e essa dualidade vai contratualizar os conflitos, isto é, conduzir a que sejam regularmente vividos como falta, atribuível a um ou a outro. Assim, ao serem confrontadas com a busca desse terceiro que falta, as pessoas dirigem-se para o campo da justiça, à qual se reconhece o mérito de tratar cada sujeito do direito como igual.

Podemos pensar que a ética da psicanálise e a ética do direito possuem elementos bem diferentes. Enquanto o direito trabalha com um sujeito possuidor de direitos, a psicanálise trabalha fundamentalmente com um sujeito possuidor de desejos, e guiado por estes. A ética do direito tende a igualar todos, pois todos devem ser iguais perante a lei, enquanto na ética da psicanálise o sujeito do desejo é único, cada um deseja de uma forma diferente e deseja algo peculiar.

Lebrun pergunta se o próprio direito poderia estar *contaminado* por essa nova economia psíquica. Parece-nos uma pergunta desnecessária, de certa forma, pois remete a algo que aparece implícita e explicitamente ao longo de toda a discussão entre os dois autores, isto é, a constatação de que essa nova economia funciona por conta própria, ou seja, estaríamos *todos*, inevitavelmente, *contaminados*, tomados por ela. Melman (2008a) responde afirmativamente: “Mas ele está! Está, já que o direito atual estipula que qualquer reivindicação é legítima e deve ser satisfeita, senão há injustiça e dolo” (p. 106).

5.13. Uma nostalgia do antigo regime

No capítulo IV, que inicia com um tópico intitulado *A impressão da nostalgia*, Melman retoma a tese que orienta todo o livro: a emergência dessa nova economia psíquica, e a ideia de que ela se instala sem ideologia organizadora, de que se organiza à revelia dos sujeitos. É estranho pensar que toda uma forma organizadora das relações sociais se dê à revelia de quem participa dela, pois se ela chegou a se instalar, certamente houve um solo fértil para isso. Em consonância com o que Melman afirma, pensamos que a nova economia

psíquica se instala sem o nosso conhecimento, talvez de forma sutil ou automática, sem que nos demos conta. No entanto, há algo que fazemos ou algo que acontece que permite essa mudança de economia.

Segundo Lebrun, ela se instala sem o nosso conhecimento porque não há uma ideologia organizadora, como costumava acontecer numa cultura mais ligada à religião, que tem seus princípios, leis e regras bem definidos. Para Melman, a cultura ligada à religião obriga os sujeitos ao recalque dos desejos e, portanto, à neurose, enquanto estamos nos dirigindo a outra em que se propaganda o direito à expressão livre de todos os desejos e à plena satisfação deles.

Então Lebrun questiona se estaríamos condenados ou a voltar atrás – que seria improvável, mesmo que se o quisesse – ou ao quadro inquietante que Melman descreve. Percebemos que este trecho do livro contém não somente a tese que organiza o pensamento de Melman – e que ele vem expondo e discutindo ao longo das entrevistas – mas também a parte que mais nos interessa nesta pesquisa: a relação que o autor percebe entre essa nova economia psíquica e a perversão.

Ao responder esta questão de Lebrun, Melman fala sobre uma possível sensação que os leitores – e também o próprio Lebrun – podem ter até este momento do livro: a de que haveria certa nostalgia do antigo regime, e que esta nova economia estaria seguindo em direção a um quadro cada vez mais preocupante. Melman responde dizendo que lamenta que sua fala tenha podido dar o sentimento de que ele tinha alguma nostalgia do antigo regime, “[...] uma espécie de lamentação da boa velha neurose de papai, da neurose articulada em torno do amor do pai. De jeito nenhum desejo que se volte, para escapar do mal-estar atual da civilização, àquele que Freud descrevia” (MELMAN, 2008a, p. 108).

Mas, para ele, o problema seria que a maneira pela qual se gera o mal-estar hoje em dia conduz a cumprir o fantasma do neurótico, isto é, a imaginar que a perversão seria a cura da neurose. Ele complementa lembrando que a perversão, apesar das seduções que pode exercer, não é, se nos referirmos ao ponto de vista psicanalítico, uma solução mais sustentável que as outras.

Retomando a questão de o sujeito contemporâneo desejar viver várias existências, muitas possibilidades, várias modalidades de funcionamento, Lebrun comenta: “Lacan, no final do colóquio sobre a psicose da criança, se perguntou se não se devia falar de ‘criança generalizada’ para qualificar aquilo a que, cada vez mais, se assemelham nossas condutas”

(LEBRUN In: MELMAN, 2008a, p. 144). Então ele questiona se o que Melman vem descrevendo não se refere também à criança, a quem, no imaginário, todas as vias são permitidas. Melman concorda que vivemos numa infância generalizada, já que a nova economia psíquica, com a relação com o objeto que ela institui, faz mais de nós bebês, criaturas dependentes, inteiramente tributárias da satisfação, como em estado de adição diante desta.

Lebrun, cujas entrevistas com Charles Melman culminaram no livro *O Homem Sem Gravidade*, escreveu um livro 5 anos mais tarde intitulado *A Perversão Comum – viver juntos sem outro*. Neste livro, Lebrun retoma algumas discussões realizadas junto com Melman nas entrevistas, porém detendo-se mais na questão da perversão na contemporaneidade. Lebrun avança também em relação a outras questões contemporâneas que se apresentam e pensa-as através da psicanálise.

Em *A perversão comum*, Lebrun (2008) fala sobre uma mutação do laço social, e utiliza o termo neo-sujeito para caracterizar o sujeito nessa nova economia psíquica. Ele aborda também essa questão sobre estarmos vivendo numa espécie de infância generalizada. Para ele, há uma deslegitimação de quem é normalmente encarregado de fazer a criança crescer, e isso deixa o sujeito de hoje totalmente abandonado a si mesmo, com a possibilidade de – talvez até um convite a – não ter de crescer. É como se o sujeito não estivesse mais obrigado à reorganização de suas pulsões.

Por não estar mais obrigado a renúncias por seus primeiros outros, ele está naturalmente convidado a manter seu funcionamento auto-erótico [...] É com os efeitos de um duplo desmentido [...] que estamos às voltas aqui. Pois são tanto os pais – confortados pelo discurso social atual – quanto a criança *que sabem bem* que sempre há uma perda a ser inscrita *mas que mesmo assim fazem como se não fosse nada*” (LEBRUN, 2008, pp. 233-234).

Voltando a *O homem sem gravidade*, Lebrun inicia uma discussão interessante acerca dessa relação com o infantil do sujeito. Ele diz que, como analista, pensa-se sempre que é importante, para que uma intervenção seja útil na clínica, alcançar a neurose infantil do sujeito. Para ele, poder-se-ia pensar que, hoje, seria preciso tentar alcançar a perversão infantil do sujeito, o que Freud chamava a perversão polimorfa, isto é, o que persiste dessa criança generalizada. Ele evoca alguns pacientes nos quais nada parece ter sido construído, como se se permanecesse aquém de uma estruturação do sujeito.

Ele então se pergunta se os chamados estados-limites não poderiam ser revistos nesse sentido, já que se constata nesses sujeitos uma espécie de ausência de estruturação. Melman (2008a) concorda, complementando que sempre reencontraremos na infância um duplo dispositivo possível: neurose infantil e perversão infantil. E diz que nos nossos dias veremos essa última vertente frequentemente tomar a dianteira, justamente com a consequência da multiplicação dos *borderlines*, dos estados-limites.

5.14 A relação com a morte e a virtualização da vida

Ao final do livro, Melman retoma um dos primeiros tópicos que abordou como exemplo crucial da ultrapassagem de limites que se verifica nessa nova economia psíquica, que é a mutação na relação dos sujeitos com a morte. Neste ponto do texto, ele afirma que a morte não é mais parte integrante da vida, é até mesmo foracluída. Assim, por exemplo, o que era patente durante a guerra feita pelos americanos no Afeganistão é que era uma guerra de técnicos que controlavam e adaptavam às necessidades do empreendimento uma maquinaria homicida.

Enviam-se à cena do combate engenhos teleguiados, mísseis telecomandados, aviões de inspeção sem piloto, mas que também bombardeiam. Vemos muito bem como a guerra de amanhã será feita quase que inteiramente por máquinas. Máquinas de tão boa performance que, entretanto, os militares têm, por vezes, medo de dirigi-las... (MELMAN, 2008a, p. 163).

Sobre isso, é possível retomarmos o exemplo literário da série *Jogos Vorazes*. Nos dois primeiros livros da série, o destaque é dado para os Jogos Vorazes em si, nos quais os adolescentes lutam por suas vidas numa arena tendo que matar seus oponentes para sobreviver. Não existem armas de fogo na arena e, embora os organizadores dos Jogos possam enviar robôs, vespas teleguiadas, “bestantes”, dentre outras tecnologias letais – no intuito de matar ou lesionar os adolescentes – estes somente dispõem de instrumentos físicos, concretos, reais, para matar seus companheiros. No início dos Jogos, ficam à disposição instrumentos como facas, lanças, arco e flecha, tridente, os quais são utilizados durante todo o Jogo, para defesa e ataque. Ou seja, há uma predominância da materialidade, de matar com as

próprias mãos, de forma crua, e longe da tecnologia que é tão utilizada pelos adolescentes atualmente.

É interessante pensar o fascínio e o sucesso de uma história em que os adolescentes utilizam esses meios concretos de matar e se defender, que são tão distantes do mundo em que vivem hoje; mundo este em que as formas de relação e comunicação estão organizadas através da tecnologia e, conseqüentemente, de botões, dispositivos, telas, isto é, com o contato físico reduzido. A sensação que a leitura dos *Jogos Vorazes* produz é de uma forte materialidade, interação e necessidade de superação física. A autora narra com detalhes as cenas de sobrevivência na “selva” (na arena existe selva, rio, fogo...), de caçadas, fogueiras, refeições improvisadas, mortes sangrentas, luta corporal.

O ritmo da narrativa é rápido e intenso, porém é uma rapidez diferente da tecnológica, pois é uma rapidez corporal, de pernas, de corridas, esquivas, nado, escaladas. Ou seja, há limites até onde o corpo pode ir. O terceiro livro, intitulado *A Esperança*, se afasta dessa materialidade e aborda uma guerra técnica, contendo aspectos muito semelhantes aos que Melman aponta. A guerra – dos distritos contra a Capital – que é narrada no terceiro livro é feita através de aerodeslizadores, armas teleguiadas, e o máximo de tecnologia possível, com o mínimo de contato físico. Ou seja, a relação com a morte nesse exemplo literário é também modificada, pois se inicia (no primeiro livro) com uma relação próxima, palpável (e, com isso, mais real e intensa – tanto para os personagens quanto para os leitores) e se transforma numa relação distante, banal. As mortes nos dois primeiros livros são narradas um a um (um personagem contra o outro, corpo a corpo), enquanto as mortes no terceiro livro aparecem em massa. Um único dispositivo é capaz de matar centenas de pessoas. São mortes virtualizadas.

Alguns autores que teorizam sobre a automutilação – sobre sujeitos que, por exemplo, se cortam e se queimam deliberadamente – reconhecem neste ato uma tentativa de ganho de materialidade, de concretude. Uma boa parte dos automutiladores é formada por jovens e adolescentes, que são reconhecidos como usuários muito apegados às novas tecnologias, ao mundo virtual. Partindo desse ponto de vista, a automutilação poderia ser compreendida como uma reação concreta, real, a um mundo cada vez mais virtual. Zizek, em seu livro *Bem-vindo ao deserto do Real!*, segue essa teorização, falando um pouco sobre essas pessoas que “[...] sentem uma necessidade irresistível de se cortar com lâminas ou de se ferir de outras formas; trata-se de um paralelo exato da virtualização de nosso ambiente: representa uma estratégia desesperada de volta ao Real do corpo” (ZIZEK, 2003, p. 24).

Armando Favazza, psiquiatra americano, é reconhecidamente um dos maiores estudiosos a respeito da automutilação e suas relações com a psiquiatria e a cultura. Em seu livro *Bodies under siege* (sem tradução para o português), ele aborda o tema extensivamente e, dentre muitas interpretações, uma das que o autor oferece também se relaciona com a necessidade de um ganho de materialidade, de concretude. Favazza (1996) afirma que, com alguns golpes de navalha, o automutilador pode iniciar um processo simbólico no qual o mal estar é removido e o palco é armado para o processo de cura, evidenciado pela cicatriz. É como se o automutilador realizasse uma espécie de autocirurgia primitiva, concluída com evidência *palpável* de cicatrização.

5.15 O risco de um fascismo voluntário – as seitas

Os autores retomam a ideia sobre o possível retorno de um fascismo, na forma de um fascismo voluntário, e Lebrun traz a questão do entusiasmo pelas seitas. Melman (2008a) diz que as seitas oferecem à demanda popular o que nossas democracias e nossas organizações políticas não podem mais propor, mas do que conservam a nostalgia: um mestre. Eis o que elas oferecem: um mestre, um guia, que permite que não mais se confronte com a dúvida, com a escolha, com a responsabilidade. Tem-se apenas que segui-lo, obedecer-lhe. “Bate esse sentimento de ser confrontado com um sistema de tipo totalitário quando se ouve o testemunho de um ‘evadido’ de uma seita” (p. 166).

Lebrun levanta a questão sobre a diferença entre a seita e a religião, que são comumente confundidas. Melman (2008a) explica que a seita é uma organização que não está fundada na crença ou na fé. Ela apela para uma dimensão psíquica totalmente diferente, a da *convicção*, que é algo totalmente diferente da crença. A crença supõe um engajamento num ato de fé, ao passo que na seita se trata de *certeza*. Ele explica que, em geral, o fundador de uma seita é eminentemente encarnado, presente no campo da realidade. A vida do grupo funciona através do que são o saber e a autoridade dele.

Retomando outro exemplo literário que já citamos anteriormente, é possível verificar no *Clube da Luta* muitas das características que Melman identifica nas seitas, como a confiança total num representante do poder. Como ele fala, não é exatamente uma questão de fé ou de crença, mas algo da ordem de uma *certeza*. No livro/filme, o protagonista diz: “*Em Tyler nós confiávamos*”, e é somente em decorrência dessa confiança absoluta que esses

homens, que faziam parte do Clube da Luta e do Projeto Mayhem, aceitavam participar de uma organização em que “*não é permitido fazer perguntas*”. Assim, é como se esses participantes – como são os participantes de toda seita – necessitassem de alguém que lhes dissesse o que fazer, um mestre totalitário. Para Melman, podemos estar nos encaminhando para algo desse tipo, como uma resposta – talvez desmedida – à falta de uma referência que nos organize.

Resgatando a questão da relação entre perversão e psicose, Melman, em outro livro, no qual fala sobre a psicose – mais especificamente sobre a paranoia – é perguntado sobre as aproximações teóricas que percebe entre a perversão e a paranoia. Ele dá o exemplo de uma psicose com comportamentos perversos, sempre possíveis, justamente por causa da ignorância na qual está o paranoico, da interdição, sobretudo da interdição que lhe diria respeito.

E temos tantos exemplos, por meio da imprensa, como o do organizador de uma seita que tem comportamento que nós chamamos perverso em relação a diversos membros da seita. E isso pode não lhe acarretar propriamente um problema moral. O perverso pode ter problemas morais. Ele é sensível ao fato de que atravessa um limite, mas o paranoico não. Isso parece para ele normal. É o seu direito (MELMAN, 2008b, p. 100).

Podemos partir dessa explicação para destacar um apontamento de Lebrun no *Homem sem gravidade*. Ele afirma que: a única autoridade que ainda se admite é uma autoridade carismática. Para ele, este seria o único modelo de autoridade que se reconhece hoje em dia. Ele cita os professores, por exemplo, que com frequência devem apelar para o carisma para dissimular a ausência da autoridade simbólica de que dispunham outrora. Eles devem seduzir para ensinar.

Nas duas histórias citadas – *Clube da Luta* e *Jogos Vorazes* – é justamente esse aspecto que os líderes devem apresentar: o carisma. No *Clube da Luta*, Tyler Durden é um personagem carismático, cheio de informações relevantes, confiável, e até mesmo risonho. Nos *Jogos Vorazes*, Katniss não é carismática, ela é uma personagem construída e apresentada como o oposto disso, pois é retraída, calada, séria, defensiva. No entanto, todo o trabalho da equipe que a acompanha é justamente o de *torná-la* carismática. Nos dois exemplos, é como se o carisma fosse um pré-requisito para ser um líder. Não basta a autoridade, pois esta deve vir acompanhada de carisma.

Seguindo este raciocínio, Melman (2008a) afirma que estamos errados em pensar que o sujeito está ávido de preservar sua singularidade. Muito pelo contrário, nós o vemos pôr-se à busca de todas as identificações coletivas em que poderá vir se dissolver. A preocupação de ser cuidado, de confiar a sistemas religiosos, culturais, políticos a direção de sua existência é mais evidente do que nunca. “Na minha opinião, a democracia, com seu ideal de livre escolha, não conduz forçosamente, do ponto de vista psíquico, ao estado mais satisfatório, mais feliz. A aspiração de nossos contemporâneos a fazer parte do rebanho está aí para mostrá-lo...” (pp. 174-175).

5.16 A denegação no lugar do recalque

No final de *O Homem sem gravidade*, Lebrun e Melman realizam uma tentativa de organização geral e resumida das ideias que permearam toda a discussão presente nas entrevistas realizadas. Lebrun retoma a questão que se refere ao processo psíquico, identificado por Freud, da denegação, da *Verleugnung*. Ele relembra que, para Freud, essa operação psíquica que renega a diferença dos sexos – reconhece-se a diferença e, no mesmo movimento, recusa-se levá-la em conta – é normal na criança, na medida em que não persiste. Assim, o caminho normal seria que, daquilo que para a criança lhe aparece como uma incoerência, ela logicamente não irá querer saber. Entretanto, com o passar do tempo e com a confrontação com a realidade, a criança vai, no melhor dos casos, ceder quanto a essa convicção que desmente o que ela pode observar.

Diante dessa formulação, Lebrun se pergunta se esse processo psíquico da *Verleugnung* não tende a se manter por um período cada vez maior atualmente e que, por isso, estaria *substituindo* o recalque. Ele questiona ainda se isso não tenderia a se generalizar, na medida em que a sociedade – por exemplo, através da promoção do igualitarismo – não vem mais se opor a essa denegação da criança que recusa aceitar a diferença sexual. À semelhança da posição de Melman ao longo de todo o livro, Lebrun usou a palavra *substituir*, para falar dessa mudança. Isso implicaria que o recalque desapareceria e daria lugar *totalmente* a *Verleugnung*, a denegação, ou seja, o mecanismo próprio da perversão. Pensamos que os dois mecanismos continuam existindo e que talvez a tendência seja que a denegação se *sobreponha* ao recalque, ou que se *destaque* mais, mas não que venha a *substituí-lo* totalmente, já que isso seria provavelmente insustentável.

Melman (2008a) comenta sobre isso novamente trazendo a significância do papel do pai ao afirmar que o serviço inestimável que um pai pode prestar a sua prole é, efetivamente, fazê-la saber que há um impossível. Segundo ele, isto é feito no campo da realidade, através da interdição do incesto. E seria essa dimensão do impossível que se verificaria nutridora do desejo, que aparece como a condição para que se deseje.

Algumas perguntas que o autor lança ao final do livro remetem à relação entre esses dois mecanismos (recalque e denegação) e quais as perspectivas que o sujeito dessa nova economia psíquica tem para se sustentar nela. “Nossa alegre perversidade polimorfa pode durar? Ou vamos voltar à ordem moral e ao cajado? Ou pode-se pensar que, advertidos, poderíamos evitar tanto o retorno à neurose freudiana de papai quanto à fuga para a frente na perversão generalizada? Veremos...” (MELMAN, 2008a, p. 182).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso percurso nesta pesquisa sobre a perversão teve início com a leitura de uma formulação posta por Melman no livro *O homem sem gravidade*. Segundo ele, estaríamos lidando com uma mutação que nos faz passar de uma economia organizada pelo recalque – cultura da neurose – a uma economia organizada pela exibição do gozo – cultura que promove a perversão. Tomando o conceito de sintoma social como norteador de nossa pesquisa, passamos a ler alguns textos. O objetivo foi de realizarmos uma leitura acerca de como a construção da noção de perversão, mesmo que em diferentes campos e por diferentes autores, poderia ser abordada como um sintoma social.

Conforme explicitamos no capítulo sobre as considerações metodológicas, nosso objetivo nesta pesquisa não era o de encontrar um sentido oculto ou de tirar uma “conclusão”, algo definitivo em relação à perversão como sintoma social. A ideia, desde o início, era de realizar um trabalho de leitura e escritura de textos, tendo em mente a desconstrução como estratégia de leitura. Pudemos perceber as diferenças nas atribuições de sentidos quando o texto é lido de uma forma ou de outra, ou pela primeira, segunda, terceira vez, ou em um idioma diferente. Diante dessas experiências de leitura, ficou evidente que esta é um processo dialógico e dinâmico, e que um texto não é algo pronto ou definitivo.

Ficou perceptível que nenhum texto é inocente e que é sempre construído de acordo com uma estratégia do autor, seja consciente ou inconsciente, para levar o leitor por determinados caminhos. Percebemos como a escolha de certos termos específicos pode determinar a tonalidade do texto, a sensação que se tem ao lê-lo. Acreditamos que ao realizar esse tipo de leitura minuciosa, percebendo as estratégias, os “truques”, os recursos literários utilizados, o leitor adquire uma maior capacidade crítica em relação ao que está lendo.

No processo de escrita da dissertação inserimos trechos de alguns textos literários que pudemos relacionar ao que estávamos lendo nos textos que escolhemos como objeto de estudo. Como Derrida já sublinhou, a diferença entre textos filosóficos, científicos, literários, etc., está na forma. Por exemplo, textos literários são atéticos, não tem a pretensão de dizer a verdade, de formular uma tese. No entanto, podemos encontrar na criação literária também algo que fala pela cultura, pelo social.

Ao eger dois textos – *Três ensaios*, de Freud, e *O homem sem gravidade*, de Melman – como objetos de estudo, pudemos nos debruçar sobre eles e escrever não só sobre os

conteúdos abordados por eles, mas também sobre a nossa própria forma de leitura, sobre o que nos chamou atenção acerca da escrita dos autores e das características dos textos. Consideramos que estes aspectos enriqueceram a nossa experiência de pesquisa. Quase 100 anos separam esses dois textos e, no entanto, pudemos perceber muitas semelhanças na maneira de abordar a perversão neles.

Um ponto importante em comum que encontramos nos dois textos foi a tentativa de afastar a perversão da conotação moral e negativa que a mesma já carregava na época de Freud e que carrega ainda hoje. Freud é enfático ao criticar os médicos de sua época que escreviam de forma pejorativa sobre aspectos da vida sexual que eram considerados aberrantes. Consideramos que uma das grandes contribuições de Freud pode ser percebida inclusive na sua escrita. Conforme abordamos no capítulo 3, Freud escreve em termos de graus, com uma lógica que segue a de um espectro, com gradações diferentes, relativas. Assim, através da leitura de Freud, fica claro o quanto ele é cuidadoso em relação às palavras que escolhe para escrever sobre sua teoria.

O que se destacou em relação às diferenças na leitura dos dois textos, foi a escolha de palavras dos dois autores, o que imprime uma tonalidade completamente diferente aos textos. Enquanto Freud utiliza termos que relativizam e, de certa forma, suavizam o que ele está dizendo, Melman escolhe termos definitivos, marcantes, graves. Não é à toa a escolha do título de seu livro: *O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço. Sem* já se refere a algo que é totalmente ausente, inexistente. Gozar a *qualquer* preço, também indica que tudo é possível, faz-se qualquer coisa, paga-se *qualquer* preço para gozar. Não é à toa também que Melman fala em uma *mutação* cultural, mutação como algo sem volta, modificado totalmente, ao ponto de não ser mais possível voltar ao que era antes. Freud, ao contrário, *ensaia* uma teoria da sexualidade, abordando-a em termos de graus, fixações, etc., o que sugere algo menos definitivo, mais flexível, aberto a interpretações, mais maleável.

Um ponto de encontro entre os dois textos, de Freud e de Melman, refere-se a tomar a perversão como parte da condição humana. No campo da sexualidade, as perversões fazem parte da vida sexual normal, apenas tomando uma ou outra forma a depender do grau em que aparecem e das fixações ou não. No texto de Melman, a perversão também aparece como modo de funcionamento social que faz parte da vida social normal, dos laços entre as pessoas, da maneira de se relacionar. Embora Melman não fale explicitamente em termos de graus, ele deixa claro que aspectos da perversão fazem parte da vida social normal e que, no entanto, em alguns casos torna-se preocupante o rumo que se irá tomar.

Os outros dois autores com os quais trabalhamos no capítulo 4 também nos ajudaram a considerar a perversão como parte da condição humana e também a afastar a conotação moral. Calligaris relativiza alguns aspectos perversos, apontando uma saída da neurose pela perversão, enfatizando a facilidade com que, muitas vezes, neuróticos se veem presos em montagens perversas. Queiroz procura desconstruir a ideia amplamente difundida de que o perverso não procura análise, ou não permanece em análise. Calligaris e Queiroz, unindo análises sociais e análise dos discursos perversos na clínica, ajudam a desconstruir uma noção de que a perversão seria algo muito fora da norma, anormal ou desviante, como a própria etimologia do termo indica. O diálogo com os textos de Queiroz e Calligaris também despertaram para a realização de uma leitura diferente em relação à experiência profissional passada no Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA.

Outro aspecto interessante foi a escolha de dois textos que tem características bastante diferentes em relação às suas formas. O texto de Freud foi um texto escrito, enquanto o de Melman foi um texto transcrito, a partir de conversas, entrevistas. O texto de Freud foi mais “solitário”, escrito a partir de seus estudos teóricos de outros autores, assim como de suas observações clínicas. Já o de Melman, foi um texto transcrito a partir de uma intensa interlocução com um de seus pares, Lebrun, o que certamente o ajudou a pensar sob outros ângulos.

Sabemos que há grandes diferenças na escrita e na fala, e a sensação de ler um texto escrito é também bastante diferente da de ler um livro que foi transcrito de uma entrevista, uma palestra, etc. O texto escrito em geral é mais cuidadoso, mais didático, segue uma sequência lógica, linear, que para nós é percebida como mais coerente. O texto de Melman apresenta uma característica mais “caótica”, menos linear, possui um certo vai-e-vem em relação aos temas abordados que, certamente, teriam uma sequência diferente se tivesse sido escrito, em vez de falado. Percebemos que alguns temas foram abordados no início do livro e retomados ao longo de todo o livro, enquanto outros não foram mais citados, e alguns, ainda, apareceram somente no início e no final.

Em nosso trabalho de escrita e edição do capítulo 5, referente ao *Homem sem gravidade*, pensamos em agrupar os tópicos semelhantes abordados ao longo de todo o livro, imprimindo um caráter mais organizado ao texto. No entanto, decidimos que seria mais interessante retratá-los na ordem em que o livro apresenta e que foi, também, a ordem que lemos e que escrevemos sobre ele. Optamos por manter certa fidelidade à ordem na qual o autor decidiu publicar.

No trabalho de edição, é possível cortar certas partes repetidas, mudar a ordem, agrupar temas, criar uma sequência lógica do tipo introdução, desenvolvimento e conclusão. Já num texto que foi transcrito a partir de uma fala, ficamos à mercê da linha de pensamento do autor naquele momento em que ele falava. Em textos assim geralmente há lacunas, há vai-e-vem em relação aos temas abordados, há pausas, incompletudes, incoerências, contradições. Todos esses últimos aspectos citados podem ser corrigidos quando se trata de um texto escrito, como o de Freud. Os *Três Ensaio*s de Freud se apresentam de forma didática, subdividida, claramente para facilitar a leitura. E nisso, os dois textos (de Freud e de Melman) diferem consideravelmente.

Em acordo com a linha de pesquisa na qual nosso trabalho está inserido, buscamos trabalhar com textos de autores que partem da clínica e que, através do atendimento a pacientes, buscam realizar uma análise da cultura. Melman é um autor que aborda extensivamente as mudanças sociais que percebe em nossa época e consideramos relevante fazer uma leitura dessas questões que, muitas vezes, tornam-se nebulosas para nós, justamente por estarmos todos muito implicados nela.

À primeira vista, pode-se pensar que a perversão é abordada em dois campos distintos. No texto de Freud, ela é construída no campo da sexualidade, enquanto no texto de Melman ela é tratada no campo social. No entanto, o próprio Freud, apesar de escrever bastante sobre sintomas particulares, de cada sujeito (paciente), nunca deixou de considerar que a distinção comum entre o individual e o social não faz sentido. Ao realizar uma leitura próxima, atenta e desconstrutiva dos textos de Freud e de Melman, este aspecto indissociável entre individual e social se tornou ainda mais claro.

Fundamentando essa ideia podemos verificar que Freud (1921/1996), já nas primeiras linhas de *Psicologia de grupo e a análise do ego*, postula que a oposição entre a psicologia individual e a psicologia social ou das massas, que à primeira vista pode parecer muito significativa, perde grande parte de sua acuidade quando examinada profundamente. Para ele, na vida psíquica do indivíduo considerado isoladamente, o outro intervém com bastante regularidade, de maneira que a psicologia individual é também, de imediato e simultaneamente, uma psicologia social. Assim, diante dos fenômenos sociais, Freud nunca deixou de trazer sua contribuição e seus esclarecimentos, tendo escrito diversas obras sobre essas questões, como o *Mal-estar na civilização*, *Totem e Tabu*, dentre outras.

Após o processo de leitura-escritura de todo o material da dissertação, podemos fazer uma leitura da perversão como um sintoma social. Pensamos que, apesar de muitos tipos de

laços sociais estarem fundados na perversão, não consideramos ser coerente pensar que o laço social *não está mais* fundado no recalque, como Melman afirma em certos momentos. Decerto as relações estão mudando, e uma das conclusões com as quais ficamos é que a nossa relação com o tempo atualmente está tão diferente e tão mais rápida, em relação a tudo, que é difícil prever os próximos rumos e como ficará a maneira de nos relacionarmos com as pessoas e com os objetos.

Lebrun fala em uma “Evolução radical de nossas sociedades”. É preciso considerar que sempre existiu evolução, a questão é que aparentemente a evolução – ou o progresso, como Melman costuma pontuar – parece estar cada vez mais acelerada. É uma evolução radical se pensarmos nas diferenças que verificamos entre as gerações, de agora e de alguns anos atrás. Podemos questionar se as gerações mais antigas também percebiam as mudanças como radicais e como muito rápidas.

Melman aponta a queda do muro de Berlim em 1989 – a partir da qual acabou a oposição entre sistemas capitalistas e socialistas e o capitalismo prevaleceu – como um marco para o início do que ele chama de mutação cultural. A utopia da pós-modernidade era de que as pessoas seriam felizes quando pudessem consumir. Hoje muito mais pessoas podem consumir e, no entanto, há um outro mal-estar. Provavelmente sempre haverá, já que a falta é parte da condição humana.

Embora não tenhamos abordado profundamente a questão das estruturas clínicas, aparece no texto de Melman a forma que ele as relaciona para falar da nova economia psíquica verificada por ele na contemporaneidade. Ao longo do livro, ele associa o modo de se relacionar atual tanto com a perversão quanto com a psicose. Ao mesmo tempo, ele fala sobre a neurose como algo que não organiza mais o laço social.

Assim, nos *Três Ensaios* de Freud, a perversão é construída na lógica do recalque, e sempre em relação à neurose e à vida sexual dita normal. Melman, por outro lado, constrói a noção de perversão para falar das relações sociais contemporâneas, abordando-a na relação com o gozo e a falta de limites. Para ele estamos, hoje, buscando um gozo sem limites, o que caracterizaria um laço social perverso. Diante da leitura de Melman, podemos questionar, então: o que ainda faz barra para o gozo aparentemente sem limites?

Ao final do livro de Melman, que foi o nosso último momento de leitura e escrita, foi posta a hipótese de a perversão ser uma espécie de defesa, de proteção ao que poderia estar tomando o rumo de uma psicose generalizada. No nosso capítulo sobre os *Três Ensaios*, fica

mais evidente uma relação entre neurose e perversão. Já no *Homem sem gravidade*, Melman aborda as relações entre perversão e psicose. Juntando os dois textos, podemos formular um tipo de relação na qual a neurose seria uma defesa contra a perversão, e a perversão seria uma defesa contra a psicose. A perversão estaria “no meio”.

Muito ficou do que os diferentes autores falam sobre as mudanças sociais contemporâneas, de modo que podemos relacioná-las a vários traços do campo da perversão. Alguns traços já citados ao longo de toda a pesquisa, e que podemos destacar, são: a relação peculiar dos sujeitos em relação à Lei, que atualmente aparece como uma falta de referências; a questão do anonimato, que se torna cada vez mais presente, com o fácil acesso à internet, aos crimes digitais, protegidos pelo anonimato da rede; a relação com o tempo e o espaço, que hoje é mais acelerada e aparentemente sem limites, já que se pode fazer várias coisas e estar em vários lugares (digital e fisicamente) ao mesmo tempo. De fato, parece não haver mais algo que barre. Dentre todos os aspectos citados, talvez possamos enfatizar a questão com a Lei, já que esta acaba se relacionando diretamente com o mecanismo próprio da perversão, a *Verleugnung*, ou denegação. Deste modo, o duplo movimento da perversão, de afirmar e negar ao mesmo tempo, é facilmente verificável atualmente na questão com a Lei. Então, os sujeitos “sabem que é assim, mas mesmo assim...”.

A partir dos textos estudados, foi possível constatar fortes relações entre o modo de se fazer laço social contemporâneo e os mecanismos próprios da perversão. Isso caracterizaria a perversão como um sintoma social de nossa época. No entanto, se tomarmos essa formulação como definitiva, poder-se-ia pensar que estaríamos vivendo num mundo de perversos, o que não parece ser uma afirmação realista. Uma última pergunta que poderíamos acrescentar, diante do percurso que fizemos com os textos nesta pesquisa, é: “Como então se daria essa espécie de ‘meio-termo’ entre a antiga organização neurótica e a futura suposta perversão generalizada?” Essa pergunta se impõe, pois nenhum dos dois extremos nos parece adequado para descrever acuradamente a organização social contemporânea.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo** (1951). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ARROJO, Rosemary. **Tradução, desconstrução e psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1993.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Rio de Janeiro: Editora brasiliense, 1988.

BONANÇA, Rita. Tudo sobre minha mãe: a obra de ficção como sujeito na pesquisa em psicanálise. In: **Giros da transmissão em psicanálise: instituição, clínica e arte**. LEITE, Nina Virgínia de Araújo; VORCARO, Angela (org.). Campinas-SP: Mercado de Letras, 2009.

BOYNE, John. **O menino do pijama listrado: uma fábula**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CALLIGARIS, Contardo. **Perversão – um laço social?** (Conferência). Tradução, transcrição e revisão por Antonio Fernando B.C. Dreyer, Denise Maria de Oliveira Lima, Solange Le Magueresse de Mattos e Ubirajara Pereira Cardoso. Salvador: Cooperativa Cultural Jacques Lacan, 1986.

_____. **Introdução a uma clínica diferencial das psicoses**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

_____. A Sedução Totalitária. In: **Clínica do Social: ensaios** / ARAGÃO, Luiz Tarlei de, et al. (org.) São Paulo: Escuta, 1991.

CAMPOS, Érico.; COELHO JR., Nelson. Incidências da hermenêutica para a metodologia da pesquisa teórica em psicanálise. In: **Estudos de Psicologia**. Campinas, 2010.

CAPUTO, John. **Deconstruction in a nutshell: a conversation with Jacques Derrida**. New York: Fordham University Press, 1997.

CARRIÈRE, Jean-Claude.; ECO, Umberto. **Não contem com o fim do livro**. Telles, A. (trad.). Rio de Janeiro: Record, 2010.

CHEMAMA, Roland. **Dicionário de Psicanálise**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CHAVES, Messias Eustáquio. "Père-version" Perversão, perversões... "Père-version", pères-versions... Versões do pai. In **Reverso**. Belo Horizonte, v. 26, n. 51, 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952004000100010&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 24 jan. 2012.

CLUBE DA LUTA [filme]. Direção de David Fincher. Roteiro de Jim Uhls. Estados Unidos: Twentieth Century Fox Film Corporation, 1999.

Consultório Etimológico. Disponível em: <<http://www.origemdapalavra.com.br>>. Acesso em: 19 jun. 2012.

CUNHA, Antônio. Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa** (4.ed.). Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DERRIDA, Jacques. **Dar la Muerte**. Buenos Aires: Paidós, 2000.

_____. **A farmácia de Platão**. Costa, R. (trad.). São Paulo: Iluminuras, 2005.

DOR, Joel. **O pai e sua função em psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1991.

DICIONÁRIO MICHAELIS. **Minidicionário Inglês**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2002.

DUFOUR, Dany-Robert. **A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal**. Felgueiras, S. R. (trad), Nazar, J. (ed). Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

EARLEY, Pete; SHUR, Gerald. **WITSEC – Inside the Federal Witness Protection Program**. New York: Bantam Dell, 2002.

ELIA, Luciano. O Sujeito da Psicanálise e a Ordem Social. In: **Sujeito do Direito, Sujeito do Desejo: Direito e Psicanálise** /ALTOÉ, Sônia (org.) – 3.ed.rev. – Rio de Janeiro: Revinter, 2010.

FARINA, Sérgio. O ensaio. In: **Revista do Curso de Letras da UNISINOS**, 2001.

FAVAZZA, Armando. **Bodies Under Siege: self-mutilation and body modification in culture and psychiatry** (1987). Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1996.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio. **Palavras cruzadas entre Freud e Ferenczi**. São Paulo: Escuta, 1999.

FLEIG, Mário. **O desejo perverso**. Porto Alegre: CMC Editora, 2008.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? (1969) In: **Ditos e Escritos: Estética - literatura e pintura, música e cinema** (vol. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

FREITAS, Luiz Alberto. **Freud e Machado de Assis: uma intersecção entre psicanálise e literatura**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905) In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira, vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. Three Essays on the Theory of Sexuality (1905) In: **Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud**. STRACHEY, James. (trad. and ed.). MARCUS, Steven. (int.). Basic Books, Inc., Publishers: New York, 1975.

_____. Escritores criativos e devaneio (1908) In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira, vol. IX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. Psicologia de grupo e a análise do ego (1921) In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira, vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. O problema econômico do masoquismo (1924) In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. Fetichismo (1927) In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GARCIA-ROZA, Luiz. Alfredo. A pesquisa acadêmica em psicanálise. In: **Anuário Brasileiro de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Relume Dumará (p.118-121), 1993.

GIANELLA, Mírian; MACHADO, Ana. M. Netto. Passagem para a autoria. In: GONÇALVES, R. P. (org.). **Subjetividade e escrita**. Bauru, SP: EDUSC; Santa Maria, RS: UFSM, 2000.

KEHL, Maria Rita. **O Tempo e o Cão: a atualidade das depressões**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

LANTERI-LAURA, Georges. **Leitura das perversões:** história de sua apropriação médica. Ribeiro, V. (trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

LEBRUN, Jean-Pierre. **A perversão comum:** viver juntos sem outro. Abreu, P. (trad.). Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 2008.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna.** São Paulo: José Olympio Editora, 2002.

MELMAN, Charles. **Alcoolismo, delinquência, toxicomania:** uma outra forma de gozar. Pereira, R. (trad.); CALLIGARIS, Contardo. (org. e rev. téc.). São Paulo: Escuta, 2000.

_____. **Novas formas clínicas no início do terceiro milênio.** Porto Alegre: CMC Editora, 2003.

_____. **O homem sem gravidade:** gozar a qualquer preço. Entrevistas por Jean-Pierre Lebrun. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2008a.

_____. **Como alguém se torna paranoico?:** de Schreber a nossos dias. Queiroz, Telma (trad.). Porto Alegre: CMC, 2008b.

NEU, Jerome. (comp.) **Guia de Freud.** Santana, M. (trad.). Cambridge University Press, 1996.

NICOLA, José de., INFANTE, Ulisses. **Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa.** São Paulo: Scipione, 1997.

PALAHNIUK, Chuck. **Fight club.** New York: Henry Holt, 1996.

_____. **Rant:** an oral biography of Buster Casey. New York: Anchor Books, 2007.

PARTINGTON, John; ARLENE, Violet. **The mob and me:** wiseguys and the witness protection program. Gallry Books: New York, 2010.

QUEIROZ, Edilene Freire. **A Clínica da perversão.** São Paulo: Editora Escuta, 2004.

ROSENFELD, Helena Kon. **Palavra pescando não-palavra:** a metáfora na interpretação psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

ROTHENBERG, Molly Anne; FOSTER, Dennis. Beneath the skin: perversion and social analysis. In: ROTHENBERG, M. A.; FOSTER, D.; ZIZEK, S. (ed). **Perversion and the social relation**. Durham and London, Duke University Press, 2003.

ROUDINESCO, Elizabeth. **A parte obscura de nós mesmos**: uma história dos perversos/ Telles, A. (trad.) / Jorge, M. A. C. (revisão técnica). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.

SILVA, Inácio; BAKKER, Nicolau. Equipe Técnica do PROVITA/SP. **PROVITA São Paulo**: história de uma política pública de combate à impunidade, defesa dos direitos humanos e construção de cidadania. 1ª ed. São Paulo: CDHEPCL, 2008.

SILVEIRA, José Braz da. **A Proteção à Testemunha & o Crime Organizado no Brasil**. Curitiba: Juruá Editora, 2010.

SOUTO, Susana. Narrativa literária e ciência. In: **Ciência e Ensino**, v.1, n.1, 2006.

STRONG, Marilee. **A Bright Red Scream**: self-mutilation and the language of pain. London: Penguin Books, 1998.

TELLES, Sérgio. **O Psicanalista Vai ao Cinema**: artigos e ensaios sobre psicanálise e cinema. São Paulo: Casa do Psicólogo; São Carlos, SP: EdUFSCar, 2004.

TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

VARTZBED, Éric. **Como Woody Allen pode mudar sua vida**. Waddington, B. (trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

VASCONCELOS, José Antônio. O que é a desconstrução? In: **Revista de Filosofia**, Curitiba, v. 15, n. 17, p. 73-78, jul./dez. 2003.

VORCARO, Ângela. Seria a toxicomania um sintoma social? In: **Mental**: Revista de Saúde Mental e Subjetividade. Barbacena, v.3, n.2, 2004.

ZIZEK, Slavoj. **Bem-vindo ao deserto do Real!** : cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas. Castanheira, P. C. (trad.). São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ZIZEK, Slavoj; FIENNES, Sophie. (2006). **The pervert's guide to cinema** [filme-vídeo]. Zizek, S. (roteiro e apresentação), Fiennes, S. (direção).